UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS- UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CARLA NADINNE SOUZA

"O CORAÇÃO FICA DOENDO, PORQUE LÁ NASCI E CRIEI… MAS TIVE QUE SAIR, O JEITO FOI SAIR"

A Desestruturação dos Modos de Vida e o Processo de Migração Forçada de Atingidos pela Mineração Riacho dos Machados - MRDM

Montes Claros – MG

Julho de 2020

CARLA NADINNE SOUZA

"O CORAÇÃO FICA DOENDO, PORQUE LÁ NASCI E CRIEI… MAS TIVE QUE SAIR, O JEITO FOI SAIR"

A Desestruturação dos Modos de Vida e o Processo de Migração Forçada de Atingidos pela Mineração Riacho dos Machados - MRDM

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

Orientadora: Dra. Andréa Maria Narciso Rocha de Paula

Montes Claros - MG
Julho de 2020

CARLA NADINNE SOUZA

"O CORAÇÃO FICA DOENDO, PORQUE LÁ NASCI E CRIEI… MAS TIVE QUE SAIR, O JEITO FOI SAIR"

A Desestruturação dos Modos de Vida e o Processo de Migração Forçada de Atingidos pela Mineração Riacho dos Machados - MRDM

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

Orientadora: **Dra. ANDRÉA MARIA NARCISO ROCHA DE PAULA**

MEMBROS DA BANCA:

_____

Dra. Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (UNIMONTES)- Orientadora

_____

Dr. Rômulo Soares Barbosa (UNIMONTES)

_____

Dra. Raquel Oliveira Santos Teixeira (UFMG)

Montes Claros – MG
Julho de 2020

Souza, Carla Nadinne.
S729c *"O coração fica doendo, porque lá nasci e criei... mas tive que sair, o jeito foi sair"* [manuscrito] : a desestruturação dos modos de vida e o processo de migração forçada de atingidos pela Mineração Riacho dos Machados - MRDM / Carla Nadinne Souza. – Montes Claros, 2020.
126 f. : il.

Bibliografia: f. 120-126.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2020.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Maria Narciso Rocha de Paula.

1. Mineração - Riacho dos Machados (MG). 2. Desestruturação. 3. Migração forçada. 4. Modo de vida. I. Paula, Andréa Maria Narciso Rocha de. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: A desestruturação dos modos de vida e o processo de migração forçada de atingidos pela Mineração Riacho dos Machados - MRDM.

Catalogação: Biblioteca Central Professor Antônio Jorge

Aos Atingidos da Mineração Riacho dos Machados!

AGRADECIMENTOS

Enfim chegou o momento de agradecer a todos que me acompanharam nesse período cheio de desafios, conquistas e muito aprendizado.

Primeiro agradeço a Deus, por ser meu refúgio e proteção.

Agradeço aos meus pais Carlos e Lourdes, meus irmãos, Isis e Ericson, e as minhas avós Maria e Lindaura, pelo amor e incentivo. Vocês são tudo para mim!

Agradeço e registro aqui o meu amor e saudade de Amora Cheetara, minha filha pet e companheira durante a estadia em Montes Claros para a conclusão do Mestrado. Sua vida foi curta e fundamental. Obrigada pelo amor incondicional e por ter sido meu amparo e motivo de felicidade. Chegar em casa e não te ver dói muito. Sinto sua falta todos os dias e te amarei para sempre.

Gratidão a Milena, Céu, Enzo e Jack, minha família de coração, por estarem sempre comigo e compartilharem todos os momentos de alegrias e desespero. É bom ter vocês. Estaremos sempre juntos! Amo vocês!

Agradeço aos parceiros que tive no mestrado. À Greice pelo carinho e amizade; à Luiz, que me acompanha desde a graduação, por vivermos mais essa etapa juntos; à Jaqueline pelo companheirismo e afeto; e a Céu de novo, essa é parceira em todos as circunstâncias da vida! Com vocês reclamei, desabafei, sorri e vivi momentos memoráveis. Obrigada pela força!

Agradeço aos professores, funcionários e a todos os colegas da turma 2018 do PPGDS, em especial aos bolsistas, pelo acolhimento, amizade, partilhas, aprendizagens e frustrações que compartilhamos. Foram muitos momentos especiais e desafiadores que me proporcionaram.

Agradeço também a Patrícia Lima e Victória Godinho por toda ajuda que me deram. Assim como agradeço a Ana Flavia e Adinei, pelos longos anos de partilha nos projetos e Grupos de Pesquisa. Estendo minha gratidão a todos professores e pesquisadores do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental – NIISA e Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do Rio São Francisco - OPARÁ/MUTUM.

Agradeço à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela Bolsa de Pós-graduação stricto sensu, que tornou possível a realização do curso e da pesquisa.

Agradeço a minha orientadora, Andréa Narciso, pela orientação, paciência, apoio, incentivo, amizade e por acreditar em mim. Fechamos mais um lindo e desafiador ciclo juntas!

Agradeço aos professores Rômulo Barbosa, Raquel Oliveira e Felisa Anaya pela participação nas bancas de defesa e qualificação, contribuindo para o enriquecimento deste trabalho. A vocês meu carinho, respeito e admiração. Muito obrigada!

Por fim, agradeço aos meus interlocutores, atingidos da Mineração Riacho dos Machados, que vivem o processo de desestruturação e migração forçada, por confiarem em mim e aceitarem compartilhar suas histórias de vida comigo. Este trabalho é de vocês!

RESUMO

Este trabalho disserta sobre atingidos da Mineração Riacho dos Machados-MRDM, complexo minerário localizado nos municípios de Riacho dos Machados e Porteirinha, na região Norte do estado de Minas Gerais. Tivemos como objetivo geral compreender o processo de migração dos atingidos das áreas adjacentes às estruturas da mineradora, tendo como recorte temporal a reativação da atividade a partir de 2008. Para tanto, discutimos o contexto político-econômico do neoextrativismo e o processo de reprimarização da economia na América Latina e no Brasil, para então tratarmos do Norte de Minas enquanto Nova Fronteira Mineral. Nesse contexto, trazemos as discussões sobre os danos da atividade, buscando entender de que forma acontecem as violências e violações cotidianas que levaram à desestruturação do modo de vida tradicional dos nossos interlocutores, o que vem impossibilitando a permanência dos mesmos em seus lugares tradicionais. Através da metodologia qualitativa, da pesquisa bibliográfica e trabalhos de campo, privilegiando as narrativas, buscamos também compreender em quais condições os atingidos são encurralados e expulsos dos seus lugares e como é o refazer a vida em um outro lugar. Observamos que o processo de migração forçada nas comunidades acontece de duas maneiras. Os atingidos da comunidade Ouro Fino, localizada a jusante da barragem de rejeitos, migram compulsoriamente para a parte urbana de Riacho dos Machados. Saem de suas casas para protegerem suas vidas e saúde. Já os moradores de Piranga, localizada a aproximadamente um quilômetro da cava da mina, continuam convivendo com a mineração e seus efeitos destrutivos, presos em uma condição de sujeição, onde não há escolha e tampouco meios de tornar possível uma escolha. Estão encurralados e em iminência de expulsão do lugar. Em ambas as situações os atingidos vivem tensões provenientes da “extrahección”. São expostos a situações de vulnerabilidade, mudanças no modo de viver e consequentemente, mudanças nos cenários em que vivem.

Palavras-chave: Mineração; Desestruturação; Migração Forçada; Modo de Vida; Riacho dos Machados-MG

ABSTRACT

This work dissertation is about people affected by Mineração Riacho dos Machados-MRDM, a mining complex located in the municipalities of Riacho dos Machados and Porteirinha, in the northern region of the state of Minas Gerais. Our general objective was to understand the migration process of the people affected from the areas adjacent to the mining company's structures, having as a temporal cutout the reactivation of the activity as of 2008. To this end, we discussed the political and economic context of neoextractivism and the process of reprimarization of the economy in Latin America and Brazil, in order to then deal with the North of Minas as a New Mineral Frontier. In this context, we bring the discussions about the damages of the activity, seeking to understand how the violence and daily violations that led to the destructuring of the traditional way of life of our interlocutors happen, which has made it impossible for them to remain in their traditional places. Through qualitative methodology, bibliographic research and field work, privileging narratives, we also seek to understand under what conditions those affected are trapped and expelled from their places and what it is like to rebuild life in another place. We observe that the process of forced migration in the communities happens in two ways. Those affected by the Ouro Fino community, located downstream of the tailings dam, migrate compulsorily to the urban part of Riacho dos Machados. They leave their homes to protect their lives and health. The residents of Piranga, located approximately one kilometer from the mine pit, continue to live with mining and its destructive effects, trapped in a condition of subjection, where there is no choice and no means to make a choice possible. They are trapped and on the verge of being expelled from the place. In both situations, the people affected are living with tensions coming from "extrahección". They are exposed to situations of vulnerability, changes in the way they live and, consequently, changes in the scenarios in which they live.

Keywords: Mining; Destructuring; Forced Migration; Mode of Life; Riacho dos Machados-MG

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Municípios de abrangência do empreendimento MRDM.....49

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1: Os Danos da Mineração nas Comunidades Atingidas pelo Complexo MRDM.....70

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Placa Próxima a Bifurcação de Acesso aos Municípios de Riacho dos Machados e Porteirinha, na BR 122.....44
Foto 2: Município de Riacho dos Machados-MG.....45
Foto 3: Município de Porteirinha-MG.....47
Foto 4: O Primeiro Trabalho de Campo.....61
Foto 5: Placa na Entrada da Cidade de Riacho dos Machados.....62
Foto 6: Oficina na Comunidade Piranga.....67
Foto 7: De Longe e de Perto.....68
Foto 8: Os Quintais.....80
Foto 9: Rachadura na Casa de José.....94
Fotos 10: A Casa da Família de Carlos na Comunidade Ouro Fino.....112
Fotos 11: A Casa alugada pela Família de Carlos na Cidade de Riacho dos Machados.....113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Resumo das Teses Preliminares que Caracterizam o Neoextrativismo dos Governos Progressistas da América do Sul.....26
Quadro 2: Direitos a Reparação Integral.....71

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACEBEV - Associação Casa de Eva Barranco Esperança e Vida

ADA - Área Diretamente Atingida

CRDH/Norte - Centro de Referência em Direitos Humanos

CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG

CPT/MG - Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais

CODEMGE - Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MRDM - Mineração Riacho dos Machados

NIISA - Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental

OPARÁ/MUTUM - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do Rio São Francisco

PNM - Plano Nacional da Mineração

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

Aproximação ao Tema 13

Objetivos, Delimitação e Procedimentos Metodológicos 14

Estrutura da Dissertação 19

CAPÍTULO I:OS EFEITOS DERRAME DO NEOEXTRATIVISMO: A MINERAÇÃO RIACHO DOS MACHADOS 21

O Cenário Político-econômico do Extrativismo Mineral e a Amplitude dos Seus Efeitos .. 23

As Contradições da Mineração 30

Das Políticas de "Desenvolvimento" a Nova Fronteira Mineral Norte Mineira 36

Mineração Riacho dos Machados: A Reativação e Expansão da Mina de Ouro 43

CAPÍTULO II:OS REFLEXOS DA REATIVAÇÃO: OS ATINGIDOS E O LUGAR TRADICIONAL 53

Uma Reflexão Sobre o Ser ou Não Ser Atingido 55

O Percurso dos Trabalhos de Campo: Chegando aos Interlocutores da Pesquisa 59

Os Atingidos 75

Os Modos de Vida no Lugar Tradicional 79

CAPÍTULO III:A MIGRAÇÃO FORÇADA: A DESESTRUTURAÇÃO E O REFAZER A VIDA EM UM NOVO LUGAR 85

A Desestruturação dos Modos de Vida e a Violência Cotidiana Durante a Mineração 87

O Processo de Migração Forçada em Função da Reativação da Mineração 97

A Busca Pela Reparação Integral 103

O Sair, Desterritorializar e Reterritorializar 106

As Mudanças no Cotidiano no Novo Lugar 108

CONSIDERAÇÕES FINAIS 116

REFERÊNCIAS 120

INTRODUÇÃO

No cotidiano das famílias e pelos lugares percorridos no Norte de Minas é comum ouvir, nas conversas casuais, relatos de pessoas que vivem/convivem com o “ir embora”, “sair”, “sair de casa”, “ir para fora” ou “ir para o mundo”. São processos migratórios plurais, que acontecem de forma permanente ou temporária, como uma forma de resistência dos povos sobre seus territórios tradicionais, em função de conflitos sociais, econômicos e ambientais, e também como parte de um modo de vida e forma de reprodução social de famílias rurais. A região é também alvo de políticas desenvolvimentistas através de grandes empreendimentos, entre eles, os de extrativismo mineral, o que nos levou a indagar sobre os processos migratórios e suas relações com a atividade minerária, uma vez que configura uma conjuntura que sustenta a impossibilidade do viver da “roça” ou permanecer nos territórios tradicionais.

Para tanto, partimos da compreensão da mineração, configurada enquanto um modelo de desenvolvimento do “neoextrativismo”, e traz consigo imposições desproporcionais ou até mesmo contraditórias. O que se observa é que esse “desenvolvimento” é imposto de forma conservadora, que em nome do progresso econômico, desconsidera os modos de vida tradicionais das comunidades atingidas, culminando em danos que são continuados, entre eles, a expulsão do atingidos dos seus territórios tradicionais e lugares de vida.

São inúmeras as possibilidades para se pensar processos migratórios em contexto de mineração. Nos trabalhos de campo identificamos as seguintes configurações de migração: a chegada da mineração é marcada pelo “deslocamento compulsório”, a saída das pessoas de seus territórios, a expropriação; Há também a chegada de novas pessoas de outros lugares para trabalharem no local, isso junto ao processo de migração pendular, principalmente do município de Porteirinha para a área da estrutura física da mina, no município de Riacho dos Machados; Durante a atividade, os moradores adjacentes são encurralados, expulsos por meio de violência e violações, da “*extrahección*”; Além disso, há a estratégia de reprodução do campesinato que também é identificada nas comunidades: a migração temporária para plantios, colheitas ou trabalhos diversos em outras regiões do Brasil e nos grandes centros urbanos.

Considerando tais meandros, a presente pesquisa tem como recorte de análise moradores e ex-moradores das comunidades adjacentes à estrutura física da Mineração Riacho dos Machados - MRDM, e entre os diversos e complexos danos, nos dedicamos ao

processo de expulsão das comunidades atingidas. Trabalhamos com famílias que não saíram definitivamente, que ainda mantém vínculo com os lugares, ou mesmo os que permaneceram morando a jusante do empreendimento, resistindo.

De maneira geral, nossos interlocutores têm seus modos e meios de vida comprometidos em função da mineração, que provoca a impossibilidade de ficarem em seus lugares de vida. É importante salientar que migrar é um direito humano, mas as migrações analisadas nesta pesquisa são migrações forçadas, de expulsão, impostas de forma estrutural, que provoca a saída do território tradicional.

Apoiados em Singer (2008), consideramos que a migração forçada compõe o que o autor chama de migrações internas, que são resultantes de um processo global, e condicionadas pela história, como bem ilustra o processo de desenvolvimento, que fomenta fatores de "expulsão" que são de "mudança", em vista da incorporação de modos de produção capitalista em áreas rurais que trabalham por uma lógica diferente, o que aumenta os movimentos de saída, "embora tais fluxos estejam presentes mesmo quando não há desenvolvimento" (Idem, p. 50), podendo ser também uma forma de resistência.

Aproximação ao Tema

O despertar para este tema aconteceu junto ao meu processo de construção de um pensamento crítico diante as questões sociais e políticas. Ao longo da minha formação em Ciências Sociais e minha inserção como pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental - NIISA, através do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do Rio São Francisco - OPARÁ/MUTUM[1], me lancei no universo complexo de estudo das migrações e suas interfaces, trabalhando conceitos, tencionando categorias êmicas e analíticas, e as problematizando em contextos sociais diversos. No trabalho monográfico, defendido no ano de 2017, realizei uma discussão sobre as relações de gênero nas migrações temporárias de norte-mineiros, evidenciando que nas famílias estudadas, as mulheres ficam e os homens saem como forma de permanecerem, uma forma de resistência na busca pela reprodução do modo de vida tradicional.

Com o findar da minha graduação retornei para meu município de origem, Porteirinha-MG, e durante um ano amadureci uma nova ideia de pesquisa, agora pensando os processos migratórios sob nova perspectiva, em um cenário que me desperta curiosidade acadêmica

[1] Reconhecido no CNPq e na Unimontes, CEPEX 96/2011, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa-UNIMONTES, parecer 158. 386, coordenação Professora Andrea Narciso.

desde quando cursava o ensino médio. Nesse período me atentei para a circulação de caminhonetes identificadas com a logomarca da Carphatian Golg, e ao longo dos anos vi casas próximas a minha sendo alugadas para funcionários, vi meu pai prestando serviços de sonorização para a empresa, e ouvi também seus relatos de quando sua família se mudou para Riacho dos Machados, por volta dos anos 1982, para que seu pai/meu avô trabalhasse com a monocultura de eucalipto.

Recuperando essas memórias, somadas as minhas curiosidades sobre um local que me era próximo e ao mesmo tempo desconhecido, e estabelecendo conexões a fim de manter meu interesse com os estudos de migração, construí a proposta de pesquisa desenvolvida nos limites deste trabalho. A análise é sobre como acontece o processo de migração que expulsa comunidades rurais localizadas as margens de um empreendimento de mineração, isso buscando dar visibilidade à luta para reconhecimento e atendimento das reivindicações dos atingidos.

Objetivos, Delimitação e Procedimentos Metodológicos

Inferimos que o lócus de estudo revela potencial para análises de processos migratórios no contexto de grandes projetos agenciados pelas políticas neoextrativistas. Nesse sentido, temos a mineração como deflagradora de mudanças sociais que implicam em modificações dos modos de vida nas comunidades do seu entorno, alteram a organização social, econômica e territorial, ocasionando também, como um efeito, o encurralamento dos moradores, a migração forçada. Dessa maneira, definimos as questões da pesquisa: com a atividade minerária, é possível que as comunidades mantenham seus modos e meios de vida tradicionais? Quando há a desestruturação, como acontece o processo de saída dos seus lugares de vida? Quando vivem a migração de expulsão, como é reconstruir a vida em um novo lugar? Quais modificações em seus cotidianos são visíveis nesse processo?

A fim de responder tais questionamentos, definimos nossos objetivos de pesquisa. O objetivo geral é compreender como acontece o processo de migração dos moradores residentes nas áreas adjacentes às estruturas da Mineração Riacho dos Machados – MRDM, atingidos pela reativação da mina. Para tanto, estabelecemos como objetivos específicos: analisar, através de conceitos e categorias teóricas e analíticas, a migração como um efeito da atividade minerária; resgatar como eram os modos de vida dos atingidos no lugar tradicional e; por fim, entender como acontece o “refazer a vida” nos novos lugares após a migração forçada.

Desta maneira, delimitamos como campo de análise da pesquisa, os atingidos das comunidades Ouro Fino e Piranga. A primeira está localizada à jusante da barragem de rejeitos, e a segunda está a aproximadamente um quilômetro da cava da mina. A partir dessa delimitação temos o intuito de compreender os desafios que os atingidos enfrentam, em seus cotidianos em função dos danos causados pela mineração.

Nosso esforço analítico para pensar criticamente e construir uma interpretação da realidade social pesquisada se ampara em opções dentro do diverso arsenal de abordagens epistemológicas e metodológicas existentes. Em conformidade com os nossos objetivos de pesquisa, adotamos a metodologia qualitativa, envolvendo uma análise socioantropológica, sustentada pela aproximação entre as teorias e a experiência empírica, atentando-nos as conexões entre estes para a análise do fenômeno social. De acordo com Bourdieu (2010), as nossas ações e escolhas acontecem em consonância com nossa trajetória. A medida que vivemos, estamos interiorizando exterioridades e também exteriorizando interioridades, uma relação dialética. Logo, o autor destaca a importância da incorporação de uma atitude de vigilância epistemológica em nossos trabalhos.

Os trabalhos qualitativos, de acordo com Martins (2004, p. 292), "privilegiam, de modo geral, a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade". Para tanto, requer do pesquisador social algumas habilidades para tratar de fenômenos complexos, investigados em sua totalidade, por serem caracterizados pela difícil separação entre suas causas e motivações, sendo elas: imaginação enquanto uma forma de criatividade, intuição e experiência. Ou seja, envolve a experiência de formação teórica e a prática através da vivência. Além disso, assume-se uma responsabilidade no processo do trabalho que é artesanal, nos aprofundamentos e no desenvolvimento da liberdade intelectual.

Moldamos nossos estudos e reflexões em forma de um *artesanato intelectual* amparados na discussão de Mills (2009), que sustenta que a partir do momento que nos propomos a discutir determinado tema, nos tornamos sensíveis a ele, o vemos e temos *insights* durante nossa vida cotidiana. Entretanto, o autor propõe um cuidado na separação entre o trabalho intelectual e nossa experiência de vida, visto que nos delineamos enquanto pessoa junto ao nosso processo de aperfeiçoamento do ofício intelectual, e neste processo precisamos refletir o que realmente é pertinente na organização da nossa pesquisa. Para tanto, o autor destaca que um importante aliado é a manutenção de um diário, no qual anotamos e desenvolvemos o hábito de refletir de modo sistêmico.

Para Mills (2009), a construção de um bom trabalho nas ciências sociais, envolve mais que a utilização de um conjunto de procedimentos de forma rígida e uma pesquisa empírica bem delineada. É fundamental, para além dos estudos que sustentam a direção do nosso tema, exercitar através do trabalho rotineiro, a nossa imaginação sociológica, a capacidade de construir uma visão adequada de uma sociedade e seus componentes, a partir de combinações de ideias que, em um primeiro momento, podem até parecerem divergentes, o que envolve um "estado de espírito lúdico" e um esforço intenso para compreender o mundo.

Para subsidiar nossa abordagem metodológica qualitativa, utilizamos análises bibliográficas e o trabalho de campo. Em um primeiro momento realizamos a pesquisa bibliográfica acerca dos pilares que dão aporte a esta pesquisa, como as categorias e teorias do neoextrativismo, efeitos derrame, *extracción*, atingido, entre outros, nos atendo, assim como Calvino (2005), que a leitura:

> É um processo que envolve mente e olhos, um processo de abstração, ou melhor, é extrair o concreto de operações abstratas, como identificar sinais característicos, reduzir tudo que vemos a elementos mínimos, reuni-los em segmentos significativos, descobrir ao nosso redor regularidades, diferenças, repetições, exceções, substituições, redundâncias" (Idem, p. 145).

Após a construção desta base teórica, utilizamos como ferramenta o trabalho de campo, que de acordo com Godoy (1995), é o principal recurso da pesquisa de campo, por possibilitar ao pesquisador uma experiência direta e intensa com seu universo de pesquisa, com a situação estudada, e assim compreender regras, costumes e convenções que norteiam a vida do grupo pesquisado.

Durante os trabalhos de campo utilizamos como principais técnicas a observação participante e o diário de campo. Brandão (2007) sustenta que o trabalho de campo é uma vivência, um trabalho de produção de conhecimento que perpassa por uma dimensão de subjetividade, em que, para a construção de um trabalho científico sobre uma comunidade, é necessário estabelecer uma relação social e afetiva com as pessoas do lugar. Nesse sentido, este trabalho lida com as técnicas de coleta e análise de dados de maneira flexível, buscando as mais adequadas. Levamos em consideração a ênfase em um contexto delimitado que conduz o nosso olhar, ouvir e sentir, a subjetividade das experiências de visitas a campo, as percepções de nosso adentrar no cotidiano, do estar no campo, as falas, atos e relatos das pessoas, que dão a sustentação para nossas descrições, articulações e análises.

A observação participante, conforme Brandão (2007) abrange o estar presente e o envolvimento pessoal na vida cotidiana dos pesquisados. Nesse sentido, Martins (2004) afirma que para que ela aconteça é preciso, primeiro, que o pesquisador seja aceito pelos

pesquisados e que estes se disponham a falar sobre sua vida e permita a observação. “Trata-se do que Bronislaw Malinowski (1978) chamava de “a necessidade de mergulhar na vida do outro”, para que essa vida possa, em alguma medida, ser reconstruída” (Idem, p.294). Essa inserção na vida do indivíduo, do grupo, da comunidade, exige uma relação baseada na simpatia, confiança, afeto e amizade.

Registrar informações e descobertas durante a pesquisa é fundamental, para tanto, o diário de campo foi uma ferramenta crucial, pois recorremos a ele durante nosso processo de escrita. É nesse diário que registramos nossas experiências, nossas observações, percepções, os pequenos detalhes, além de ideias que tivemos durante a vida cotidiana observada, fragmentos de conversas, entre outros pontos que de alguma forma contribuíram para o nosso trabalho.

A fim de instrumentalizar o campo, adotamos também alguns mecanismos da antropologia através da etnografia e das estratégias de levantamento incorporadas a ela, tais como o roteiro de campo, entrevistas livres e semiestruturadas, e observações diretas utilizando-se um olhar etnográfico. Para cumprir esta proposta, julgamos necessária também a utilização de gravador e máquina fotográfica.

Sobre o olhar etnográfico, Magnani (2012) propõe que é necessário manter um olhar de perto e de dentro da sociedade estudada, “capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques que, para efeito de contraste, qualifiquei como de fora” (Idem, p.17). Ainda segundo o autor,

> O método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica, pode-se usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa, ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos. Ademais, não é a obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento, os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento (Idem, p.17).

Destacamos que nosso ensejo não foi realizar uma etnografia, visto que a disponibilidade de tempo para a defesa da dissertação impossibilita o cuidado que esta requer. Portanto, realizamos um estudo de caso, por considerarmos mais apropriado dentro dos limites de tempo para a pesquisa. Da Matta (1978) afirma que entre o chegar, pesquisar e ir embora, está o momento da descoberta etnográfica de como opera uma regra. Assim, a partir do olhar mais próximo do lócus de estudo, nosso intuito foi sustentar uma interpretação socioantropológica para o fenômeno estudado.

Dividimos o trabalho em alguns momentos metodológicos referentes às etapas da pesquisa que também são adotadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e

Comunidades Tradicionais do Rio São Francisco - OPARÁ/MUTUM: Primeiro realizamos um levantamento bibliográfico local, regional e nacional sobre os eixos temáticos para obter conhecimento do que já foi estudado sobre o lócus: teses, dissertações, monografias, bem como livros, artigos, entre outros.

Fizemos um levantamento prévio sobre o empreendimento e seus danos, nos apoiando em análises dos cinco produtos do Plano Regional Estratégico em Torno de Grandes Projetos Minerários no Norte de Minas, elaborado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); no Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, que constitui em exigência legal, prevista na Resolução CONAMA nº 237, solicitado pela Carpathian Gold e produzido pela empresa YKS de Belo Horizonte; e no Laudo Técnico referente à análise ambiental e social do empreendimento, preparado pelo Instituto Prístino a pedido do Ministério Público de MG. Foram primordiais nossas conversas com representantes de movimento sociais, como a Comissão Pastoral da Terra - CPT e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais - STRs de Porteirinha e Riacho dos Machados, e também a leitura da Dissertação de Lima (2018), que estuda o neoextrativismo e os efeitos derrame ambientais sobre a água na retomada das atividades da Mineração Riacho dos Machados - MRDM.

Tivemos como inspiração, ainda, as Dissertações de Prates (2017), que discute as violências cotidianas produzidas nas comunidades do entorno do empreendimento Minas-Rio, em Conceição do Mato Dentro-MG, bem como Antonietti (2019), que analisa as estratégias do mesmo empreendimento no que se refere ao processo de aquisição de terras e os efeitos sobre os atingidos.

Depois de construir o arcabouço teórico sobre o tema e analisar os documentos e trabalhos acadêmicos citados, elaboramos os roteiros para guiar nossos trabalhos de campo. Estivemos na cidade de Riacho dos Machados-MG, primeiro para uma observação, depois participamos de uma Oficina junto à movimentos e organizações sociais, na comunidade Piranga, contando com representantes das outras comunidades do entorno e, por fim, retornamos às casas dos atingidos para realizar entrevistas em profundidade. Posteriormente realizamos a análise, organização e sistematização dos dados obtidos em campo inter-relacionando com o referencial teórico estudado, elencando as informações, descobertas e o conhecimento produzido.

Em função do contexto de conflito e violências que é discutido neste trabalho, optamos por resguardar a imagem dos nossos interlocutores por meio de nomes fictícios, e

após ser apresentada à comunidade acadêmica, esta Dissertação, com os resultados obtidos na pesquisa, será devolvida às comunidades pesquisadas como mais um instrumento de luta.

Estrutura da Dissertação

Organizamos a Dissertação em três capítulos. No primeiro, intitulado "Os Efeitos Derrame do Neoextrativismo: A Mineração Riacho dos Machados", trazemos a contextualização do cenário político-econômico do extrativismo mineral, apresentando a expansão do padrão de mineração na América Latina e no Brasil através do processo de reprimarização da economia a partir dos anos 1990 e também analisando sob a perspectiva do neoextrativismo nos anos 2000. Trabalhamos as tensões e conflitos em torno dos danos da atividade a partir de conceitos como os de "efeitos derrame" e "extrahección" e "violência das afetações". Partindo do cenário do Norte de Minas Gerais como alvo de políticas de "desenvolvimento" apresentamos o histórico da mineração na região até sua denominação de nova fronteira mineral, acompanhado de uma breve apresentação do complexo minerário de Riacho do Machado e Porteirinha, bem como o cenário de reativação e expansão da mina de ouro no local.

No segundo capítulo, "Reflexos da Reativação: Os Atingidos e o Lugar Tradicional", passamos a esmiuçar nosso trabalho de campo. Iniciamos o capítulo apresentando a categoria analítica "atingidos", nossa opção para tratamento dos sujeitos da pesquisa, para em seguida narrarmos o percurso e as dificuldades que enfrentamos para chegar aos nossos interlocutores. Posteriormente, exploramos o contexto das comunidades de Ouro Fino e Piranga, através de uma descrição de como eram os modos de vida no lugar tradicional antes da atividade minerária na região. Buscamos sempre evidenciar, no texto, os fatos e momentos que tiveram destaque nas narrativas dos atingidos.

No terceiro capítulo, "A Migração Forçada: A Desestruturação e o Refazer a Vida em Um Novo Lugar", discutimos, através de categorias analíticas, sobre os danos causados pela atividade no cotidiano das comunidades. Tratamos da desestruturação dos modos e meios de vida, das violências e violações durante a mineração, e analisamos os processos de migração forçada vividos pelos moradores das comunidades Ouro Fino e Piranga. Nesse sentido, apontamos, a partir das narrativas dos entrevistados, os elementos que levaram a expulsão, bem como as condições em que deixaram seus lugares tradicionais. Discorremos também sobre o processo de reconstrução e ressignificação dos modos de vida no novo lugar de

morada. Os atingidos são expostos a situações de vulnerabilidade, mudanças no modo de viver e consequentemente, mudanças nos cenários em que vivem.

Nas considerações finais, trazemos as análises que ficam desse trabalho, lembrando que, ao finalizarmos uma pesquisa, começamos novos questionamentos e a certeza que há muito a ser feito e realizado.

CAPÍTULO I

OS EFEITOS DERRAME DO NEOEXTRATIVISMO: A MINERAÇÃO RIACHO DOS MACHADOS

Passei minha infância vivendo com liberdade de ir e vir, na pacata cidade de Porteirinha, onde mesmo estando na área urbana, tínhamos o costume de brincar descalços na rua, com nossos vizinhos, sem medos ou qualquer restrição que nos fizessem sentir que a segurança estava apenas nas prisões de nossos lares. Mas, a vida adulta me fez transitar por outros caminhos. Para cursar Ciências Sociais na Unimontes, me mudei para Montes Claros e ao meu percurso foram acrescentadas novas questões, parâmetros, medos e desafios. Passei a viver um rotineiro "vai e vem", vivendo uma constante travessia entre Porteirinha e Montes Claros. Neste processo eu me transformei e as pessoas e paisagens também, voltava a minha terra natal e até me surpreendia com as mudanças no lugar.

Através da minha inserção e participação em grupos e projetos de pesquisa que discutiam migração em contextos diversos, ainda na graduação, comecei a me atentar às possibilidades de pesquisas envolvendo processos migratórios em contextos de conflitos. Passado algum tempo, para me ingressar no mestrado em Desenvolvimento Social, comecei a refletir sobre algo que me chamava atenção em Porteirinha, ainda no ensino médio, por volta dos anos 2010. Era uma nova movimentação, diferente de outrora, a cidade estava recebendo os funcionários da Mineração Riacho dos Machados. Havia uma grande circulação de caminhonetes da empresa, que despertava a atenção dos moradores, principalmente das crianças, pois não era um modelo de automóvel comum naquela época. Muita gente "de fora" chegando à nossa cidade.

Quando decidi que queria estudar migração no contexto de mineração, me vieram muitas possibilidades de recortes para a pesquisa. Fiquei perdida. O encontro dessa curiosidade com as leituras que fui realizando durante o mestrado, as participações em eventos, e também com o processo de qualificação desta pesquisa, me senti mais segura do meu desejo de estudar a migração que é provocada pela restrição à liberdade, por não haver possibilidade de continuar vivendo em um lugar por questões externas, de "desenvolvimento", que foge do controle e do desejo das pessoas. Uma migração que não é uma escolha, é forçada pelo medo da contaminação da água, do ar, de um desastre socioambiental, entre outros.

Ao optar por esse caminho encontrei muitas dificuldades, principalmente para chegar aos sujeitos da pesquisa, pensei em desistir. Porém, o percurso de uma pesquisa, principalmente que envolve trabalhos de campo, é cheio de surpresas. Nos primeiros relatos, ainda nas conversas informais, me disseram que não dava para viver ali, perto do empreendimento, que as pessoas estavam deixando suas casas, e os que ainda não deixaram estão buscando caminhos para sair de lá. Visitei a região e vi de perto a estrutura da

mineradora, as cercas, as placas, as restrições de circulação e acesso impostas aos moradores da região, daí senti que era isso: entender as condições de vida que passaram a ter no lugar, as estratégias, os medos, as inquietações das pessoas, foi o que me despertou para a pesquisa.

∞

Para sustentar nossa análise sobre fluxos e processos migratórios que são suscitados por grandes projetos minerários no Norte de Minas, neste capítulo, damos início ao esforço em articular o contexto político-econômico em que a instalação do complexo minerário em discussão se instaura, apresentando a dinâmica neoextrativista de acumulação que se desenvolveu no país nas últimas décadas. Buscamos também refletir conceitos e categorias que amparam a compreensão da multidimensionalidade dos danos que subjazem esse tipo de empreendimento de exploração de bens primários.

O Cenário Político-econômico do Extrativismo Mineral e a Amplitude dos Seus Efeitos

O padrão de mineração reproduzido na América Latina compõe a racionalidade do extrativismo, atividade amplamente discutida por autores como Gudynas (2009, 2013, 2015, 2016), Acosta (2016) e Milanez e Santos (2013) sendo definida, de maneira geral, como uma forma de lidar com os recursos naturais pautados pela extração em grande escala que, em geral, são exportados como matéria prima sem nenhum tipo ou com o mínimo de processamento. Apesar de associado à exploração de minerais e de petróleo, o modelo extrativista abrange também produtos de origem animal e vegetal, como o extrativismo florestal, pesqueiro e agrário. Contudo, não são todas as formas de extração que são extrativismo, para sê-lo exige-se uma alta magnitude de apropriação de recursos naturais.

Uma das características desse modelo mais suscetível a críticas é o fato de, apesar de essas extrações acontecerem em territórios locais, a maior parte da produção é destinada ao mercado global, onde também é determinado o preço e são adquiridos os bens, insumos e serviços especializados para a manutenção da atividade. Conforme afirma Acosta (2016, p. 50-51), “apesar das dimensões dessa atividade econômica, enormes, ela gera um benefício nacional muito escasso”. Logo, o extrativismo constitui-se como um modelo de

desenvolvimento voltado para fora, e sinônimo da manutenção da dependência ao mercado externo.

As atividades extrativistas são alvos de tensões e conflitos em torno dos seus danos ambientais, econômicos e sociais que evidenciam a sua insustentabilidade e frágil contribuição para o "desenvolvimento nacional". Mas, apesar disso, os governos os mantêm em seus discursos, enquanto um importante elemento para promover o crescimento econômico, e assim atingir o patamar de desenvolvimento nacional. O que se observa é que esse desenvolvimento é imposto de forma conservadora, que em nome do progresso econômico, desconsidera os modos de vida tradicionais das comunidades receptoras.

É fácil notar como o termo desenvolvimento vem sendo adotado pelos mais variados grupos para sustentação dos seus discursos. Conforme afirma Silva (2016, p. 171) "tornou-a o mantra vocalizado e repetido à exaustão pelos mais diferentes espectros político-partidários e ganhou contornos de discurso oficial". Ao ligarmos a televisão, o rádio, ou mesmo participarmos de alguma reunião ou audiência pública vemos o termo sendo utilizado por políticos e empresários para justificar o investimento em grandes obras como, por exemplo, a implantação de megaprojetos de mineração. Afirmam, através de um discurso hegemônico, que eles são imprescindíveis para alcançar a melhoria das condições de vida das regiões "subdesenvolvidas". Portanto, esses discursos procuram dotar o desenvolvimento de uma conotação positiva. Conforme afirma Esteva (2000, p. 64)

> A palavra sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor. Indica que estamos progredindo porque estamos avançando segundo uma lei universal necessária e inevitável, e na direção de uma meta desejável.

Apesar das críticas ao modelo de desenvolvimento com base no extrativismo ele ainda era considerado imprescindível para a economia dos países da América Latina, e a partir dos anos 1990, a imagem da indústria extrativa passou a ser reformulada, trazendo a ideia de que "a partir das novas tecnologias, trabalhadores capacitados, gestão ambiental e responsabilidade social e empresarial seria possível um "desenvolvimento sustentável". (ANTONIETTI, 2019, p. 45). A exploração dos recursos naturais voltou a se intensificar nos países da América Latina devido ao aumento da demanda nos países industrializados, com destaque para a China.

O cenário era de aumento das exportações para o mercado mundial, acompanhados também pelo aumento dos preços. Tinha-se a percepção de que o avanço do setor representaria benefícios para a sociedade, ideia que se tornou passível a novos

questionamentos com a chegada dos governos progressistas a alguns países da América do Sul, visto que, ideologicamente, partidos e políticos progressistas e de esquerda sustentavam uma crítica contrária a esse tipo de economia de enclave, visto que possuem alto poder de degradação social e ambiental. Entre os governos progressistas que acabaram incorporando o modelo extrativista como uma política de "desenvolvimento" está incluso o Brasil durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva iniciado em 2003; a Venezuela em 1998 com Hugo Chaves; Ricardo Lagos no Chile em 2000; Evo Morales na Bolívia em 2005; Tabaré Vázquez no Uruguai também em 2005; Rafael Correa no Equador em 2006; e Fernando Lugo no Paraguai em 2008 (GUDYNAS, 2015).

Nesse sentido, a partir dos anos 2000 o extrativismo passou a ser reestruturado e trabalhado sob a perspectiva do "neoextrativismo", cunhada por Gudynas (2012, p.315, *tradução nossa*) como "um novo ingrediente de uma versão contemporânea e sul-americana do desenvolvimentismo". O conceito traz a perspectiva de voltar a economia às atividades do setor primário, que apresentaram alta demanda no mercado internacional. Nesse modelo, acredita-se que o crescimento econômico seria eficiente e suficiente para superar desigualdades sociais, pois a maior arrecadação fomentaria programas sociais, contribuiria para a redistribuição das riquezas, e foi tida como uma alternativa para a suposta resolução dos problemas sociais associados à pobreza.

> Sobre este novo extrativismo um estilo de desenvolvimento é mantido com base na apropriação da natureza, que alimenta uma rede produtiva pouco diversificada e altamente dependente de uma inserção internacional, e os fornecedores de matérias-primas, enquanto o Estado desempenha um papel mais ativo, e alcança uma maior legitimidade através da redistribuição de uma parte do excedente gerado pela extração, de qualquer maneira impactos sociais são repetidos e negativos para o ambiente (GUDYNAS, 2009, p.188, *tradução nossa*).

Esse novo "extrativismo progressista" ou "neoextrativismo", apresenta algumas diferenças do extrativismo tradicional. Grosso modo, é mantido o modelo de desenvolvimento baseado na apropriação da natureza, a pouca diversificação produtiva e a relação de dependência internacional enquanto provedor de matéria prima. A mudança mais relevante está no papel desempenhado pelo Estado, sendo que, no neoextrativismo, o Estado exerce um papel mais ativo, busca um maior poder de arrecadação e distribuição dos excedentes através de programas sociais, e a partir disso logram a legitimação popular. Nesse sentido, Gudynas (2009, p.221, *tradução nossa*) pontua algumas características do novo extrativismo e suas principais rupturas com o modelo tradicional:

QUADRO 1: Resumo das Teses Preliminares que Caracterizam o Neoextrativismo dos Governos Progressistas da América do Sul

1	Permanece a importância dos setores extrativistas como um pilar relevante nas estratégias de desenvolvimento dos países sul-americanos.
2	O progressismo sul-americano gera um novo tipo de extrativismo, tanto por alguns de seus componentes, como pela combinação de atributos velhos novos.
3	Observa-se uma maior presença e um papel mais ativo do Estado, com ações tanto diretas como indiretas.
4	O neoextrativismo serve uma inserção internacional subordinada e funcional à globalização comercial e financeira.
5	Continua avançando uma fragmentação territorial, com áreas relegadas e enclaves extrativos associados aos mercados globais.
6	Para além da propriedade dos recursos, se reproduzem as regras e o funcionamento dos processos produtivos voltados à competitividade, eficiência, maximização de renda e externalização dos impactos.
7	Mantém-se e em alguns casos se agravaram os impactos sociais e ambientais dos setores extrativistas.
8	O Estado capta (ou tenta captar) uma maior proporção do excedente gerado pelos setores extrativistas, e parte desses recursos financia programas sociais, como o qual adquirem novas fontes de legitimação social.
9	Revertem-se algumas contradições sobre o extrativismo, e passa-se a concebê-lo como indispensável para combater a pobreza e promover o desenvolvimento.
10	O neoextrativismo é parte de uma versão contemporânea do desenvolvimentismo próprio da América do Sul, onde se mantém o mito do progresso sob uma nova hibridização cultura e política.

Fonte: GUDYNAS (2009, p. 221, *tradução nossa*). Org: SOUZA, Carla Nadinne. 2020

Milanez e Santos (2013) ponderam que uma das questões que podem avaliar a presença do Neoextrativismo no Brasil é o processo de reprimarização da economia, onde a indústria extrativa mineral passa a desempenhar uma maior participação na pauta de exportação e no Produto Interno Bruto do país. A primazia pela exportação de produtos sem valor agregado, a partir dos anos 1990, foi adotada como uma alternativa para a maior obtenção de lucro, o que levou a intensificação da produção de *commodities* com vistas ao mercado internacional.

Conforme avalia Ribeiro (2018), durante os governos Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), foram utilizados mecanismos para

assegurar um *superávit* primário que suprisse "equilibrar a relação entre as despesas públicas e a soma dos bens e riquezas produzidas, em busca de uma estabilidade macroeconômica nem sempre exitosa" (RIBEIRO, 2018, p. 22). Perfil que pode corresponder também aos governos Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2019).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM (2017), entre os anos 2000 e 2010, o setor minerário brasileiro apresentou aumento de 550% no valor de sua produção. No entanto, a inserção do Brasil na economia-mundo via exportação de *commodities*, sobretudo minerais, revela fragilidades da economia do país para resistir a crises e choques externos. O bom desempenho das exportações de minerais depende da demanda externa, que é condicionada pelas oscilações do mercado internacional. Desse modo, nota-se uma elevada vulnerabilidade devido à elasticidade e a dependência do mercado e da política internacional. Lima (2018, p. 19) avalia que:

> O aumento de investimentos no setor mineral por transnacionais canadenses e europeias e a demanda por metais pelas economias asiáticas emergentes, ao lançarem suas intenções sobre grandes depósitos de minerais na América Latina, tem como base grandes investimentos e subsídio governamental que incide sobre a exportação de produtos primários (commodities), e a exploração massiva de recursos naturais.

Svampa (2013, p.31) analisa esse contexto de "boom de commodities" como uma transição do "consenso de Washington", que é associado ao paradigma neoliberal e tem como características o Estado Mínimo, políticas de privatizações e livre mercado para o "consenso de commodities", que marca a entrada a uma nova ordem econômica e político-ideológica, sustentada pela relação entre entidades públicas e privadas. Essa nova conjuntura é possibilitada pelo aumento dos preços e da demanda das matérias-primas e bens de consumo no mercado internacional, vindo principalmente dos países centrais e potências emergentes.

Milanez e Santos (2013) apontam que nesse novo modelo o Mercado e o Estado atuam de forma complementar, cabendo ao governo o apoio à internacionalização de empresas nacionais, a flexibilização da legislação para as atividades de grandes empreendimentos e sustentar uma "compensação" dos danos dessas atividades através de políticas de transferência de renda. Entretanto, quando acompanhamos de perto os meandros da viabilização desses projetos percebemos que a relação entre Estado e Mercado é muito mais complexa, pois é difícil identificar as distinções dos seus papeis.

Junto a esse processo que envolve o contexto do neoextrativismo via reprimarização da economia, que marca a história político-econômica da América Latina, sobretudo do

Brasil, vieram os seus danos, as consequências socioambientais. Nesse sentido, Gudynas (2015) destaca que, apesar do extrativismo acontecer em âmbito local, ele gera efeitos que *se derramam* por outras áreas, acontecem para além do local físico onde estão instalados. Tais efeitos são multidimensionais e podem ser entrelaçados, abrangendo aspectos sociais, ambientais, econômicos, territoriais e culturais. Com efeito, o autor propõe analisar os danos do extrativismo através desta noção de "efeitos derrame", chamando a atenção ao fato de que para além dos danos locais, os empreendimentos de extrativismo afetam até mesmo políticas a nível nacional. "Afeta a estrutura, dinâmica e institucional das estratégias de desenvolvimento, políticas setoriais e modos de entender a natureza, política e democracia" (GUDYNAS, 2015, p. 23-24, tradução nossa).

A partir da categoria "efeitos derrame" é possível perceber e analisar a amplitude dos efeitos multidimensionais das atividades extrativistas, com enfoque na mineração, no contexto brasileiro. Tencionamos "desde a concepção de natureza, os sentidos e impulsos, a sua mercantilização, a administração política de decisão sobre recursos, a forma desigual como são utilizados e a quem recaem o ônus dessa utilização desigual e exploratória" (LIMA, 2018, p. 21). Tais efeitos recaem sobre aspectos ambientais e sociais que deterioram e desestruturam as condições de vida dos atingidos pela mineração.

A medida que a atividade avança sobre territórios tradicionais são verificados seus múltiplos danos, como a contaminação da água, solo e ar, a destruição de áreas silvestres, os efeitos sobre a saúde, os deslocamentos e migrações das pessoas, bem como modificações dos modos e meios de vida, o desaparecimento e alterações profundas nas comunidades tradicionais, além das distorções das economias locais (GUDYNAS, 2015).

Gudynas (2013) destaca que, para se tornar possível, a atividade ainda recorre à violência, viola direitos humanos e da natureza, sendo estas não apenas uma característica, mas uma condição do modelo extrativista. A violência e violações são impostas pelas próprias empresas extrativas e seus agentes, como por parte do Estado, sejam por vias legais ou não. A afetação a saúde humana pela contaminação, o deslocamento forçado das comunidades, o assassinato de lideranças e tentativas de silenciar as comunidades são alguns dos exemplos emblemáticos de como a *extracción* pratica a violência de forma material e simbólica através de diferentes mecanismos.

Nesse sentido, o autor cunha o termo "extrahección", derivado de "extraher", para evidenciar situações de violência e imposição que estão ligadas a empreendimentos de extrativismo, apesar de não ser uma particularidade dele. Ela pode ser identificada também

em outros empreendimentos que têm a remoção e a apropriação massiva de recursos e práticas tradicionais como condição.

> Esta palavra tem sua origem na palavra latina "extrahere", onde "ex" significa fora, e "trahere" refere-se a remover e arrastar-se. Portanto, extraher é apresentado aqui para se referir ao ato de tomar ou remover violentamente, ou onde "arrancar" recursos naturais, seja de comunidades como da natureza. Dessa maneira, a extração seria o caso mais agudo no gradiente de apropriação de recursos naturais, desde que os impõe com violência e quebra a estrutura de direitos (GUDYNAS, 2013, p. 11, *tradução nossa*).

A *extrahección* fragiliza os direitos das pessoas e da natureza, que tem suas dificuldades tratadas pelos próprios governos que fazem parte dos apoiadores das atividades, ou por profissionais contratados pelas empresas exploradoras.

De acordo com Gudynas (2013) os efeitos da *extrahección* podem ser verificados em duas dimensões: a ambiental e a social. A *extrahección* ambiental acontece quando são violados os direitos à qualidade de vida, que inclui um ambiente saudável, e perda dos direitos da natureza, quando a qualidade do ar e da água são afetadas, bem como as situações de desmatamento e secagem das nascentes e a perda da biodiversidade de forma geral. Já a *extrahección social* verifica-se quando os direitos humanos são violados, que inclui o acesso à informação, participação e consulta efetivas durante os processos de eminência de instalação e operação dos grandes empreendimentos, ou mesmo quando comunidades são expropriadas de seus territórios tradicionais para garantir que as atividades extrativistas de grande porte aconteçam.

Nesse sentido, o impulso a mineração em grande escala é cenário de múltiplas "violências das afetações" (ZHOURI; BOLADOS; CASTRO, 2016), que conforme é ressaltado por Zhouri (2018) na orelha do livro em que discute a mineração, são as formas de violências e de resistências, como um importante elemento para a discussão do neoextrativismo e o processo de reprimarização da economia no Brasil e na América Latina. Conforme destacado,

> Esse processo compreende uma série de dinâmicas interligadas, as quais são definidas fora da localidade, por mercados mundiais, mas que encontram materialidade nos territórios. Fundamentalmente, as 'violências das afetações' implicam em expropriação, na destruição de biomas e ecossistemas, na eliminação das economias locais e regionais, assim como na aniquilação dos modos de ser, fazer e viver territorializados. As afetações ao meio ambiente e às comunidades são refletidas ainda nas violações das normas – construídas e pactuadas em níveis nacional e internacional – e na distorção dos mecanismos de participação política consolidados nos períodos pós-ditatoriais em diferentes países do continente latino-americano (ZHOURI, 2018).

A análise do contexto político-econômico do extrativismo mineral e a amplitude dos seus efeitos demonstra que são múltiplas as práticas de violências e violações que levam a *afetações* e *efeitos derrame,* resultando em um processo de desestruturação dos modos e meios de vida de comunidades atingidas à jusante dos grandes empreendimentos. A expansão do setor nas últimas décadas na América Latina, no Brasil e no Norte de Minas Gerais demonstram bem os processos descritos até aqui, e revela-se um bom cenário para desvelar as tramas da mecânica do desenvolvimento que tem a mineração como a vocação do estado. Ao contrário do que é propagandeado, acreditamos que a mineração no estado representa uma condição histórica que iniciou no processo de colonização e vem perpetuando até a atualidade como uma condição de um estilo de vida urbano-industrial. O cenário reflete também as contradições da mineração sobre as quais nos dedicaremos no tópico subsequente.

As Contradições da Mineração

Zhouri (2018, p.7) pondera que o interesse da antropologia pela atividade minerária dá margem para a produção de conhecimento em um *campo minado,* caracterizado por um contexto conflituoso que, através dos debates sobre crise ambiental, reflete a necessidade da disciplina em se apropriar da temática, que nas esferas local e global, envolve atores com diferentes agendas políticas e níveis de poder, entre eles: ONGs, movimentos sociais, instituições e organismos financeiros. Segundo a autora, os desafios colocados pelo "neoextrativismo" são decorrentes de alguns aspectos, "entrelaçam a alta tecnologia, divisão internacional do trabalho e do capital, avanços sobre novas fronteiras e, sobretudo, o agravamento dos 'efeitos derrame' da mineração" (Idem, p.8).

As discussões sobre os reais efeitos da atividade extrativa mineral que se expandiu na América Latina se alargou à medida que foram evidenciadas denúncias das afetações sociais e ambientais que colocam em xeque o difundido discurso dos "benefícios econômicos e sucessos tecnológicos". Conforme afirma Gudynas (2015, p.07, *tradução nossa*), "apesar das promessas de bem-estar, quase todos os empreendimentos extrativistas geram resistências cidadãs e fazem explodir todos os tipos de conflitos".

De modo específico, a mineração de ouro, que está em tela neste trabalho, conforme afirma Wanderley (2015), é uma *commodity* complexa, que pode ter diversos usos e também qualidades. Desempenha um importante papel na geração de superávits primários e apresenta potencial de investimentos em sua exploração. É dotado de valor de uso e de troca, sendo utilizado como matéria prima e reserva monetária de grandes instituições financeiras. "O

metal serve à indústria joalheira, à indústria de alta tecnologia, à indústria médica-odontológica e como reserva de ativo material para países, bancos, empresas e outros investidores em pessoas jurídicas ou físicas" (WANDERLEY, 2015, p. 23).

Entretanto, Gudynas (2018) é incisivo ao afirmar que as transições pós-extrativistas podem culminar em diferentes cenários. As reflexões em torno da viabilidade da exploração dos recursos minerais são tomadas pela incessante evidenciação dos efeitos negativos da atividade. A exploração de metais como ferro, alumínio e derivados são justificadas por sua necessidade para o consumo interno e externo. Já no caso da exploração de ouro, o autor afirma que é inviável, argumentando que:

> Está claro que não tem muito sentido seguir extraindo ouro porque no mercado internacional somente uns 10% tem usos industriais. Portanto, essa velha crítica de que se necessita ser extrativista minerador, porque senão não há metais e a civilização colapsa, não se aplica para o caso do ouro. Dos 10% que se usa na indústria, mais da metade se recicla e se reutiliza. Países como a Colômbia ficam com um enorme impacto social e ambiental para um destino que é global e essencialmente de dois tipos de uso: a metade vai à joalheria, especialmente à China, Índia e Arábia Saudita, e a outra metade vira moedas e lingotes na especulação financeira (Entrevista com Eduardo Gudynas, revista IHU, 2018).

Para pesquisar os danos do empreendimento de exploração de ouro que compreende os municípios de Riacho dos Machados-MG e Porteirinha-MG sobre as comunidades rurais atingidas e situadas no entorno da mina, partimos da premissa evidenciada pelo prognóstico do CEDEPLAR[1] (2012), que afirma que os investimentos da atividade mineral é paradoxal: por um lado ampliam a renda minerária e os empregos, por outro, trazem os conflitos socioambientais, entre eles, a especulação fundiária, o uso dos recursos hídricos, a movimentação da população nos territórios através das migrações e deslocamentos, e os reflexos sobre os patrimônios materiais e imateriais. Em decorrência disso, os territórios de localização do empreendimento e as comunidades atingidas balizam entre disputas de formas de gestão dos territórios e da natureza.

Nesse sentido, é possível pensar a mineração configurada enquanto um modelo de desenvolvimento econômico regional, que revela imposições desproporcionais, ou até mesmo contraditórias, que trazem às comunidades atingidas danos irreversíveis, que podem culminar na impossibilidade de ficarem em seus lugares de vida.

No atual cenário acadêmico, político e social as discussões sobre desenvolvimento sob uma perspectiva crítica ganharam visibilidade, tornando-se uma pauta presente que tem resultado em discussões, estudos e questionamentos que trazem perspectivas que atribuem complexidade a este conceito polissêmico. Essa conjuntura é resultado de um processo de

descortinar, refutar e revelar as adversidades por trás do discurso consolidado que sustenta que as condicionantes econômicas em nome do "desenvolvimento" asseguram uma qualidade de vida. Entretanto, o que vemos é o contrário. Identificamos a perda da qualidade de vida dos que são atingidos. Um contexto que o que se observa são projetos políticos de viés economicista que se constituem de forma dominante e são voltados para a produção e dominação do capitalismo, fundamentados em relações verticais de poder, desconsiderando a diversidade de modos de vida e as formas de gestão da natureza realizada pelas comunidades.

A partir da aproximação das questões que abarcam o conceito de desenvolvimento, e acreditando, assim como Sachs (2000, p. 15), que este "tornou-se um conceito semelhante a uma ameba, sem forma, mas inextricável. Seu contorno está tão pouco nítido que não delimita mais nenhum conteúdo", nasce uma preocupação em investigar de que modo e em que medida este passou a ser considerado, em diferentes contextos, para além de um crescimento e investimento de viés econômico, um campo de disputas simbólicas, que abarca identidades, territórios, territorialidades, recursos comuns, entre outras categorias e aspectos.

No discurso favorável ao desenvolvimento é apresentado como aspecto positivo a possibilidade de inclusão social através da geração de emprego e movimentação da economia local. Entretanto, movimentos sociais questionam essa afirmativa, uma vez que é possível verificar o aumento cada vez maior da desigualdade social. Esse processo de "inclusão social" desencadeia em vários problemas de degradação ambiental e ameaça para grupos locais, que em contrapartida a esse movimento, organizam estratégias de resistência frente ao modelo desenvolvimentista (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Tais autores sustentam que os conflitos são expressão das contradições das formas de ordenamento espacial de acordo com as atividades, maneiras de utilização social, e apropriação dos recursos territorializados e dos espaços, ou seja, "surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural no mundo material". Estes conflitos passam a existir "desde a concepção e/ou planejamento de certa atividade espacial ou territorial" (Idem, p. 17).

Nesse cenário, os recursos naturais são vistos apenas como meio de exploração, uma mercadoria para o sistema econômico vigente. Todavia, é importante avaliar essa concepção e constituir um campo de debate sobre a relação homem e natureza na busca de amenizar o caráter dominante do desenvolvimentismo, que opera a partir da ótica da divisão entre estes, além de representar uma ideologia ocidental que almeja a homogeneização. Outras racionalidades, que não consideram essa dualidade, existem e merecem visibilidade. São os mesmos modelos locais de que fala Escobar (2005), que não vivem através da dicotomia

homem/natureza, mas de uma forma de relação simbólica e cultural, uma proposta de modernidades alternativas.

Nesse movimento de transformação do homem e da natureza em recurso, as identidades, os espaços sociais, os territórios e as territorialidades das comunidades locais tornam-se campos ignorados pelos agentes desses grandes projetos. Através dessa constatação consideramos que, para discutirmos sobre processos migratórios e suas relações com a atividade minerária em Riacho dos Machados, é preciso desmistificar o "desenvolvimento" de que esta é fruto, bem como as conotações que envolvem sua consolidação.

Como resultado desse modelo de "desenvolvimento", assistimos, no dia 25 de janeiro de 2019, três anos após o rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana, mais um desastre tecnológico minerário no estado de Minas Gerais: a avalanche de rejeitos de minério de ferro, lama e água da barragem localizada no município de Brumadinho, região metropolitana de Belo Horizonte. Episódios como estes são caracterizados como crimes ambientais, que deixam rastros de destruição na vida das pessoas. Alguns danos são irreversíveis: cidades destruídas, famílias que tiveram histórias interrompidas, vidas que se foram junto à lama, comunidades dilaceradas pela dor da perda de entes queridos, além da imensurável perda ambiental, rios mortos, animais mortos, a biodiversidade é prejudicada.

A partir desses crimes ambientais que trouxeram grandes perdas para comunidades do estado de Minas Gerais, destacamos a importância de refletir sobre as decisões tomadas pelos grandes empresários e pelo governo, sem a participação e autonomia das comunidades, em relação à inserção de grandes projetos em nome do desenvolvimento nos territórios rurais, sendo a vida dos moradores colocada em um segundo plano. Discussões nesse sentido são elaboradas por Scott (2009) a partir dos conceitos de "Descaso Planejado" e "Insegurança Administrada" que serão mais bem refletidos no Capítulo 3 deste trabalho.

De acordo com Milanez (2013), o modelo neoextrativista de desenvolvimento cria diversas tensões. Na esfera econômica esse modelo é responsável por uma menor possibilidade de crescimento de longo prazo, sendo explicado por alguns autores como a "maldição dos recursos naturais":

> Esta proposta defende que a abundância de recursos naturais geraria uma série de distorções econômicas e políticas que acabariam por reduzir a contribuição das atividades extrativas para a economia (BEBBINGTON et al. 2008). A "maldição dos recursos naturais" seria associada a uma série de fenômenos específicos, entre ele a deterioração dos termos de troca, a elevada volatilidade dos preços dos recursos naturais, a monotonização econômica e a "doença holandesa" (MILANEZ, 2013, p. 131).

Em se tratando da esfera socioambiental, o neoextrativismo resulta em tensões que trazem diversos danos a âmbito local: sobre as comunidades, o meio ambiente e os moradores. Alguns deles estão relacionados à distribuição desigual dos recursos da natureza e riscos ambientais que dão origem a "conflitos ambientais", que são pauta de discussão dos movimentos sociais que tem em sua agenda a luta pela justiça ambiental. Conforme ressalta Milanez (2013),

> As atividades extrativas produzem mudanças significativas nos territórios. Nas áreas rurais tendem a causar poluição atmosférica, contaminação hídrica, desmatamento e erosão; já nas regiões urbanas, os efeitos incluem o inchaço urbano, favelização, aumento da violência, exploração sexual e sobredemanda dos serviços públicos de saúde, saneamento e segurança. Nesse sentido as comunidades locais tendem a arcar com a maioria dos impactos negativos, enquanto que grande parte dos benefícios é concentrada pelas empresas, ou pelos governos nacionais, caracterizando um grande desequilíbrio na distribuição dos benefícios e prejuízos gerados (Idem, 2013, p.133).

Diante do exposto, consideramos que o processo de extração mineral traz consigo efeitos negativos nas esferas sociais, econômicas, políticas e ambientais. Polui, contamina, degrada a biodiversidade, leva às migrações, aos deslocamentos de pessoas no território das áreas de comunidades rurais, que tem os recursos naturais como condição de existência e um modo de vida com uma lógica distinta no que tange a apropriação do espaço sociocultural e territorial. Alguns danos são irreversíveis, culminam em degradação social e ambiental, uma realidade "sem alternativa" (SEVÁ, 2010).

> Para minerar, tem que desmatar, não há alternativa. Para retirar o minério da terra, tem que furar, explodir dinamite, desmontar as rochas, escavar. Cada detonação, os bichos fogem, os moradores próximos ouvem e sentem o chão tremer. Dia e noite, noite e dia, nas horas incertas, a qualquer minuto. Para apurar o minério, para chegar mais próximo do material que interessa, tem que "beneficiar" o minério: moer, separar, lavar, concentrar o composto químico que interessa vender. Poeira, poeira, pó preto, marrom, branco, cinza, no ar, nas plantas, nas casas, o mundo empoeirado. Também não há alternativas. O desmatamento, a buraqueira, a poeirada, são intrínsecos, e quanto maior a mina, maior o estrago. Não existe argumento ou propaganda que desfaça o resultado real. Para retirar o minério abatido e levar para a britagem, tem que ter ou caçambas ou correias transportadoras, muito barulho, muito mais poeira. (Idem, p.12)

Corroboramos que o modelo de extrativismo mineral expandido por Minas Gerais e, em especial, no norte do estado, vem provocando movimentos intra fronteiras, que a medida que avança, "encurrala" os territórios dos povos rurais. Impactam seus modos de vida principalmente em suas relações com a terra e com o que vem dela que, em grande parte, é de onde tiram o sustento do núcleo familiar e das comunidades.

A partir destas constatações e apoiados pelas discussões de Martins (1996), Augé (2010) e Mezzadra (2015), trabalhamos a noção de fronteira. Inferimos que a mina de ouro de Riacho dos Machados e Porteirinha se configura como uma fronteira simbólica e do capital, que encurrala as famílias das comunidades do entorno da mina. Compreendemos a fronteira não só como uma delimitação territorial através de muros, cercas, ou qualquer outro elemento que simboliza uma divisão física entre espaços. Pensamos fronteira como cenário de conflito, de racionalidade, de poder, que envolve temporalidades e culturas distintas.

Martins (1996) define, em tempos históricos, a noção de fronteira, entendendo-a como lugar de alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos. A situação de conflito social é, para o autor, o que caracteriza a fronteira. Nesse conflito a fronteira configura-se como lugar de alteridade, tornando-a uma realidade singular, um lugar de descoberta e desencontro. Na fronteira se cria uma nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais, é o lugar do encontro dos que "por diferentes razões são diferentes entre si" (Idem, p. 27), como acontece no encontro entre grandes empreendimentos minerários e as comunidades rurais locais.

Para pensar a noção de fronteira, as modificações e influências que o conceito vem sofrendo, Augé (2010) a considera como um tema central da atividade simbólica, de modo que é empregada para dotar o mundo de sentido. Essencialmente, constituía-se para opor grupos e simbolizar um espaço compartimentado. Todavia, ao decorrer da história política do planeta, verificou-se que este conceito se apresenta como inacabado, sendo necessário repensá-lo.

Estar imerso num cenário onde o mercado mundial ocupa espaço, e as tecnologias da comunicação parecem extinguir os obstáculos ligados ao espaço e ao tempo, abre vias para a contestação de fronteiras tradicionais. No entanto, surgem formas de subtrair parte do peso da reafirmação da fronteira como forma enrijecida, que diante da mundialização e globalização, provoca exclusões e desigualdades.

Ponderamos, assim como Augé (2010, p. 23-24), que "é preciso repensar a noção de fronteira para tentar compreender as contradições que afetam a história contemporânea". As fronteiras nunca são desfeitas, elas tomam um novo formato. Portanto, novas fronteiras se desenham, ou, até mesmo, novas barreiras. Atualmente, o novo desenho se refere principalmente à imposição de sistemas que favorecem pequenos grupos, mas que revela consequências a todos os atores, tendo sempre uma dimensão temporal.

Mezzadra (2015), analisando a multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade, apresenta algumas mudanças do processo de inclusão e exclusão, dentro do campo de estudos

migratórios. Para o autor, a propagação de fronteiras no mundo contemporâneo, mais do que um sinal de retorno ao Estado-Nação e da natureza ideológica da globalização, como é defendido por alguns autores, estrutura-se como não só um lugar de pesquisa e intervenção, mas também uma visualização "epistêmica" sobre os processos globais.

Os elementos jurídicos, culturais, sociais, econômicos, simbólicos e linguísticos, que constroem o conceito e a instituição da fronteira tomam direções distintas, "sem que a linha magnética por muito tempo representada pela tradicional fronteira geopolítica seja ainda capaz de garantir e de articular sua consciência unitária" (Idem, 2015, p. 20). Segundo Mezzadra (2015), junto à geopolítica, outros formatos de fronteiras devem ser analisados de forma crítica para a compreensão de como elas se conectam, se sobrepõem e se chocam, formando novas formas de exploração e dominação. O autor acrescenta que o processo de atravessar fronteiras envolve além dos atores locais, o Estado, os atores políticos globais, as agências de "governance" e o capital. A produção de subjetividade está sempre atuante dentro das tensões de fronteiras.

Dentro do processo de exploração minerária no norte de Minas Gerais, as grandes empresas capitalistas estruturam-se como uma fronteira do capital que avança sobre os territórios e impele as comunidades, mas também existe uma fronteira simbólica, de racionalidade e cultura. Essas fronteiras reconfiguram os modos de vida dos povos rurais, além de incidir em conflitos sociais. Também nas fronteiras acontecem as negociações com o espaço, uma vez a mineração invade o modo de vida dos atingidos, e estes se veem encurralados pelas práticas de violência e violações, buscando no abandono de suas casas, territórios e modos de vida, uma forma de sobrevivência.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como recorte de análise, as comunidades Ouro Fino e Piranga, localizadas nas adjacências da estrutura física da MRDM, e sobre as quais recaem diversos danos, entre os quais nos dedicaremos ao processo de expulsão dos moradores de suas terras e casas em função da inviabilidade de reprodução social provocados pelo funcionamento do empreendimento. As famílias que não saíram definitivamente, que ainda mantém vínculo com os lugares, ou mesmo os que permanecerem morando a jusante desses empreendimentos, resistindo, têm seus modos e meios de vida comprometidos. Para sustentar essa análise, no tópico seguinte, apresentamos o histórico da mineração em Minas Gerais em geral e no Norte de Minas em particular.

Das Políticas de "Desenvolvimento" a Nova Fronteira Mineral Norte Mineira

A mineração marca a história econômica e a formação territorial do Brasil desde o período da colonização portuguesa no século XVII. A descoberta das aluviões de ouro em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e São Paulo deu início à excussão dos bandeirantes em busca dos metais e pedras preciosas, movimento que deu início a interiorização do país. “As principais correntes migratórias que partiram para estes Estados, principalmente para Minas Gerais, foram portugueses, paulistas e nordestinos” (PAULA, 2003, p.26).

Quanto a concessão do direito à exploração, desde as capitanias hereditárias, é de competência do Estado, seja monárquico ou republicano. “O garimpeiro, o aventureiro, o bandeirante, o nobre e o ricaço do bando e da multinacional têm que solicitar autorização de pesquisa mineral” (SEVÁ, 2011, p. 6). Quando aprovado o requerimento, o direito de uso, exploração e comercialização do recurso mineral é concedido em troca de taxas, impostos e *royalties*. Já a partir da primeira república de 1930, o bem mineral foi considerado como pertencente a Nação e seu uso concedido a pessoas de direito privado. Tendo como base essa premissa, no ano de 1967, foi elaborado o Código de Mineração, que fomentou a maior abertura do setor extrativo mineral brasileiro para investimentos do capital estrangeiro via grandes corporações capitalistas (FONSECA, 2014).

> A abertura que se deu com o novo Código de Mineração [de 1967], a modernização das estruturas burocráticas do estado, a estabilidade econômica do país atraiu toda sorte de capitais para mineração: do exterior, vieram todas as grandes empresas tradicionais de mineração juntarem-se às que aqui já se encontravam (SILVA, 1995, p. 82).

A descoberta de outros minérios, além do ouro, no país, impulsionou a atividade, que passou a ser considerado um importante aspecto para o desenvolvimento da sociedade urbano-industrial-capitalista que emergia. De acordo com Sevá (2011), é através de parcerias entre o setor público e o privado, por meio das elites dominantes, que é formada a estrutura de uso, exploração e comercialização dos minérios no Brasil. Conforme ressalta Fonseca (2014, p. 35) “Aos pobres e às sociedades não inseridas ou parcialmente inseridas no modelo de produção hegemônico sempre restaram os ônus do extrativismo”. Entretanto, conforme afirma Antonietti (2019, p. 53):

> A imagem de “El Dourado”, trazida pelos colonizadores europeus, foi transformada, conforme se intensificava a ocupação do território e se aumentava o conhecimento sobre outros depósitos minerais, no discurso de “vocação minerária”. Esse discurso se estrutura a partir da acentuação da condição privilegiada do solo brasileiro e da possibilidade de extrair dele o saldo positivo da nossa balança comercial, proporcionando competitividade a nível global (CASTRO, ALONSO & NASCIMENTO, 2016). Além disso, considerando a localização geográfica do país, sua grande extensão costeira e a fronteira com a maior parte dos países da América

> do Sul, soma-se a exaltação do setor, as diversas possibilidades de comércio e rotas de escoamento.

Minas Gerais foi denominada como a região mineradora do Brasil colônia. A descoberta do ouro de aluvião na região de Mariana - MG, na época conhecida como "Mata Cavalo", no ano de 1676, deu início ao processo de ocupação da região, povoação que se intensificou a partir do começo do século XVIII (COSTA, 2003). Entretanto, Costa (2003) e Brito (2013) sustentam que mineração de ouro em Minas Gerais não é o fator predominante da ocupação da região Norte do estado, e sim os currais da Bahia. Afirmam que entre os anos 1671 e 1690 foram distribuídas pela capitania da Bahia grandes extensões de terra onde hoje é a região Norte de Minas Gerais, que inicialmente fornecia produtos para os engenhos e depois para as minas.

Já de acordo com a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE, a história de Minas Gerais está ligada ao seu potencial minerário. "O Estado extrai mais de 160 milhões de toneladas de minério de ferro por ano e responde por 29% de toda a produção mineral do país, por 53% da produção de minerais metálicos e por cerca de 50% de todo o ouro produzido no Brasil". A região Norte do estado, onde se passa nossa pesquisa, de acordo com a regionalização realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), está inserida no semiárido mineiro, possui oitenta e nove municípios e é caracterizada por sua diversidade de áreas, densidades populacionais, cenários naturais, formação social e histórica, e pluralidade de culturas e povos.

"Desenvolver" o Norte de Minas é o argumento que sustenta uma série de ações e políticas para a região, apoiadas pelo discurso difundido também pela ideologia da mineração. Em geral, as propostas de "desenvolvimento" são verticais, valorizam o capital e degradam as condições socioambientais locais.

O discurso do "desenvolvimento" difundido pelo Estado e pelos Grandes empresários no Norte de Minas assemelha-se à crítica cunhada por Celso Furtado (1947), que atesta que o discurso de que os padrões de desenvolvimento econômico dos países industrializados podem ser alcançados pelos países periféricos é um mito, sendo seu intuito conseguir que os povos aceitem as dificuldades da busca por esse modelo capitalista industrial, concentrando-os às questões de investimento, exportações, crescimento, e desviando a atenção para o fato que os padrões de exploração e acumulação deste modelo trazem prejuízos irreversíveis à natureza.

> Mas como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de

> destruir o meio físico, para justificar formas de dependências que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? (FURTADO, 1974, p.75).

Além da deterioração da natureza e dos modos de vida dos povos rurais, a relação centro-periferia traz um desequilíbrio às economias periféricas em função da dependência da exportação de produtos primários, e importação de produtos industrializados. As questões que permeiam o "desenvolvimento" sob a égide do progresso, crescimento e modernização acompanham as políticas econômicas do Brasil, de Minas Gerais e da região Norte do estado ao longo da história. Está na busca dos padrões europeus de civilização, tendo a política econômica pautada na abertura para o capital estrangeiro e industrialização a partir de grandes projetos de expansão das fronteiras agropecuárias, mineração e produção de energia hidráulica e fóssil (OLIVEIRA, 1989).

Nesse sentido, impulsionado pelo contexto internacional, a ideia de "desenvolvimento" ganha escopo nas discussões políticas, econômicas e sociais do Brasil na década de 1950, sustentadas pela busca de explicações sobre a condição de subdesenvolvimento do país, e o porquê desse cenário, a partir da análise da condição econômica e histórica e a relação de dependência com os países centrais. Nesse contexto, a tendência desenvolvimentista de condução das políticas se consolida no país.

Em se tratando do contexto Norte Mineiro, sustentados no discurso de que se refere a um lugar de pobreza e miséria, e da necessidade da superação desse cenário, a região é alvo de políticas desenvolvimentistas, vindas de diferentes níveis da esfera estatal para tentar nivelar o desenvolvimento econômico da região aos padrões alcançados por outras mesorregiões do estado ou do Brasil. Nesse sentido, Paula (2009) discute o contexto do desenvolvimento que culminou no processo de expansão capitalista impulsionada pelo Estado na região. O desenvolvimento de planos diretores e a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE é resultado do discurso de integração da região à economia nacional, facilitando a entrada de capitais nacionais e internacionais para agenciarem o crescimento econômico.

Em 1965, a modernização do campo cria bases no Norte de Minas Gerais, através da sua inserção na área de atuação da SUDENE. Idealizada por Celso Furtado e instituída nos anos de 1959, no governo de Juscelino Kubitschek, o órgão visava colocar em prática ações que atraíssem investimentos do setor privado para as regiões atingidas pela seca, dando início ao processo de modernização, financiado pelo Estado, como evidenciado por Barbosa (2014, p. 44):

> [...] iniciou-se um processo de modernização, sob a égide deste organismo do Estado, principalmente através das linhas de financiamento como FINOR (Fundo de Investimento no Nordeste) e FISET (Fundo de Investimentos Setoriais). RODRIGUES (2000). Pode-se verificar 5 (cinco) principais pilares deste processo: agricultura/fruticultura irrigada, monocultura de eucalipto, pecuária extensiva e monocultura de algodão, incentivos à industrialização de algumas cidades.

O capitalismo consolida-se efetivamente na região no início da década de 1970, a partir da intervenção da SUDENE e da CODEVASF, que alteraram a estrutura econômica e social da região. As políticas de desenvolvimento econômico instauradas no Norte de Minas Gerais no século XX, por um lado, trouxe uma reestruturação da economia, melhorando vários setores e proporcionando integração aos grandes centros; por outro, gerou pobreza, marginalização, danos ambientais e migração (FONSECA, 2015).

> A SUDENE oportunizou as contradições inerentes ao capitalismo; intensificou a mercantilização das relações sociais e a expropriação do trabalho; acentuou as desigualdades sociais; favoreceu a acumulação do capital, entre outros. Por outro lado, diversificou a economia; contribuiu para superar o isolamento econômico e político; facilitou a melhoria de serviços básicos para a população; ampliou a malha rodoviária, que favorece o escoamento da produção agrícola e industrial e a mobilidade das pessoas (FONSECA, 2015, p.102).

Anaya (2012, p.59), apoia-se nas análises de Rodrigues (2000) para ressaltar como as políticas da SUDENE tomaram uma direção para a valorização do capital. Isso se deu devido à facilidade de adquirir terras e de acesso aos incentivos fiscais e de créditos para as atividades de agropecuária, irrigação e reflorestamento oferecidos por tal órgão. Dentro do processo de inserção aos moldes propostos pela SUDENE, há o confronto entre práticas tradicionais e as modernas, levando os povos rurais a modificarem suas relações de trabalho e de estrutura produtiva. A autora destaca algumas consequências desse processo, sendo: “a expulsão da população rural preexistente em áreas mais isoladas, em direção aos centros urbanos; a manutenção da concentração fundiária e de uma mesma base produtiva e; o crescimento populacional nos centros urbanos” (Idem, p. 59).

A implantação de projetos de modernização e desenvolvimento propostos pela SUDENE é atrelada ao primeiro grande ciclo de expropriação capitalista, restrição de territórios e desestruturação de modos de vida dos povos do Norte de Minas. “Até o final dos anos de 1970, estes lugares se desenvolviam de forma autônoma e dinâmica, estruturados nas diversas formas de acesso aos recursos naturais em um território amplo e heterogêneo” (FONSECA, 2014, p. 23).

Concomitante a essa política, Anaya (2012, p. 61) pondera que os projetos de reflorestamento em territórios onde a reprodução social é pautada sob lógicas de apropriação comunal dos espaços culminou no processo de encurralamento das populações camponesas.

“Geraram vários efeitos negativos ao meio ambiente, à renda, à concentração de terra, além de desestruturar a forma de vida construída no lugar”.

Nesse sentido, a natureza é vista como recurso para exploração, dotada de sentido econômico e alvo de medidas compensatórias do “desenvolvimento” para legitimar a exploração. Decorrentes disso nascem novos conflitos, sustentados pela crítica às práticas avassaladoras dos grandes projetos e empreendimentos, que atropelam as formas de apropriação dos recursos naturais, desconsiderando a dinâmica existente no lugar.

Contudo, os ideais desenvolvimentistas do Estado, somados aos interesses econômicos e capitalistas, voltaram o olhar de redes de comércios mundiais para grandes volumes de recursos minerais no Norte de Minas. No século XXI, surgiu outro discurso para o “progresso” na região, que seria alcançado por meio dos empreendimentos minerários. O caminho para “superar a pobreza” encontrar-se-ia nas jazidas de ferro e de ouro da região. “Os recursos minerais [...] fonte dos lucros altos com metais preciosos e especulativos, estão no centro do jogo palaciano do poder em todo o Mundo, no 1º. Mundo, no Brasil e, claro, em Minas Gerais” (SEVÁ, 2011, p.3).

Em 2008, o Norte de Minas passou a ser reconhecido como uma nova fronteira mineral do estado, devido à implantação de grandes empresas de exploração minerária. (BARBOSA, 2014). A partir deste período, foram realizados altos investimentos para a reativação de jazidas de ouro no Norte de Minas, a fim de alargar sua potencialidade econômica de mercado.

Assim como as políticas da SUDENE, o discurso do incentivo à exploração mineral é sustentado pelo suposto objetivo do Norte de Minas Gerais atingir os índices socioeconômicos de regiões tidas como desenvolvidas. Nesse sentido, durante o governo estadual de Antônio Anastasia (2010-2014) foi elaborado um Plano de Governo para incentivar a mineração no Norte de Minas com o objetivo de, através do aumento da produtividade mineral, alcançar o crescimento econômico da região em consonância com Plano de Mineração 2030, proposto pelo Governo Federal, que objetiva a ampliação das áreas de exploração mineral no país. Avaliando o prognóstico sobre o futuro da mineração elaborado pelo PNM-2030, Barbosa, Brito e Lima (2016) afirma que:

> No Plano Nacional da Mineração (PNM) para o ano de 2030 (MME, 2011) é possível observar como o Estado e as mineradoras têm planejado suas estratégias de crescimento da exploração mineral. Num cenário otimista projetado pelo PNM, de crescimento constante da demanda internacional e mundial, a extração de minério de ferro cresceria 2013% entre 2008 e 2030, sendo que no mesmo período a exploração de ouro aumentaria 264%. Os investimentos em pesquisa mineral que eram de 1,8 bilhão de reais em 2008, acumularia 10,5 bilhões de reais em 2030. Por certo, há

> diferenças consideráveis entre o cenário do momento da elaboração do PNM, em 2011, e os dias atuais, com arrefecimento das demandas. No entanto, os números apresentados revelam a intensidade do interesse de exploração minerária. (Idem, p. 303-304)

Os autores reafirmam ainda que no Norte de Minas Gerais o contexto previsto pelo PNM-2030 se consolidou através da sua condição de "nova fronteira mineral", que corresponde ao reaquecimento da exploração mineral no lugar em função do processo de aquisição do direito minerário das áreas potenciais da região por empresas nacionais e multinacionais (BARBOSA; BRITO; LIMA, 2016).

> Agora, a mobilidade do capital diante da nova conjuntura econômica mundial remodela suas formas de atuação no Norte de Minas. Se o desenvolvimento econômico regional sempre esteve predominantemente vinculado às atividades agropastoris, nos momentos atuais, dada a decisão política de exploração mineral, as potencialidades não propriamente vinculadas àquelas tradicionalmente manuseadas passam a ser objeto de atividade econômica (FONSECA, 2014, p.13).

Neste cenário, consideramos que os empreendimentos minerários integram a racionalidade do discurso de "promoção do desenvolvimento" que busca se fundamentar no histórico de pobreza que é atribuído ao Norte de Minas, sendo o extrativismo mineral considerado, então, uma solução para os problemas sociais e econômicos da região, conforme aponta o CEDEPLAR 5 (2012, p. 14). O mesmo prognóstico aponta que o Norte de Minas é cenário de conflitos em torno da apropriação e uso da terra:

> [...] decorrentes da extrema concentração da propriedade fundiária (em grande parte relacionada a processos históricos de apropriação privada de terras devolutas a partir de mecanismos não legais, como a "grilagem", ou mesmo do uso da violência para expulsão de posseiros) e da natureza eminentemente excludente das atividades econômicas que ali se desenvolvem (particularmente a pecuária extensiva, a agricultura baseada em grandes projetos de irrigação e, mais recentemente, as monoculturas de eucalipto) (Idem, p. 65).

Conforme o exposto, corroboramos que a chegada de empreendimentos que operam em larga escala, desencadeiam processos de concentração de terras e de deslocamento territorial de populações, particularmente em regiões onde essas populações já são vítimas de intensos processos de exploração socioeconômica e exclusão territorial. Nesse sentido, a chegada da mineração no Norte de Minas "certamente agravará os conflitos fundiários e socioambientais da região" (Idem, p. 65).

Fonseca (2015) destaca que a mineração no Norte de Minas pode ser mais um fator para condicionar a emigração, "pois os gestores e a sociedade não estão preparados para promoverem estratégias de sustentabilidade. O capital investido poderá gerar benefícios, mas,

para grande parte da população, como sempre, fica a pobreza" (Idem, 2010, p.112). Tal constatação também é evidenciada pelo CEDEPLAR[3] (2013):

> (...) o acentuado aumento da produção mineral do estado resultará em consideráveis impactos ambientais e sociais, notadamente associados ao uso dos recursos hídricos, o uso do solo, a degradação da biodiversidade e do patrimônio natural e imaterial e a movimentação (migrações e deslocamentos) de populações no território (2013, p. 41).

De acordo com o Anuário Mineral Brasileiro (2018), no ano de 2017, o valor total da produção mineral comercializada do Brasil foi marcado por cerca de 80% de substâncias da classe dos metálicos, e onze dessas substâncias equivale a 99,6% do valor da produção comercializada da classe, sendo elas: alumínio, cobre, cromo, estanho, ferro, manganês, nióbio, níquel, ouro, vanádio e zinco. Minas Gerais (47,19%) e Pará (42,93%) juntos correspondem a 90% do valor da produção mineral do Brasil. O valor da produção comercializada dessas onze substâncias foi 88,5 bilhões de reais. Conforme disposto do gráfico a baixo, nesse montante, a participação da mineração de ferro aparece em primeiro lugar, correspondendo a 71,1%, seguida pelo Cobre com 9,4%. Já o ouro aparece em terceiro lugar, correspondendo a 8,9%.

Conforme foi verificado durante a presente seção, os últimos anos foram marcados pelo alto investimento no setor mineral brasileiro, questão que se enquadra aos padrões neoextrativistas que foram discutidos na primeira seção deste trabalho. Tais investimentos podem ser constatados no Norte de Minas enquanto uma nova fronteira mineral a partir dos anos 2008, contexto que incorpora a reativação da mineração de ouro em Riacho dos Machados e Porteirinha, cenário no qual se passa nossa pesquisa.

Segundo o compilado de informações sobre o setor mineral brasileiro correspondente ao ano de 2017 e apresentado no Anuário Mineral Brasileiro de 2018, a comercialização de ouro beneficiado no Estado de Minas Gerais foi de 29.323kg, o que correspondeu a 3.672.654.491 (R$). No ranking de principais empresas produtoras, a mineração Riacho dos Machados Ltda ocupou o 9º lugar correspondendo a 3,20% da participação. O primeiro lugar foi da Anglogold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S. A. localizada em Sabará, com 23,82% da participação.

Na próxima seção será apresentado o complexo minerário de Riacho dos Machados e Porteirinha no que tange à sua caracterização e sua definição enquanto nosso lócus de estudo.

Mineração Riacho dos Machados: A Reativação e Expansão da Mina de Ouro

Quando nos propusemos a estudar de que maneira acontecem os processos migratórios forçados dos atingidos pelo megaprojeto de mineração no município de Riacho dos Machados e Porteirinha, nossa preocupação inicial foi compreender a dinâmica estrutural do empreendimento e seus danos sobre as comunidades locais. Trata-se de um extrativismo de terceira geração (GUDYNAS, 2014). Grosso modo, a atividade econômica do empreendimento é sustentada pela exploração e beneficiamento de ouro com vistas à demanda do mercado externo, pautado pelos interesses capitalistas e do Estado e também de alguns grupos locais que sustentam que a atividade promove o "desenvolvimento" através da geração de emprego e crescimento do comércio local.

A Mineração Riacho dos Machados Ltda. está localizada na divisa entre os municípios de Riacho dos Machados e Porteirinha, que de acordo com o IBGE (2010) compõe a mesorregião Norte e a microrregião de Janaúba, no estado de Minas Gerais.

Foto 1: Placa Próxima a Bifurcação de Acesso aos Municípios de Riacho dos Machados e Porteirinha, na BR 122

Fonte: Trabalho de Campo. SOUZA,Carla Nadinne. 2019.

Riacho dos Machados é situado a 559 km da capital do estado, Belo Horizonte, e limita-se com Porteirinha, Janaúba, Francisco Sá, Grão Mogol, Rio Pardo de Minas e Serranópolis de Minas. Possui uma área de 1.315,540 km² e população total residente, no ano

de 2010, de 9 360 pessoas, sendo a população rural maior que a urbana, 4 861 pessoas residem no perímetro rural e 4 499 no urbano (IBGE, 2019).

Fotos 2: Município de Riacho dos Machados-MG

Fonte: Fonte: Trabalho de Campo. SOUZA,Carla Nadinne. 2019.

Quanto a sua formação administrativa, inicialmente foi nomeada de Santo Antônio do Riacho dos Machados. No ano de 1875 tornou-se distrito de Grão Mogol e em 1923 passou a ser chamada de Riacho dos Machados. Em 1938 integrou-se ao município de Porteirinha e foi elevado à categoria de município em 1962, quando se desmembrou de Porteirinha, sendo sua emancipação no ano de 1963.

Em nossas conversas com os moradores pudemos conhecer a história da origem do município e o do porquê do seu nome.

> *Oh, minha filha, aqui começou assim: aqui tem um córrego que descia água para a rua, aí chegou um povo aqui, um povo que chamava de Dãozinho Machado, aí começou né, morando aqui no Riacho. Com isso, através desse homem, começou o lugar ter por nome Riacho dos Machados, por causa do córrego e do homem. O córrego corria água, minha filha, bem bom! Aí ficou com esse nome. Tinha poucas pessoas aqui, muito poucas casas, era muita pouca gente né. Aí foi ficando, ficando, depois foi aumentando as famílias tudo (Maria da Rosa, 94 anos, aposentada, moradora de Riacho dos Machados, em entrevista concedida em abril de 2019).*

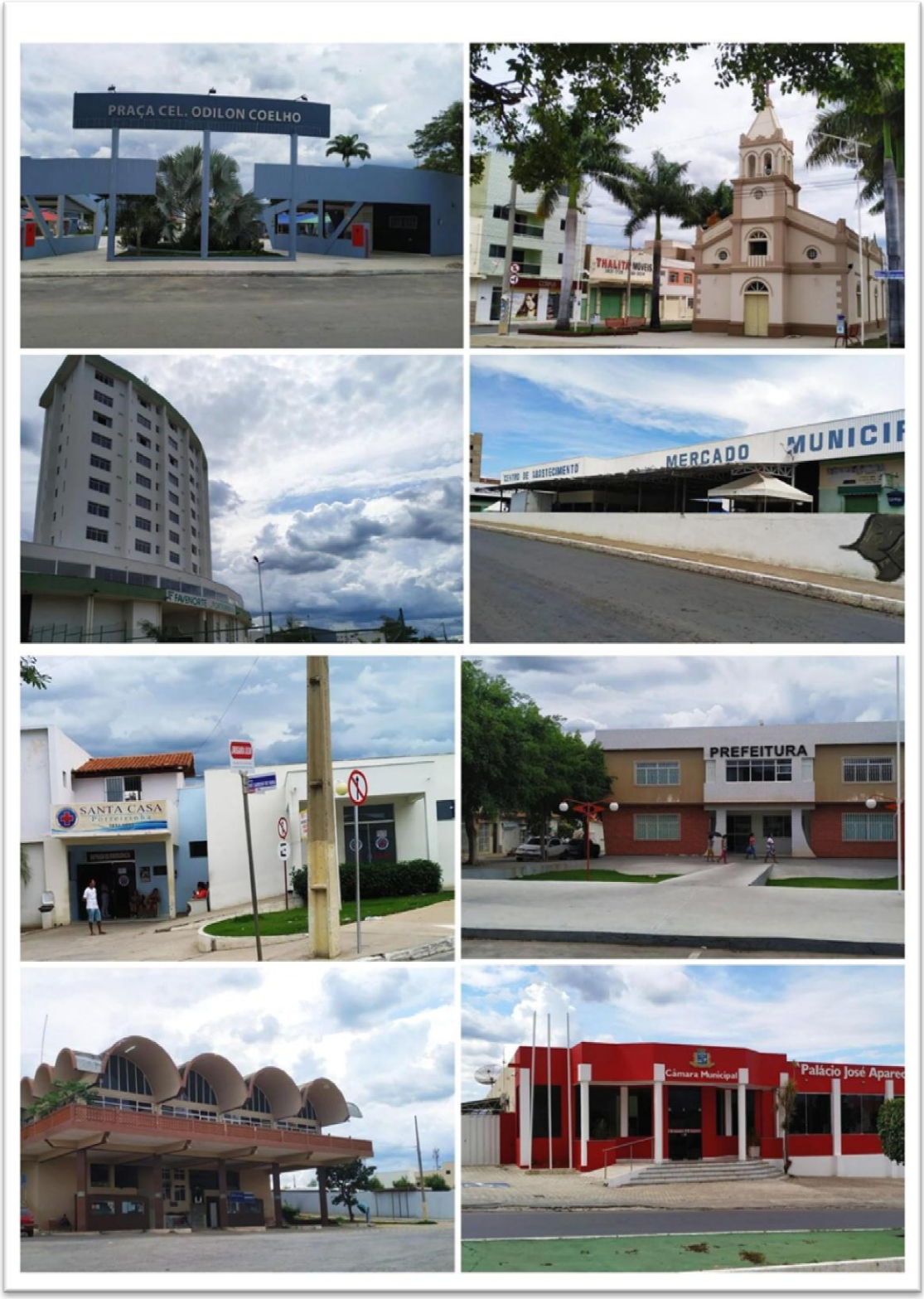
No que tange a reprodução social das famílias, narram que nos tempos que antecederam a mineração, o forte da região era os trabalhos "*na roça"*. Trabalhavam com plantações nos próprios terrenos das famílias ou prestavam serviço em outras roças do entorno. Entretanto, devido à seca que atingiu a região, passaram a buscar alternativas, *"Não têm como hoje você viver de roça. Hoje não chove, não tem água... aqui não tem serviço para todo mundo, os pais de família para viver hoje têm que trabalhar mais é fora" (João, 54 anos, serralheiro, morador de Riacho dos Machados, em entrevista concedida em abril de 2019).* A migração sazonal sempre faz parte das narrativas. Entre os destinos citados, os mais comuns são as cidades de Rio Pardo de Minas e Buritizeiro, para atividades de plantio e colheita. Com a chegada da mineração, empregos foram gerados, entretanto, apontam que a empregabilidade para os moradores do próprio município é baixa.

> *O povo foi mais parando de plantar roça porque plantava e não dava nada, porque não tinha chuva, e o povo também das roças foi caçando jeito de mudar aqui para cidade... Uns hoje vivem de bolsa família, porque aqui os pais de família tá saindo tudo para trabalhar fora, por que vem firma para aqui, mas ao invés de dar serviço para o povo do lugar, eles dão para os de fora, muito poucos do lugar (Maria da Rosa, 94 anos, aposentada, moradora de Riacho dos Machados, em entrevista concedida em abril de 2019).*

O outro município que compõe o complexo minerário é Porteirinha. Localizada na microrregião de Janaúba, limita-se com os municípios de Riacho dos Machados, Mato Verde, Monte Azul, Pai Pedro, Rio Pardo de Minas, Serranópolis de Minas, Janaúba e Nova Porteirinha. De acordo com o Censo do IBGE/2010, a população total do município reduziu

entre os anos de 2000 e 2010, indo de 37 770 para 37 627 habitantes. As principais atividades econômicas do município estão ligadas a agricultura, agropecuária, agroindústria, comércio e prestação de serviços ofertados pelo poder público.

Fotos 3: Município de Porteirinha-MG



Fonte: Trabalho de Campo. SOUZA, Carla Nadinne. 2019.

Porteirinha originou-se a partir de uma pousada de viajantes à margem do rio Gorutuba e seus afluentes, Rio Mosquito e Rio Serra Branca. O local onde se originou a povoação era apenas um movimentado ponto de pousada para os viajantes que demandavam o sul do estado e do País, vindos do estado da Bahia e de vasta região do nordeste brasileiro, e os que faziam o percurso de volta.

> Os prováveis primeiros habitantes foram os tropeiros Severino dos Santos, José Cândido Teixeira, José Antônio da Silva, João Soares, João de Deus, João Pereira e José Miguel, que aqui chegaram aos primórdios do século XVIII. Vieram à cata de ouro. Cessada a febre do metal, tornaram-se senhores de grandes extensões de terras e escravocratas poderosos. Dedicavam-se à lavoura, empregando os escravos em suas propriedades (OLIVEIRA, 2008, p. 17-18).

Durante o trabalho de campo em Porteirinha, reservamos um tempo para entender uma pouco sobre a história do município, o porquê do nome Porteirinha, e entender um pouco sobre sua economia.

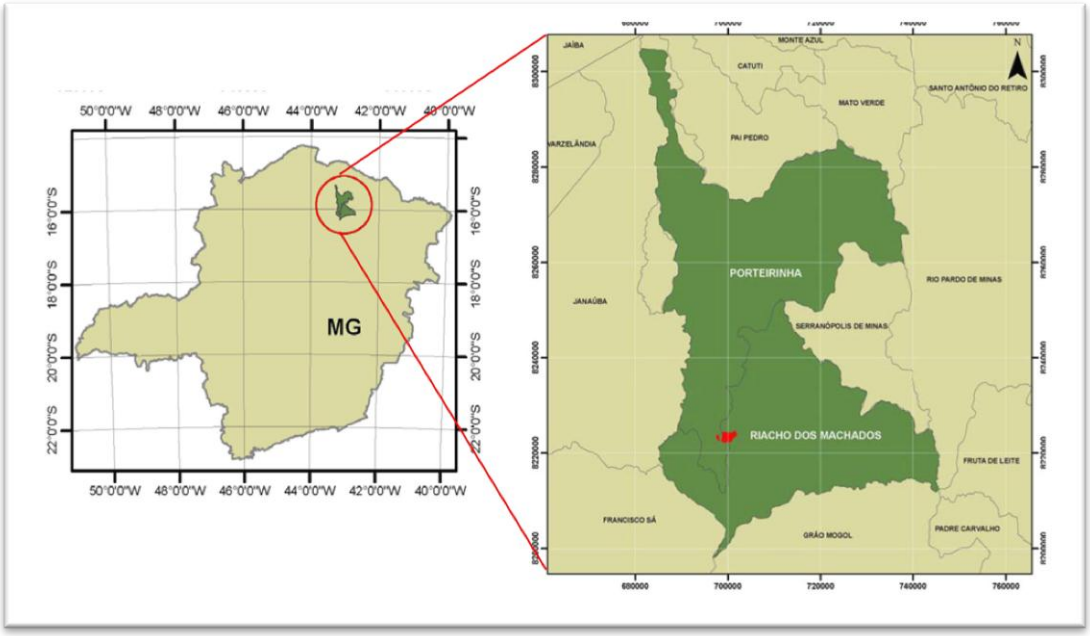
> *Veríssimo Nunes de Brito, que morava em Lavras, na Bahia, veio a convite de Pedro, seu amigo, fazer uma caçada de caititu e outros animais, e veio... esse Pedro morava em, morava perto de Serranópolis. Então eles vieram até aqui essa parte que fica perto do rio Mosquito. Era tudo coberto de Macambira, que é uma planta de folhas compridas, duras e espinhosas, semelhante a folha do abacaxi. E gostou demais do terreno, achou que as terras eram férteis e comprou do seu amigo um pouco de terra que vai dessa parte de cima aqui da praça até o rio mosquito. Comprou por dois mil réis antigos, e veio morar onde é hoje a loja maçônica, por ali, a casa da terceira idade, ali, bem ali que ele morava. E ele era muito rico, veio com toda sua família, e ele tinha dois animais, dois cavalos, que eram mais amansados, e sempre que ele soltava na várzea de cima, que é a praça, ele procurava e não os encontrava, ia encontrá-los na parte de baixo, perto do rio. Para evitar dificuldades em encontrar seus animais ele mandou fazer uma pequena entosca porteira de madeiras finas e colocou no meio do caminho, onde é hoje a igreja de São Joaquim. Terminou de colocar e desceu pelas várzeas a procura dos seus animais e não encontrou, mas com um senhor, que ninguém sabe o nome até hoje, e perguntou se tinha visto seus animais e ele deu sinais dos mesmos. O senhor falou: "eu vi perto de uma porteirinha" e o Senhor Veríssimo Nunes de Brito veio até a porteirinha e lá encontrou os seus dois animais. E desse dia em diante, que aqui chamava Macambira, aqui ficou chamando Porteirinha. É essa a origem do nome Porteirinha (Palmyra Oliveira, 94 anos, aposentada, moradora de Porteirinha, em entrevista concedida em abril de 2017).*

Entre 1964 e 1987, Porteirinha ficou conhecida como a "capital mineira do algodão" (OLIVEIRA, 2008), por ser considerada a maior produtora de algodão da época. Porém, o cultivo desse produto entrou em decadência. Segundo Oliveira (2008, p.42), Porteirinha passou por uma seca de cinco anos, que representou uma crise do produto, levando muitos dos agricultores à falência. De acordo com Pires (2016) a crise do algodão é uma das causas das migrações temporárias do município.

> Neste período foram gerados empregos e renda para os trabalhadores urbanos e rurais, contudo, como os incentivos do governo federal eram voltados para a monocultura algodoeira os pequenos agricultores tiveram que enfrentar a crise da cotonicultura. Esta foi provocada pela perda da territorialidade, devido à monocultura ter uma lógica diferente da forma tradicional de lidar com a terra e isso foi somado às relações conflituosas entre empresários e políticos, como também a praga *bicudo*. Deste modo, houve incremento do êxodo rural e das migrações temporárias com a intenção de conseguirem o sustento da família e a manutenção da terra através dos trabalhos temporários (Idem, p.61).

Apresentados, brevemente, os municípios nos quais está localizado o *megaempreendimento* Mineração Riacho dos Machados Ltda. Dedicaremos-nos agora a compreender o processo de promoção do "desenvolvimento" baseado nos padrões neoextrativistas de acumulação que se instaurou na região através de parcerias público-privadas. O "desenvolvimento" que ideologicamente foi atribuído à empregabilidade e superação da pobreza que sustentou a assinatura do "Protocolo de intenção" entre a Carphatian Gold e o governo de Minas Gerais no ano de 2009.

Mapa 1: Municípios de abrangência do empreendimento MRDM



Fonte: Relatório de Impacto Ambiental - RIMA (2009)

A mineração de ouro explorada atualmente pela mineradora *Leagold* pertenceu a estatal Companhia Vale do Rio Doce - CVRD entre 1989 e 1997, que na época lavrou a céu aberto a zona superficial de minério oxidado e processando o ouro através da lixiviação em pilha. Durante o período a empresa produziu cerca de 155.000 onças de ouro a partir de 3,2 milhões toneladas de minério oxidado, com teor médio de 1,89 g Au/t. (PRÍSTINO, 2014). Entretanto, várias questões tornaram a manutenção da atividade inviável, entre elas a queda

do preço do minério no mercado internacional, o esgotamento do minério oxidado e também a mudança do interesse da CVRD no setor mineral. A empresa foi privatizada e tornou-se Vale S.A. no mesmo ano em que encerrou as atividades no local.

Todavia, a mina de ouro de Riacho dos Machados e Porteirinha foi adquirida em 2007 pela empresa Canadense Carpathian Gold Inc, que conseguiu a concessão de lavra para sua reativação através do investimento de R$ 250 milhões no estado de Minas Gerais. Em 2009 a empresa assumiu os direitos minerários e iniciou o processo para a concessão do licenciamento ambiental e iniciar suas atividades, que foi concedido em 2015. De acordo com Lima (2018, p. 48), "durante todo o seu processo de licenciamento utilizou-se (a empresa) dos meandros legais para a agilidade e rapidez no processo de licenciamento ambiental".

A previsão da empresa de exploração mineral Carpathian Gold era a extração de aproximadamente 3 toneladas de ouro/ao ano a partir da lavra a céu aberto, além da remoção de toneladas de estéril. A previsão inicial para a exploração através da cava a céu aberto foi de oito anos. Após esse período a empresa ansiava a explotação da mina subterrânea, por um período estimado também de oito anos podendo ser estendida por mais oito. (PRÍSTINO, 2014)

Para seu funcionamento o projeto da MRDM previa: a instalação da cava da mina, pilha de estéril, pilha de minério de baixo teor, planta de beneficiamento do minério e extração do ouro por meio de processo hidrometalúrgico, barragem de rejeitos, um reservatório para regularização da vazão do rio Piranga e disponibilidade de água para a planta, adutora de água. Previa também a implantação de infraestruturas de apoio: a portaria, prédios administrativos, oficinas mecânicas, posto de abastecimento de veículos, laboratório químico, refeitório, vestiário e paióis de explosivos, entre outros (CARPATHIAN, 2010).

Em 2016 a mina de ouro foi adquirida pelo grupo *Yamana* com a expectativa de produzir, de maio a dezembro de 2016, 30 mil onças de ouro, que em 2017 saltasse para 85 mil onças, para que em 2018 atingisse 104 mil onças (GEOLOGY, 2016).

Nossos trabalhos de campo e entrevistas com os nativos de Riacho dos Machados, revelam o ônus que vem sendo deixado pela atividade para as comunidades locais, desde o início da exploração pela CVRD, até a venda para o setor privado e sua transição para um novo grupo.

> *Primeiramente foi a Vale do Rio doce que veio para explorar o ouro, aí depois a Vale não explorou tudo, deixou... eles falam que só no bota fora da Vale só, ficou 30% de ouro. Aí a Vale pegou e não quis explorar mais, acho que viu que não dava para ela, aí ela foi e vendeu primeiro para a Carpathian, aí agora a Carpathian vendeu para a Brio Gold, e aí hoje está lá explorando, está até acabando com o ouro da nossa cidade, uma coisa que era a gente que tinha que está lucrando, e aí*

> *está indo para fora (João, 54 anos, serralheiro, morador de Riacho dos Machados, em entrevista concedida em abril de 2019).*

Observamos uma maior aptidão dos moradores de Riacho dos Machados para falar sobre o histórico na mineração no local. Eles evidenciam algumas diferenças entre o processo minerário da estatal Vale do Rio Doce e da privatizada Carpatian Gold/ Brio Gold/ Leagold. *"A época da Vale comparando com essa, a época da Vale foi melhor, era mais empregado de Riacho. Agora são poucos daqui" (Tiago, 34 anos, desempregado, morador de Riacho dos Machados, em entrevista concedida em abril de 2019).* Apontam que no período de atividade da Vale havia mais emprego para as pessoas do lugar, o modo de minerar era visto como menos agressivo.

Outra evidência foi o processo de compra e venda dos terrenos de famílias que viviam na região da mina. *"Eles compraram. Inclusive nós aqui mesmo, nós temos vizinhos aqui que vendeu a terra lá e veio morar aqui nessa rua que eu moro, porque vendeu tudo lá. Foi tudo vendido, foi tudo comprado o terreno deles" (João, 54 anos, serralheiro, morador de Riacho dos Machados, em entrevista concedida em abril de 2019).*

Atualmente, a questão colocada é que a atividade minerária traz mais benefícios para o município de Porteirinha. Os funcionários da mineradora que moram em Riacho dos Machados são seus próprios nativos. Já os funcionários que vêm de outros locais optam por morar em Porteirinha, realizando deslocamento pendular. Quatro ônibus fazem linha com os funcionários que vem de Porteirinha diariamente, e de Riacho dos Machados para a região da mina, dois ônibus.

> *Aqui dentro foi ótimo, para o povo daqui e mesmo para o povo de Porteirinha mesmo, porque inclusive hoje tem mais gente de Porteirinha do que daqui trabalhando. Lá devem ter mais ou menos em média de umas duzentas pessoas trabalhando lá. Tem operador de máquina, motoristas, ajudante, todo tipo de serviço tem, pedreiro, pintor. Tem gente de toda região aqui do norte de Minas. Aqui para o Riacho até agora está muito pouco. Pelo que ela explora aqui, muito pouco, muito pouco, muito pouco. Mas assim, serve, está dando serviço para muita e gente e tal, mas... (João, 54 anos, serralheiro, morador de Riacho dos Machados, em entrevista concedida em abril de 2019).*

A partir do que foi apresentado, verificamos que a atividade de mineração em foco neste trabalho compreende a reativação e expansão de mina de ouro a céu aberto com um elevado volume de extração, e que exporta ouro em barra. Dela é decorrente uma infinidade de danos sociais e ambientais que podem ser observados desde os documentos e estudos apresentados pela empresa, como o EIA-RIMA, pelo prognóstico do CEDEPLAR e também, principalmente, são verificados nas denúncias de agentes e populações locais que realizam

uma crítica a ideia de que os efeitos negativos da atividade são passíveis de mitigação, que podem ser administradas, desconsiderando práticas e vínculos tradicionais em prol da viabilidade do empreendimento que tem bases hegemônicas sustentadas pelo grande capital e por considerável parte do poder público à nível federal e estadual.

Diante deste contexto podemos refletir: a quem recai o ônus da atividade? Os tais benefícios do “desenvolvimento”, através da mineração, é uma realidade para as comunidades receptoras do empreendimento?

CAPÍTULO II

OS REFLEXOS DA REATIVAÇÃO: OS ATINGIDOS E O LUGAR TRADICIONAL

Estamos em 2018, início do Mestrado, passei a imergir totalmente em leituras sobre a temática proposta no projeto. Agora, nos retornos para Porteirinha, voltava com olhos bem mais atentos aos ambientes, pessoas, buscando identificar fatos, momentos e questões que remetiam à mineração.

As informações sempre foram muito densas, compreender esse processo parecia cada vez mais complexo e entender os sentimentos dos atingidos me afetava. E em meio ao processo de pesquisa, no dia 25 de janeiro de 2019, somos acometidos pela notícia de mais um desastre tecnológico minerário no estado de Minas Gerais, localizado no município de Brumadinho. Espalhou-se o medo entre alguns moradores de municípios próximos a MRDM, víamos imagens terríveis de uma realidade que parecia estar longe, mas também perto.

Passados alguns meses do desastre, tive a oportunidade que tanto busquei de chegar aos moradores das adjacências do empreendimento. Eram cinco horas da manhã do dia doze de agosto de dois mil e dezenove e acordei apreensiva. Era o dia que decidiria a viabilidade da pesquisa, se conseguiria ou não o contato com os potenciais interlocutores. Depois de um tenso trajeto até a comunidade Piranga, enfim a pesquisa começou a ganhar corpo. A participação em uma Oficina realizada com os moradores da região na comunidade foi uma experiência muito rica. Saí repleta de questões, mas com a certeza que todo esforço valeria a pena.

∞

A partir daqui começamos a dialogar com a teoria e a empiria sobre as comunidades e os atingidos no que se refere à desestruturação e o processo de expulsão e *extrahección,* que estão relacionadas com as contradições das atividades minerárias em nome do "desenvolvimento". Trabalhamos em consonância com o prognóstico do CEDEPLAR[2] (2012, p. 50), que pontua que, "é necessário, também, o conhecimento dos fluxos migratórios, em um momento de grandes investimentos iniciados ou previstos", e considerando também que se trata de uma região que vem sendo caracterizada historicamente pelas perdas populacionais.

Para tanto, exploramos o conceito de atingido e o contexto tradicional que foi interrompido com a chegada da mineradora e a saída das pessoas das comunidades nas quais se inserem nosso estudo de caso, trazendo relatos dos moradores de Riacho dos Machados, de representantes de movimentos sociais e dos atingidos que protagonizam o movimento de

encurralamento e expulsão dos seus lugares tradicionais, ou que estão caminhando para isso. Esse esforço tem a finalidade de sustentar nossas reflexões, que objetivam construir uma análise através, principalmente, das memórias dos entrevistados e das observações registradas no diário de campo acerca do modo de vida nas comunidades antes e depois da reativação da mineração e de como a atividade interferiu e modificou suas dinâmicas e processos migratórios. Afinal, como eram os modos de vida no lugar tradicional? Quem são os atingidos?

Uma Reflexão Sobre o Ser ou Não Ser Atingido

No intuito de definirmos nossos sujeitos da pesquisa como "atingidos" tomamos como ponto de partida o debate em torno do conceito de atingido no contexto minerário, colocando em cena a crítica ao *modus operandi* das empresas. Em consonância com o evidenciado por Vainer (2008), trata-se de um conceito que está em disputa, portanto, é preciso dedicar-se ao seu contexto e sentido para a discussão do que é o ser atingido, sendo importante pensá-lo enquanto uma categoria social, para além da frequente abordagem técnica e econômica que encontramos em documentos.

Nesse sentido, quando falamos de atingidos, trazemos à tona um cenário de busca de legitimação e reconhecimento de direitos, e conforme afirma Vainer (2008), é através da noção de atingido que indivíduos, famílias ou grupos sociais se amparam para a legitimidade de direitos, tais como os de ressarcimento, indenização, reabilitação ou reparação integral. Para o autor (2008, n.p), "isso explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa". E assim como em outros segmentos de reconhecimento e direitos, o dos atingidos é também resultante e vem sendo construído em um conturbado cenário que envolve conflitos e confrontos, e é resultado de lutas sociais e históricas.

Não raro, é possível identificar a adoção da perspectiva "territorial-patrimonialista", que opera sob uma abordagem que desconsidera os danos sociais e ambientais na implantação de grandes empreendimentos, e apenas questões relacionadas ao patrimônio fundiário são consideradas. Ou seja, nessa perspectiva, embora o termo atingido não seja utilizado, estes seriam apenas os proprietários das terras dos locais a serem diretamente explorados, vistos como obstáculos passíveis de serem superados para a viabilização dos empreendimentos através, principalmente, de indenizações, da negociação dos custos da desapropriação dos povos dos seus lugares tradicionais. Conforme afirma Vainer (2008, n.p):

> Em poucas palavras, nesta concepção, não há propriamente impactos, nem *atingidos*, e menos ainda qualquer coisa que possa ser entendida como direito dos atingidos; o que há é o direito de desapropriação por *utilidade pública* exercida pelo empreendedor.

Um dos grandes problemas enfrentados pelo reconhecimento dos atingidos pela mineração no contexto brasileiro está na elaboração dos Estudos e Relatórios de Impacto ambiental (EIA-RIMA) tendo como fundamentos esta concepção territorial-patrimonialista. O EIA-RIMA (2009) apresentado pela Carpathian Gold definiu as "áreas de influência" direta ou indireta a partir da definição dos limites territoriais das comunidades dos locais da implantação da estrutura física do empreendimento. A partir disso foi realizada a disposição e medida a dimensão dos danos ambientais potenciais para elas. Exemplo disso está na definição da Área Diretamente Afetada- ADA, que considera atingido apenas os moradores que precisam ser deslocados compulsoriamente para a instalação das estruturas físicas do empreendimento, bem como as áreas próximas aos limites dessas estruturas num eixo de 300 m, não incorporando e nem reconhecendo outras comunidades que estão no entorno, bastante próximas, e que têm, em seus cotidianos, que conviver com os danos da atividade minerária.

Tal conduta revela-se como um dos mecanismos de desresponsabilização dos empreendedores sobre as modificações e violações aos modos e meios de vida das comunidades. Além disso, os empreendimentos tendem a reduzir as comunidades tidas como atingidas para reduzir gastos, seguindo uma lógica de custo-benefício.

Identificada a fragilidade dessa concepção, que tem a primazia pelo direito do empreendedor aos das comunidades afetadas, um passo adiante foi preciso para reconhecer as diversas esferas que recebem impactos negativos, ampliar a percepção de quem são os atingidos levando em consideração outros danos que não só os territoriais, as diversas violações de direitos sofridas, e avançar em direção a responsabilização social e ambiental do empreendedor.

De acordo com Vainer (2008), para isso é preciso analisar as atividades realizadas pelo empreendimento como sendo um processo de mudança social, que envolve dimensões de ordem econômica, políticas, culturais e ambientais, e que podem variar de acordo o tempo e o espaço. Esse processo de mudança social é produto de planos e ações de atores externos à região receptora dos empreendimentos.

> Entender o processo como mudança social implica, igualmente, considerar que há dimensões não estritamente pecuniárias ou materiais. Há perdas que são resultantes da própria desestruturação de relações prevalecentes, da eliminação de práticas, da perda de valores e recursos imateriais (2008, n.p).

Nesse sentido, um avanço é percebido no conceito de atingido para as agências multilaterais. O Relatório da International Financial Corporation -IFC (2001) traz a noção de pessoas "economicamente ou fisicamente deslocadas" que corresponde a interrupção do acesso das pessoas aos seus recursos produtivos, atividades econômicas, afetando seus modos e meios de vida em função dos empreendimentos, sendo que, nos deslocamentos físicos, as pessoas são recolocadas em outros lugares. Já os deslocados econômicos não são recolocados. São restringidos o acesso a recursos comuns como florestas e recursos hídricos, perdem-se as pastagens, plantas, lenha, animais e etc.

Grosso modo, Vainer (2008, n.p) considera que há algo em consonância entres as agências multilaterais; a ideia de que a concepção de atingido incorpora processos econômicos e sociais que acontecem em função do empreendimento e que podem trazer efeitos perversos sobre a vida das populações. Nesse sentido, é importante ressaltar que existem outros aspectos que não os econômico-monetários que fazem parte da vivência de grupos sociais comunitários. Ainda segundo o autor, os atingidos incorporam novas dinâmicas socioeconômicas, sofre desestruturação das relações, eliminação de práticas, perda ou restrição de acesso a recursos necessários para a reprodução do modo de vida e também redução dos meios de sustento.

O ser atingido envolve a construção de uma identidade que, conforme Castells (1999, p. 80) é atribuída de um significado que vem de uma identificação simbólica que remete a princípios comunais. As identidades são construídas socialmente, a partir da experiência de um povo em um contexto de relações de poder, e a partir delas são definidos papeis e funções. Nesse contexto, o autor apresenta três tipos de identidades, a primeira é legitimadora, introduzida por instituições dominante para sustentar a dominação; a segunda é a de resistência, que é criada pelos atores sociais que se encontram em posições e/ou condições desvalorizadas a fim de resistir à lógica da dominação, muitas vezes através de formação de comunidades; por último, a identidade de projeto, quando os atores sociais buscam criar uma nova identidade que mude sua posição na sociedade buscando também a transformações na estrutura social.

Nesse sentido, tomamos a definição de "identidade de resistência" como uma referência importante para refletirmos sobre a noção de atingido enquanto uma identidade que é acionada em respostas a conflitos com empreendimentos que são alheios às pessoas do lugar. O ser atingido é uma categoria construída de fora para dentro, mas apropriada e modificada pelos atores locais com um significado, é um refúgio. Assim, conforme afirma Castells (1999, p. 84),

> As comunidades locais, construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva constituem fontes específicas de identidades. Essas identidades, no entanto, consistem em reações defensivas contra as condições impostas pela desordem global e pelas transformações, incontroláveis e em ritmo acelerado. Elas constroem abrigos, mas não paraísos.

Refletindo sobre as especificidades da ação coletiva na sociedade em rede, Castells (2002, p. 20) apresenta o conceito de movimentos sociais, que "são ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores institucionais da sociedade". Ou seja, através dessas ações coletivas o que há é a busca por estabelecer uma identidade coletiva.

Durante uma das nossas entrevistas, uma liderança das comunidades atingidas pela MRDM afirmou: *"Eu creio que somos atingidos pelos impactos da mineração né, me considero, com certeza. Estamos na luta, na esperança" (José, 36 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).* Conforme relato de outro morador, apesar da busca das comunidades pelo reconhecimento enquanto atingidos para garantia dos seus direitos, que é realizado por eles junto ao apoio e acompanhamento de algumas instituições como a Comissão Pastoral da Terra - CPT, Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Riacho dos Machados e Porteirinha, Ministério Público de MG, além de deputados estaduais, estudantes e pesquisadores, a empresa não os reconhecem como atingidos:

> *Claro que eles falam que não, é bem claro isso aí, eles não vão falar que nós estamos vivendo ruim. Eles acham que nós estamos protegidos, eles nos consideram lá como comunidade de boa vizinhança. E o que eu posso te mostrar de boa vizinhança é tudo isso aí que eu te falei, aí você avalia. Então eles estão dizendo assim que está sendo uma situação de prodígio, seguro por eles, e nada (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

Nesse sentido, essas comunidades, que não são consideradas atingidas pela gestão da MRDM, relatam a impossibilidade de conseguirem manter seus modos de vida e reprodução. Estão cotidianamente sujeitas as práticas violentadoras de direitos que os colocam em condições de vulnerabilidade. Diante desse cenário, Milanez (2012) propõe a construção do conceito de "atingidos da mineração" como um elemento para dar suporte ao movimento de atingidos pela mineração, que atuaria em defesa dos direitos de todos os que se sentissem de alguma maneira afetados ou ameaçados pela atividade mineradora, sendo através da luta pela não instalação de empreendimentos, pela mitigação dos danos e pelo direito de reparação por estes, ou mesmo "pela construção de sociedades pós-extrativistas". Entretanto, o autor ressalta que a apropriação do conceito de atingidos pela mineração é um processo em construção, e

destaca que se trata de um conceito que pode ser abordado em diferentes dimensões que envolvem aspectos materiais e simbólicos. São elas:

> •Atingidos territorialmente: grupos que são deslocados de um território específico devido à implantação de uma mina; sejam eles proprietários com título, populações tradicionais, ou mesmo agricultores posseiros.
> • Atingidos economicamente: indivíduos que, apesar de não serem deslocados, sofrem pela interrupção do acesso a áreas produtivas ou a recursos de subsistência. Entre eles, podem estar comunidades extrativas que deixam de ter acesso à floresta, pescadores cuja pesca diminuiu devido à mudança na qualidade da água, ou ainda trabalhadores que perderam o emprego devido à mudança da dinâmica econômica após abertura (ou fechamento) da mina.
> • Atingidos por subprojetos: pessoas que foram prejudicadas pela implantação de infraestrutura ou projetos de apoio à operação das minas, tais como minero dutos, rodovias, ferrovias, portos, bacias de rejeitos, alojamento de trabalhadores etc.
> • Atingidos socialmente: aqueles que sofreram devido ao aumento de preço (de terras, moradia, alimentos etc.) após o início da instalação da mina. Inclui ainda as pessoas expostas a situações de risco – tais como prostituição, uso de drogas e violência – criadas depois da chegada dos novos trabalhadores.
> • Atingidos ambientalmente: pessoas que passam por processos de perda de qualidade de vida, devido a mudanças ambientais decorrentes da atividade mineral. Tais mudanças podem incluir poluição atmosférica, contaminação hídrica, poluição sonora, ou mesmo modificações da paisagem (MILANEZ, 2012, p. 40-41).

A partir das questões levantadas aqui, optamos por identificar nossos sujeitos da pesquisa como atingidos, sendo eles "os grupos sociais, famílias ou indivíduos que sofrem os efeitos do empreendimento desde o anúncio da obra, há outros que os sofrem sobretudo durante as obras e outros, enfim, que serão afetados" (VAINER, 2008). Ou seja, consideramos atingidos todos os povos que têm os modos e meios de vida modificados em função do empreendimento. O ser atingido é uma condição. Não é uma escolha.

O Percurso dos Trabalhos de Campo: Chegando aos Interlocutores da Pesquisa

Nosso intuito, neste tópico, é apresentar o recorte que nosso estudo de caso se debruça diante das inúmeras possibilidades que foram discutidas durante o processo de qualificação deste trabalho. Para chegarmos aos sujeitos da pesquisa percorremos um delicado caminho, marcado pelo medo que os atingidos ainda resguardam da força e do poder da empresa. A maior parte dos que buscamos estabelecer contato apresentaram o receio de contribuir para este trabalho e ter como consequência o agravamento, ainda maior, de suas relações com a empresa, visto que muitos ainda buscam ser contratados ou tem familiares empregados, apesar de todas as questões negativas que a mesma traz para suas vidas.

Foram realizadas cinco incursões a campo, que envolveram um primeiro campo de reconhecimento; participação em oficina; encontros com figuras e representantes de instituições e movimentos sociais que realizam o acompanhamento das comunidades; além

das visitas às casas dos atingidos. Neles, analisamos de perto a trajetória de luta e resistência dos moradores que estão expostos a aspectos que fazem parte do universo dos efeitos derrame e *extrahección* da mineração (GUDYNAS, 2016).

As comunidades adjacentes às estruturas da MRDM enfrentam uma infinidade de danos, entre os quais nos dedicamos ao processo de expulsão, de saída e abandono das terras e casas pelos moradores em razão da impossibilidade de reprodução social e de vida, provocadas em detrimento do funcionamento do empreendimento. Conversamos com famílias que não saíram definitivamente do lugar, que ainda mantém vínculos, pois mesmo morando em outro local fazem questão de manter suas casas, algumas plantas e animais. Em outros casos temos famílias "deslocadas *in situ"* (FILDMAN; GEISLER; SILBERLING, 2003*)*, que são as que permanecem morando a jusante do empreendimento, resistindo, mesmo com seus modos e meios de vida comprometidos, e seguem na busca pelo reassentamento e indenização. Apesar da expressa necessidade de sair, permanecem, pois não tem condições, principalmente financeiras, de se manterem em outro lugar, de alugar ou comprar uma casa.

A partir das pesquisas de campo observamos que a migração faz parte da vida dos moradores do lugar. Com a chegada da mineração houve o processo de expropriação por meio dos deslocamentos compulsórios; durante a atividade da mineração, são encurralados; para assegurar a reprodução social da família, buscam os trabalhos temporários em outros municípios. Nesse sentido, o que foi constante nos relatos é que apesar da promessa de desenvolvimento e geração de emprego através do extrativismo mineral, os moradores continuam construindo suas histórias a partir de processos migratórios, vivem entre o *trânsito*, de um lugar ao outro, e a *transição*, de um tempo ao outro (MARTINS, 1986).

(...)

FOTO 4 : O Primeiro Trabalho de Campo

Fonte: Fonte: Trabalho de Campo. SOUZA,Carla Nadinne. 2019.

Era abril de 2019, estávamos em processo de construção do primeiro Capítulo da Dissertação para a qualificação da pesquisa. Para tanto, era preciso a delimitação da temática, bem como do campo e os sujeitos da pesquisa. Tendo nosso esboço de objetivos traçados partimos para o primeiro trabalho de campo a fim de delimitá-los. Munidos de um roteiro de observação, gravador e câmera fotográfica, percorremos os 32 km pela via MG-120 que liga os municípios de Riacho dos Machados e Porteirinha.

Nesta primeira visita ao município de Riacho dos Machados, contamos com um informante, que é morador do município de Porteirinha, mas que por um período da sua infância mudou-se para Riacho dos Machados junto com seus pais e irmãos para que seu pai trabalhasse na reflorestadora de eucalipto da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD. Apresentamos a ele os nossos objetivos e ele se dispôs a nos acompanhar nesta primeira fase da pesquisa.

Assim que chegamos à cidade, nos deparamos com uma placa que indica a quilometragem até a mina explorada, que fica a 24 km do local. (FOTO 5)

FOTO 5: Placa na Entrada da Cidade de Riacho dos Machados

Fonte: Trabalho de Campo. SOUZA, Carla Nadinne. 2019.

Seguimos em direção a casa da senhora que acolheu a família do nosso informante no período que moraram em Riacho dos Machados, localizada no perímetro urbano da cidade. O objetivo da conversa com Dona Maria da Rosa, de 94 anos, era estabelecer uma rede para que pudéssemos chegar aos atingidos da mineração. Quando chegamos em sua casa fomos recebidos com muito entusiasmo, já que há muito tempo eles não se viam. Dona Maria se sentou no sofá, ajeitou os cabelos brancos atrás da orelha, abriu um sorriso emocionado e nos ofereceu um café acompanhado de biscoito de polvilho que estava servido na mesa ao lado do sofá.

Sentados nesse mesmo sofá conversamos sobre a vida e o quanto o "*tempo de antigamente"* foi difícil, eram famílias numerosas e o dinheiro não circulava, e ela ressaltou sobre a importância do Programa Bolsa Família para as pessoas da cidade, associada aos trabalhos temporários, principalmente dos homens, fora da cidade. Depois disso, pedimos para Dona Maria que contasse um pouco da história de Riacho dos Machados (Ver tópico 1.3) e do período em que a CVRD chegou a cidade. Na entrevista ela disse que por causa da idade não se lembrava de detalhes da mineração, que gostaria muito de ajudar, mas não conseguiria, então sugeriu que conversássemos com seu filho João e seu genro Geraldo.

Pouco tempo depois João chegou, nos acompanhou no café e conversou um pouco conosco. Segundo ele, a vida nas comunidades está ficando cada vez mais difícil, e que vem acompanhando relatos e um movimento de saída das pessoas da região, do querer sair, e do

medo da mudança e adaptação das pessoas em um novo local. O *medo* está presente no sair ou permanecer no lugar.

> *Inclusive tem um que tem medo de vir para cá também e não dar certo na cidade, porque tem gado, tem tudo lá no pé da mineração. Aí tem medo de vir para cá, não dar certo né, e uma hora essa barragem estourar lá e levar tudo, porque é muito perto. Tem medo, ele fala que tem hora que tem medo de vir para cá e não dar certo aqui na rua, porque foi nascido e criado lá na região né. Ouro fino. E também tem medo de ficar lá por causa da barragem (João, 54 anos, serralheiro, morador de Riacho dos Machados, em entrevista concedida em abril de 2019).*

Depois de entender um pouco do histórico das comunidades pela perspectiva de João nos dirigimos à casa de Geraldo. Almoçamos lá, sentados com seus familiares em bancos de madeira ao lado do fogão de lenha, em que a comida havia sido preparada por sua esposa e por sua nora. Ao finalizarmos a refeição conversamos um pouco, e em seu relato, Geraldo, assim como João, expôs um pouco do cenário do processo de expulsão vivido pelos moradores das comunidades, inclusive com um conhecido, que deixou o lugar em função de problemas respiratórios provocados pela poeira das explosões na mina.

> *Tem um que é compadre meu e foi obrigado a mudar de lá do terreninho dele, porque eles quiseram comprar na mão dele e ele não quis vender, e aí estragou ele a poeira, aí o povo mudou tudo de lá, do terreno, eu não sei direito, mas sei que ele mudou de lá por causa disso (Expedito, 72 anos, aposentado, morador de Riacho dos Machados, em entrevista concedida em abril de 2019).*

A partir desses primeiros relatos que apontam uma forma de processo migratório que é de expulsão, corroboramos que o modelo de extrativismo mineral expandido no local vem provocando movimentos intra fronteiras, que vem avançando sobre territórios que eram tradicionais das comunidades, e como consequência impacta negativamente em suas formas de viver, principalmente em suas relações com a terra e o que vem dela, que em grande parte, é de onde tiram o sustento do núcleo familiar.

Consideramos que essa primeira experiência de campo foi de suma importância para conhecermos melhor a realidade do município. Percebemos que os moradores do local identificam as dificuldades enfrentadas pelas comunidades, o que não é muito visível aos moradores de Porteirinha, e fazem um contraponto sobre as promessas de melhorias propagandeadas pela empresa e as contradições e dificuldades vividas em nome do "desenvolvimento".

A partir das informações levantadas, fomos instigados a seguir pesquisando sobre as condições dos atingidos da mineração que vivem a expulsão e desestruturação. Entretanto, os

entrevistados neste dia já nos alertaram para uma possível dificuldade de contato com as pessoas que vivem esse processo, que em sua maioria, pelo menos os que conheciam, não gostavam de falar sobre o assunto. Cientes de que não seria uma tarefa fácil pois se tratava de um campo delicado, começamos a pensar em estratégias de buscar algo que intermediasse nosso contato com as comunidades. Foi então que decidimos buscar movimentos sociais que estivessem envolvidos com a causa destes atingidos.

(...)

Passados alguns dias fomos a procura da Comissão Pastoral da Terra - CPT/MG na cidade de Montes Claros na busca de contatos, materiais e também de entender a perspectiva do movimento social sobre os danos da MRDM, visto que acompanham de perto a trajetória das comunidades atingidas. A entrevista a nós concedida foi realizada com a representante Ana Paula.

Antes de trazermos seus relatos das questões que abarcam as condições de vida das comunidades do entorno do empreendimento, é importante ressaltar o papel da CPT diante dos conflitos decorrentes da reativação da mineração Riacho dos Machados. Conforme evidenciado por Barbosa, Brito e Lima (2016, p. 301), movimentos sociais, junto a agentes de mediação política e atingidos de comunidades tradicionais, têm se juntado na contraposição à mineração. Buscam pôr em evidência os riscos ambientais e sociais, trazendo à tona evidências de contaminação da água, ar e solo, além da expropriação territorial em locais de mineração.

Um dos instrumentos elaborados pela CPT foi uma carta que foi enviada no ano de 2015 ao então Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado Minas Gerais da SEMAD, Luiz Sávio de Souza Cruz, onde foram levantados os principais pontos de como aconteceu o processo de licenciamento ambiental da Mineração Riacho dos Machados, na época empreendida pela Carpathian Gold Inc. A carta foi apoiada por outras entidades, como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha e de Riacho dos Machados, a Associação Casa de Eva Barranco Esperança e Vida- ACEBEV, Ecos do Gorutuba, Articulação Popular São Francisco Vivo, entre outros. A carta dizia:

> Em 22 de Dezembro de 2009 foi realizada Audiência Pública no Município de Riacho dos Machados para apresentação do Estudo de Impacto Social (EIA) do empreendimento. Em abril de 2010 o Secretário de Estado e Meio Ambiente / Presidente do COPAM concede licença Prévia *Ad Referendum* após parecer favorável da SUPRAM/NM, com 8 condicionantes a serem cumpridas. Em junho de 2010 na 60ª Reunião Extraordinária da URC COPAM NM, a plenária referenda a Licença Prévia com 28 condicionantes - resultado do Grupo de Trabalho instituído

> na 58ª RO URC COPAM NM, de 20/04/2010. Em agosto de 2010 a MRDM pede prorrogação dos prazos e alteração das condicionantes e encaminha requerimento para a Licença de Instalação e solicita ao Secretário de Meio Ambiente a concessão *Ad Referendum* para a licença de instalação, sob alegação, dentre outros aspectos de ordem hidrológica, de pressões do agente financiador, que condicionam a viabilidade do financiamento e de outras fontes de recurso à obtenção da LI.
> Em Agosto de 2011, a SUPRAM NM emitiu parecer favorável à concessão da LI, com 32 condicionantes. É deferida a outorga *Ad Referendum* para a barragem de rejeitos pelo Secretário de Estado e Meio Ambiente / Presidente do COPAM; Setembro de 2011 o Secretário, após parecer favorável da SUPRAM NM, concede LI *Ad Referendum.* Outubro de 2011, representantes dos Municípios de Janaúba e Porteirinha manifestou-se contra o *Ad Referendum,* dados os riscos de passivos ambientais para ambos os municípios, localizados a jusante do empreendimento. Em novembro de 2011 a URC COPAM/NM referenda a licença de instalação com 51 condicionantes. Dezembro de 2011 a MRDM solicita alteração de condicionantes; em Abril de 2013 primeira vistoria da SUPRAM após conceder a LI - identificadas irregularidades, foi recomendado a paralisação das atividades até a licença de operação, em Julho de 2013 a MRDM formaliza o pedido de Licença de Operação (LO), Agosto de 2013: IBAMA faz vistoria a pedido da Polícia Federal e identifica irregularidades - especialista em geologia avalia que a Carpathian Gold já estava minerando; Outubro de 2013, visita de técnicos da SUPRAM - identificam mais irregularidades; dezembro de 2013, MRDM solicita autorização provisória para Operação; ainda no mesmo mês a SUPRAM concede Autorização Prévia de Operação. Em 19 e 20 de dezembro de 2013 após visita feita pela SUPRAM, o órgão suspende a APO, 20 de fevereiro de 2014 nova visita da SUPRAM, 24 de fevereiro de 2014, subsecretaria de gestão e regularização ambiental integrada, concede a Autorização Prévia de Operação - APO para a MRDM (Comissão Pastoral da Terra e outras instituições, 2015).

O processo de licenciamento ambiental do empreendimento foi conturbado e é acompanhado por organizações e movimentos sociais como a CPT desde seu anúncio. São realizadas contestações e críticas por parte de diferentes agentes sociais, sendo baseadas nas dificuldades enfrentadas pelas comunidades em relação à saúde e também em relação a terra e a água. No início, com o anúncio do retorno das atividades minerárias na região, a população urbana e mesmo as comunidades rurais próximas às estruturas apoiaram a mineradora, acreditaram no discurso propagandeado de que a mineração seria um “progresso”, geraria empregos e aqueceria o comércio local. Entretanto, conforme nos relatou Ana Paula, com o tempo os próprios moradores começaram a identificar que o que foi prometido não foi efetivamente cumprido. São poucas as ofertas de trabalho para os moradores das comunidades e a questão da água tornou-se mais delicada, por se tratar de uma região semiárida.

> *Não tem tantas pessoas assim empregadas de lá do município mesmo, das comunidades vizinhas. O comércio continua o mesmo, na verdade, o que aconteceu: várias pessoas abriram hotéis, padarias, mercearias e o processo de decadência estão aí, porque as pessoas que trabalham na mineradora nem moram lá. Moram em Porteirinha, Janaúba, os municípios melhores assim, com mais estrutura. Então, quem fica ali mesmo são as pessoas que trabalham lá e que são de lá mesmo. E assim, as pessoas viram que não é isso, na verdade é o contrário do que foi o propagandeado. A verdade é o que está acontecendo em Riacho é essa coisa da água. A falta de água está cada vez maior, e além da falta da água, a água que está*

> *tendo para as comunidades, poços artesianos, rios, estão sendo contaminados (Ana Paula, representante da CPT, em entrevista concedida em julho de 2019).*

Em seu relato Ana Paula apontou a questão da água como um dos principais conflitos: "*É um local que não tem condições de ter mineração, por conta da água. É um local totalmente escasso de água. Todas as nascentes estão secas. Os moradores estão denunciando que a água está sumindo, os rios secando, enfim, água sumindo, e a pouca água que tem está contaminada ou em risco de ser contaminada" (Ana Paula, representante da CPT, em entrevista concedida em julho de 2019).*

Análises acerca dos conflitos em torno da água na região do empreendimento MRDM foram realizadas por Lima (2018) sob a perspectiva de "efeitos derrames ambientais". O trabalho evidencia que o empreendimento é alvo de contestações sobre os efeitos degradadores que gera. Foram identificados mecanismos para a flexibilização do licenciamento ambiental que geraram danos de ordem socioambiental e conflitos em torno ao acesso de disputas pela água.

> Todo o procedimento burocrático foi marcado por expedientes de antecipação de decisões, concessões *ad referendum* tomadas de forma monocráticas e unilaterais. A existência de brechas e provisões de mecanismos que flexibilizam o licenciamento contribuíram para produção de alegalidades que permeiam normas e legislações ambientais imbricados em contexto maior de desregulação e desmonte da política ambiental Brasileira (LIMA, 2018, p. 127).

Além disso, destaca os riscos da instalação da barragem de rejeitos no afluente do Rio Gorutuba, e o perigo de estarem sujeitos à contaminação pelos produtos químicos utilizados nas atividades rotineiras do empreendimento, ou mesmo através de um desastre tecnológico. Nesse sentido, a apropriação da água pela mineração resultou em: "Poluição, contaminação, limitação do acesso por comunidades atingidas" revelando a "violência desse modelo de extração, violação de direitos e a desigualdade em acessar e demandar a água" (LIMA, 2018, p. 128).

Desta maneira, as dificuldades enfrentadas pelas comunidades em relação ao uso da água tem sido um fator de expulsão. Conforme pontua Ana Paula:

> *As famílias que moram abaixo da barragem, a jusante da barragem de água, ficaram bastante prejudicadas, porque é um rio que é intermitente, mas formava alguns poços d'água que servia para dar água para os animais, para regar a horta, para várias coisas. Tinha gente que só usava essa água, porque não tinha poço artesiano, tinha só essa água e água de cisternas, cisternas de captação de água do telhado. E aí essas famílias ficaram sem água porque barrou né, foi barrada a água. Primeiro o pessoal fala que foi contaminada por causa do processo do material de construção que foi utilizado, ficou ruim de usar e depois foi secando. É um processo que a gente diz, que outras entidades dizem, que não tem condições, que é isso né, que expulsa o povo as áreas, acabam com a água, traz desgraceira para a vida do povo e o povo tem que se virar para outros locais que não são seus lares e é um processo né que mata de todas as formas né, de forma física, mental, psicológica, é*

> *isso. É uma coisa real, as pessoas realmente estão querendo sair de suas casas, não teve uma saída em massa assim, mas algumas pessoas já abandonaram suas casas (Ana Paula, representante da CPT, em entrevista concedida em julho de 2019).*

Depois dessa aproximação com o movimento social, que nos possibilitou o levantamento de materiais e informações imprescindíveis para a construção do trabalho, fomos convidados a participar de uma oficina sobre direitos de atingidos que aconteceria na comunidade Piranga, que é a mais próxima de uma das cavas da mina. Aceitamos o convite empolgados, pois a aproximação aos atingidos se mostrava cada vez mais difícil, visto que a tentativa através de moradores de Riacho dos Machados, apesar de ter sido muito rica e de trazer muitas informações fundamentais, não nos possibilitou um contato com os moradores das comunidades rurais das adjacências da mina. Algumas semanas depois seguimos de Montes Claros para a comunidade Piranga.

(...)

FOTO 6: Oficina na Comunidade Piranga

Fonte: Trabalho de Campo. SOUZA, Carla Nadinne. 2019.

Piranga é uma comunidade rural que está localizada a aproximadamente um quilômetro da cava da mina, e de acordo com o EIA/RIMA do empreendimento, compõe a Área Diretamente Afetada (ADA). Sofre cotidianamente com os danos da mineração. O trajeto até a comunidade foi acompanhado de muita curiosidade. Já haviam sido feitas leituras de trabalhos de pesquisa e documentos sobre comunidades atingidas, mas ver de perto todas as questões enfrentadas fez crescer ainda mais o desejo de contribuir da melhor forma

possível, dentro dos limites acadêmicos de prazos, para o debate acerca das violações enfrentadas no cotidiano das famílias que ali vivem, no intuito de trazer visibilidade para suas questões.

Logo ao entrar na estrada de terra e cascalho para chegar até as comunidades, que é a mesma utilizada pela empresa para chegar à mina, já começam a serem observadas placas e cercas que indicam propriedade privada da mineração, e ao fundo é possível ver a serra que se tornou a cava da mineradora. De longe parece não ser explorado, mas chegando perto se vê a mudança na paisagem.

FOTO 7: De Longe e de Perto

Fonte: Trabalho de Campo. SOUZA, Carla Nadinne. 2019.

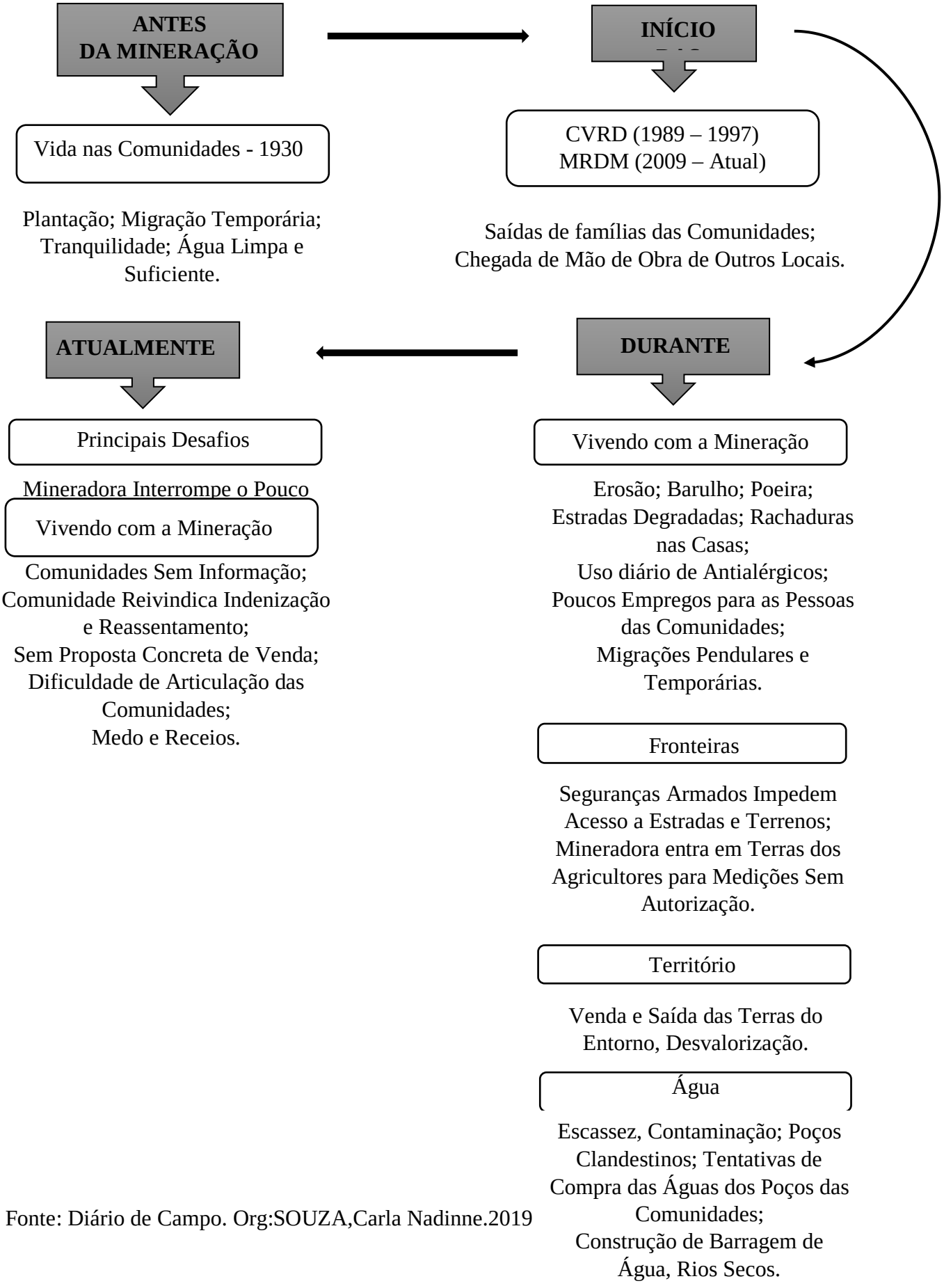
A oficina foi organizada pelo Centro de Referência em Direitos Humanos - CDRH/Norte em parceria com a CPT e a Comissão Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O objetivo foi discutir os danos que vem sendo sofridos pelas comunidades e ouvir seus encaminhamentos e reivindicações. Contou com a participação dos representantes das organizações citadas, representantes do STR de Riacho dos Machados e moradores das comunidades Piranga, Ouro Fino, Ribeirão e Catanduvas.

Através deste primeiro contato com as comunidades começou-se a estabelecer a relação de confiança entre nós e os sujeitos atingidos, um esforço que compõe o "estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento, que diferentes categorias de pessoas fazem, realizam" (BRANDÃO, 2007, p. 12). Foi um dia intenso, que possibilitou vários momentos de reflexão e troca. Ao chegarmos ao local fomos recebidos por todos os presentes com um aperto de mão de desejo de boas-vindas. À medida que iam chegando, todos se cumprimentavam e buscavam um lugar para sentar na sala de estar da casa de um dos atingidos, onde aconteceu a oficina. Durante os momentos de partilha vieram à tona denúncias impactantes de violações. Pudemos ouvir dos moradores a luta para se manterem nos territórios diante de todas as dificuldades, e também relatos de situações onde famílias deixam as terras e vão *tentar uma vida melhor em outro lugar.* Expuseram suas preocupações com a saúde por causa da poeira e água e a persistência para continuarem suas tradições, o trabalho com a terra, a agricultura, em manter vínculo com o lugar de tradição.

Após se apresentarem, os moradores relataram como eram as coisas antes da chegada da mineração. Viviam da terra e usufruíam do grande volume de água que ali existia. Com a chegada da empresa Vale, minerando ouro no território, já foi possível notar algumas mudanças no cotidiano das famílias. No entanto, foi a partir de meados dos anos 2000, quando a atividade minerária foi privatizada pela empresa, na época Carpathian Gold Inc., que a percepção dos danos causados se tornou mais evidente. Entre os mais citados estão: nascentes de água secas; água que restou contaminada; mortandade de peixes; poeira causando adoecimento de moradores, principalmente idosos e crianças; intimidação de moradores; casas danificadas; medo da barragem de rejeitos; abertura de poços artesianos para uso da empresa; e invasão nas propriedades dos agricultores e o barulho constante de explosões, entre outros.

Junto a esses relatos e as questões apontadas, construímos o esquema a seguir, que apresenta a linha do tempo vivida pelas comunidades em função dos danos causados pela mineradora, na qual são apresentados elementos que compõem as discussões das categorias analíticas que trabalharemos nos tópicos subsequentes.

ESQUEMA 1: Os Danos da Mineração nas Comunidades Atingidas pela MRDM



Fonte: Diário de Campo. Org:SOUZA,Carla Nadinne.2019

Após esse primeiro momento de relatos sobre os danos causados pela empresa na região, que aconteceu pela manhã, houve um almoço coletivo e rápido. Aproveitamos a oportunidade para realizar algumas conversas informais para futuras entrevistas guiadas por um roteiro que acompanhasse os objetivos da pesquisa. Conversamos em particular com dois moradores, ambos não permitiram gravar a conversa, o medo está presente em seus atos, porém, relataram o processo de saída e do precisar sair que estão vivendo.

O momento posterior ao almoço foi dedicado à exposição, por parte da advogada popular que conduziu a oficina acerca dos direitos à reparação integral para aquelas comunidades. Sendo elas:

QUADRO 2 - Direitos a Reparação Integral

Reparação Integral - Comunidades Atingidas pela Mineração		
1	Mitigação	Reparação da empresa em relação aos danos causados.
2	Compensação	Indenização. Deve ser feita após assessoria técnica com profissionais que irão avaliar os danos materiais, psicológicos, físicos e simbólicos causados pela empresa para, a partir disso, apresentar um valor justo de indenização. A assessoria deve ser escolhida pela comunidade junto com as organizações parceiras e deve ser financiada pela empresa.
3	Satisfação	A empresa deve dar satisfações/explicações para a população atingida criando, portanto, um canal de diálogo com a mesma.
4	Restituição	Reassentar a comunidade (última medida se assim a comunidade desejar) coletivamente, e após avaliação da assessoria técnica que, junto da comunidade, irá indicar um local para que o reassentamento seja efetivado.
5	Reabilitação	Reparação dos danos à saúde física e psicológica das pessoas da comunidade.
6	Não repetição	Após a reparação a empresa não pode causar novos danos a comunidade atingida.

Fonte: Diário de Campo. Org.: SOUZA, Carla Nadinne. 2019.

As constantes violações de direitos revelam-se um grande desafio para manutenção do modo de vida no lugar. Seus cotidianos passam a ser marcados pela falta de autonomia sobre suas vidas no que tange, principalmente, ao uso da terra e da água. Atos de movimentos de

resistência começam a surgir a fim de cobrar das autoridades condições dignas de sobrevivência. Como resultado da articulação dos moradores com entidades sociais, está em processo de negociação junto ao Ministério Público-MG, a saída deles de seus territórios, conforme afirma um morador: "*tem que sair, não tem outro jeito não, não dá pra aguentar a pressão*". Os representantes das comunidades que estiveram presentes manifestaram estarem dispostos a deixar suas casas e territórios para protegerem sua saúde e de seus familiares. Com isso, esse processo de expulsão suprime um modo de vida tradicional, levando-os a criarem novas estratégias de reprodução de vida, seja na espera por indenização e reassentamento, para que possam sair das condições de vulnerabilidade que vivem estando nas adjacências do empreendimento, ou quando saem por conta própria, mas mantém vínculos com os lugares e seguem na busca pelos direitos.

Com a participação na oficina e partir das observações foram suscitados novos questionamentos, principalmente no que se refere às mudanças nos modos de vida propiciadas pelas violações de direitos e processos de migração forçada, por não haver mais condições de permanecerem em seus lugares. Neste dia conhecemos e conversamos com alguns moradores e ex-moradores que se tornaram os interlocutores desta pesquisa, porém, diante da programação intensa do dia, pegamos o contato para que pudéssemos conversar em outra oportunidade, o que depois se revelou mais difícil do que esperávamos.

Por isso, consideramos a participação nesta oficina um norte para a pesquisa, pois através dela novos campos foram possíveis e realizados e, portanto, há muitas histórias para serem relatadas. Saímos com vários aprendizados e muitas questões; assim que definimos sob qual perspectiva e recorte seria a parte empírica da dissertação, começamos a pensar de que forma retornaríamos a campo, e conseguiríamos estabelecer uma relação de confiança com os potenciais entrevistados, visto que muitos se mostraram resistentes a gravação de entrevistas.

No dia seguinte tentamos contactar com dois deles e não obtivemos sucesso, encaminhamos os objetivos da pesquisa, apresentamos o roteiro, e um deles chegou a prometer que retornaria, mas não mais respondeu. Diante disso, uma semana após a oficina, decidimos procurar representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riacho dos Machados e de Porteirinha para conversar e entender um pouco do trabalho que vem desempenhando junto às comunidades, e também compreender o porquê se mostram resistentes com pesquisadores. Através do contato com Custódio, tesoureiro do STR de Riacho dos Machados, cheguei ao informante chave dessa pesquisa, Eduardo, que esteve presente na Oficina, mas que não tivemos a oportunidade de conversar na ocasião.

(...)

Por questões práticas de locomoção, antes de procurarmos o STR de Riacho, procuramos o de Porteirinha, e vimos que os dois trabalham em parceria em relação ao acompanhamento das comunidades atingidas pelo complexo minerário em questão. Não levam em consideração os limites territoriais das comunidades, tratam-nas como um todo.

No STR de Porteirinha fomos atendidos por Lourdes Souza, secretária de Agricultura do sindicato, que nos relatou que acompanha o histórico da mineração desde o início da movimentação para a reativação, estando envolvida enquanto representante do sindicato na defesa ambiental e das famílias agricultoras. *"A gente tinha conhecimento dos impactos que iam provocar na agricultura como um todo, no meio ambiente e na vida da sociedade como um todo" (Lourdes Souza, secretária de Agricultura do STR de Porteirinha, em entrevista concedida em novembro de 2019).*

Lourdes nos apontou alguns dos momentos mais importantes que resultaram do diálogo com as comunidades e articulação com outras entidades no enfrentamento à empresa. Uma delas foi a pressão para o aumento das condicionantes do licenciamento ambiental, que passaram de dezoito para cinquenta e oito. Destacou também a luta pela impermeabilização da barragem de rejeitos, que em um primeiro momento seria feita com 5cm de argila. Também estiveram à frente nas denúncias de abertura de poços artesianos irregulares, muitas vezes próximos aos poços utilizados pelas famílias, que acabavam secando. Lourdes ressaltou as dificuldades enfrentadas, que envolvem, principalmente, as relações de poder entre a empresa, que detém o capital, e a fragilidade da sociedade civil.

> *Nas audiências que tinham em Montes Claros eles levavam ônibus cheios de comerciantes, de estudante que queria trabalho na mineradora, tudo para ir contra a gente. A gente sempre ia também em um ou dois ônibus para ir para o embate lá, mas assim, eles tinham todos os reforços né, o capital na mão, e nós, a sociedade civil, engatinhando, mas fazendo o debate com muita firmeza, entendendo que as famílias iam ser muito prejudicadas. Eles usando a água para minerar e as famílias usando água das caixas da P1MC que foram construídas no programa da ASA. Essa água que eles ainda tinham, que era da chuva, começou a provocar dúvidas, porque a poeirinha que caía em cima da casa, em cima da caixa, eles não sabiam se aquilo estava entrando nas caixas de alguma forma ou não. Aí foi dando esse procedimento, até que nós chegamos à conclusão que algumas famílias precisavam sair de lá porque eles vão morrer. Eles vão morrer lá impactados por toda a desgraceira da mineração. A empresa faz reuniões nas comunidades para iludir o povo, eles vão lá e enrolam o pessoal, dá cafezinho, biscoitinho para as famílias (Lourdes Souza, Secretária de Agricultura do STR de Porteirinha, em entrevista concedida em novembro de 2019).*

Outra dificuldade apresentada é em estabelecer diálogo com a empresa, que adota a estratégia de mudança de nome e de diretoria para dificultar que os encaminhamentos solicitados pelas comunidades sejam atendidos, como vem acontecendo com o pedido por indenização e reassentamento para as comunidades. Destaca que quando acreditam que estão

avançando, são surpreendidos pela troca do aparato administrativo da empresa, bem como a mudança de promotores que acompanham o caso, e com isso se veem tendo que recomeçar todo o processo. Para ela, apesar de todas as dificuldades de estar a frente no enfrentamento à um grande projeto de interesse do capitalismo, é importante buscar sempre permanecerem fortes, denunciando as violações sofridas e lutando pela garantia de direitos dos atingidos. Acompanhando essa lógica, Lourdes ressalta:

> *Toda denúncia que chega até nós a gente formaliza. Formalizamos em documentos que são assinados pelas instituições e vamos denunciando. É a alternativa que a gente tem. Mas o futuro nosso com a questão mineradora não é muito bom não. Todo mundo tem uma ilusão de que mineradora traz desenvolvimento, mas eu não conheço nenhum município que tem mineradora que é desenvolvido. Você só vê miséria, só vê desgraça. Eles só vêm aqui buscar o que é nosso, a riqueza, e levar embora. Só que a gente não consegue colocar isso na população antes das empresas entrarem. A gente precisava colocar isso, abrir os olhos das pessoas antes delas se instalarem, porque depois que elas se instalam, minha filha, elas passam por cima de tudo, elas compram tudo (Lourdes Souza, secretária de Agricultura do STR de Porteirinha, em entrevista concedida em novembro de 2019).*

Cientes das dificuldades enfrentadas pelo STR de Porteirinha e ainda sem conseguir chegar diretamente aos moradores das comunidades, nos deslocamos até Riacho dos Machados para conversarmos com Custódio, tesoureiro do STR do município e representante no acompanhamento em defesa das comunidades em tela neste trabalho. A primeira questão levantada em seu relato foi a prometida disponibilidade de emprego para a população da cidade, inclusive para os moradores das comunidades. Apesar de terem sido oferecidos cursos para capacitação da população, isso não garantiu a empregabilidade, que passou a ser condicionada a experiência na área registrada na carteira de trabalho. Conforme afirmou Custódio:

> *Uma das primeiras coisas que foi comentado na época era a questão de que ia surgir emprego, essa questão de que a empresa estava vindo para dar possibilidades para as comunidades mesmo, principalmente aqui nas comunidades do entorno e no município. Só que aí vem aquele problema da qualificação profissional que foi uma das questões que a gente já tinha falado antes, que já sabíamos que ia acontecer, porque a gente pesquisou antes também como que era esse perfil das empresas, e a gente sabia como ia ser, e uma das primeiras coisas que eles fizeram foi que as escolas daqui ficassem focadas em fazer aqueles cursos da questão minerária né, técnico em mineração, essas coisas, formou as pessoas para isso. Só que isso aí na verdade foi uma farsa né, porque não significava que se fez um curso aqui sobre técnico em mineração e que ele ia conseguir, com esse curso, direito de trabalhar lá. O que a gente percebeu é que aí começou a exigir as questões de experiência na carteira já, que já tivesse experiência, e com isso o município ficou muito prejudicado, as comunidades do entorno também, porque as pessoas que já tinham experiência são as pessoas que já estavam em outras empresas, como a Geosol, essas empresas. O pessoal daqui que não tinha experiência acabaram que ficaram para trás, e a prioridade não fica no município. Vamos dizer que é um edital que é aberto, e que vem gente de qualquer lugar, e os que têm experiência vai passando na frente e acaba que o nosso povo fica sem esse trabalho, e eu acho que vai continuar assim, porque eu acho que a empresa ela não vai, como se diz, se não tiver muita luta ela não vai pegar umas pessoas aqui sem*

> *experiência nenhuma para praticamente ensinar e treinar a pessoa, provavelmente ela vai pegar quem já está adiantado e vai contratar aquele. Então, o problema que deu foi esse (Custódio, tesoureiro do STR de Riacho dos Machados, em entrevista concedida em dezembro de 2019).*

Em se tratando especificamente do caso das comunidades atingidas, Custódio salientou que o engajamento dos moradores nos movimentos e articulações, que denunciam os danos que sofrem, é um fator que dificultou com que eles fossem incorporados enquanto funcionários da empresa. E quando acontece de serem empregados a dificuldade está em conseguir com que contribuam com esse debate, pois passam a defender a mineradora. Para ele, o maior desafio a ser enfrentado é conseguir com que a mineração traga melhorias e oportunidades para os moradores no município, das comunidades, mas o que ocorre é o contrário.

> *A gente não é contra a questão minerária, a gente sabe que o país depende, mas o que nós do sindicato aqui queríamos era que fosse um trabalho justo, que fosse um trabalho que reconhecesse que já que a empresa está aqui os beneficiários tinha que ser o povo daqui. Não adianta a gente ter uma empresa de ouro aqui, que a gente sabe que é um dos metais mais caros do mundo, e que o povo aqui estar vivendo na miséria. Assim, primeiro que uma empresa que explora ouro, ela deixa esse legado para trás de desgraça. Tipo assim, eu acho que onde tinha esse benefício, que todo mundo pudesse usufruir disso, que todo mundo que está aqui também sobrevivesse bem né, tranquilo e tal. Se for questão de emprego que a pessoa quer, vamos dar o emprego, vamos dar uma chance para esse pessoal trabalhar. Se é um trabalho social, mas que seja um trabalho social que deixasse alguma coisa para o futuro desse povo, porque a gente está vendo é que se essa empresa fechar hoje simplesmente aquele que estava trabalhando tem seus direitinhos lá. Então assim, não é justo isso, onde que tem tanta riqueza então tinha que pensar em alguma coisa pelo menos para suporte da cidade, para que um dia possamos falar que o que a gente tem no futuro a gente agradece a mineração, porque ela deu suporte para ter uma cidade bonita, harmoniosa, com grandes investimentos, que a população pudesse usufruir disso aí né. O problema hoje é esse, que a gente vê a situação que é difícil demais, todo mundo aqui hoje está reclamando da situação que vive aqui hoje, isso que é triste. Onde a gente sabe que está sendo exportado ouro né, está saindo ouro daqui, aí você vem aqui e vê a realidade da cidade que é complicadíssima. Isso que é triste (Custódio, tesoureiro do STR de Riacho dos Machados, em entrevista concedida em dezembro de 2019).*

A conversa com Custódio trouxe muitas contribuições para o debate ao qual nos propomos e, além disso, foi através dele que conseguimos conversar com nosso informante chave da pesquisa, Eduardo, com o qual conversamos pela primeira vez na sede do STR de Riacho dos Machados neste mesmo dia. A partir do contato com Eduardo chegamos aos nossos outros interlocutores, os quais apresentaremos brevemente a seguir.

Os Atingidos

Antes de apresentá-los, é importante destacar que as visitas às casas das pessoas que são atingidas pela operação do empreendimento, que passaram por um processo de mudança

que interferiu em suas capacidades de continuar um modo de vida que mantiveram por muitas gerações no lugar, foram sempre acompanhadas de muitas expectativas; desde o planejamento anterior, os questionamentos que surgiram durante todo o processo da pesquisa empírica, até nos momento de decisões éticas para a construção das análises.

Nossa principal preocupação na construção do roteiro de campo e de entrevista foi com que nossas questões não pudessem de alguma maneira, diante o contexto de vulnerabilidade e medo que vivem e que já estávamos cientes, fazer com que eles se sentissem desconfortáveis. Tínhamos o receio de não conseguir estabelecer uma relação de confiança com os entrevistados, o que é essencial para a construção de uma pesquisa que atenda aos objetivos que propomos.

Uma das primeiras questões que surgiram para nós foi quanto à identificação dos entrevistados. Durante nossas conversas perguntamos a eles se autorizavam o uso do nome e imagem. Alguns permitiram já outros preferiram se resguardar, como justifica um deles:

> *Eu estava pensando em nem gravar por isso, porque eu quero é vender lá, e lá se não for a firma ninguém compra, ninguém interessa comprar. É um dos problemas, a terra perde o valor. É igual eu estou te falando, eu fico até com medo de usar meu nome por isso, porque eles são um pouco ruins. Se eles verem isso que eu estou fazendo uma coisa, aí que eles não compram, porque eles estavam falando que iriam comprar, depois ficou assim (Eduardo, 60 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em dezembro de 2019).*

Diante da nossa experiência durante os trabalhos de campo, das leituras prévias de trabalhos que realizam discussões críticas em contexto de conflito social, e entendendo que os entrevistados estão vivendo uma fase de fragilidade e negociação com a empresa, julgamos a postura mais coerente e segura para eles, o uso, em todos os casos, de nomes fictícios, a fim de preservarmos suas identidades. Essa foi uma decisão acadêmica, mas que está flexível a avaliação deles após a devolução deste trabalho, se irão considerar pertinente ou não.

(...)

Eduardo e Luíza saíram de seus lugares tradicionais e residem na cidade de Riacho dos Machados, em uma casa de herança, a pouco mais de um ano. Ele é lavrador e tem sessenta anos. Nasceu e viveu sua vida em uma comunidade que hoje está a jusante da barragem de rejeitos da mineradora. O terreno que foi de seu pai hoje é herança dele e de seus irmãos. Sua juventude foi marcada pelos trabalhos fora, em outras regiões, estados e até em outro país exercendo a profissão de operador de máquina para uma empresa que terceirizava funcionários para mineradoras. Seria uma ironia? Em seu relato ele nos contou que ter

trabalhado na área tem seu lado positivo, o de conhecer de perto como funciona as empresas, e poder ter orientado sua família, mesmo quando estava longe, sobre as propostas feitas e medidas tomadas pela empresa principalmente no processo de aquisição de terras.

A vida adulta de Eduardo foi dividida entre o trabalhar fora e voltar para seu lugar e exercer atividades com a terra, a agricultura, a qual atualmente se dedica exclusivamente. Casou-se com Luíza, hoje com cinquenta e dois anos, que é nativa da região que também pertence ao entorno do empreendimento, e mudou-se para a casa do sogro, no mesmo período em que a mineradora estava reativando suas atividades. Aos poucos os irmãos de Eduardo foram se mudando para outros lugares, e algum tempo depois, por questões de saúde, seu pai mudou-se para a parte urbana de Riacho dos Machados, para uma casa que adquiriu com o dinheiro da venda de uma parte do seu *terreno* para a mineradora.

Luíza concilia seus dias entre os trabalhos na terra, na casa, e na escola onde é professora. *"Eu morei na roça e agora faz um ano que eu estou aqui. Nasci na roça, saí para estudar, estudei aqui em Riacho, estudei até a sexta série e depois eu voltei para a roça para dar aula, dava aula lá e vinha para estudar aqui" (Luíza, 52 anos, lavradora, atingida pela MRDM, em entrevista concedida em dezembro de 2019).*

Nos relatos eles apontaram as diversas questões que os levaram a mudar do *terreno*, categoria nativa utilizada para se referirem a terra, estando elas estritamente relacionadas aos danos causados pela mineração. Permanecem frequentando o lugar, onde ainda mantém a criação de algumas cabeças de gado, pequenas plantações, e tem a casa, mesmo que "*está lá abandonada, faz até dó, é uma casa muito grande" (Eduardo, 60 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em dezembro de 2019).* Os dois consideram impossível voltarem a morar no local com as mesmas condições que viviam antes da operação da mineradora, portanto, apesar de não satisfeitos com a situação, seguem na busca para que a empresa compre o terreno a um valor que consideram justo, visto que não é só a questão material e financeira que está envolvida.

(...)

Carlos é nosso interlocutor que mais se posicionou com indignação quanto às condições de vida que leva atualmente, morando fora do seu terreno, pagando aluguel na cidade, por conta do encurralamento que ficam sujeitos por causa da mineradora. Ele se considera lavrador, mas morando na cidade passou também a fazer bico como motorista, e também realiza pequenos fretes. É casado e tem quatro filhos, sendo que dois ainda moram como ele.

Os motivos que apresentou para a mudança do lugar, que é localizado "*no pé da barragem [de rejeitos]*" vão de encontro com os apresentados pelo casal Eduardo e Luíza. Carlos e sua família se mudaram no mês de abril de 2019. Em sua fala ele impõe os danos vividos por ele e seus vizinhos da comunidade que moram a jusante da barragem de rejeitos, principalmente depois dos dois desastres tecnológicos que aconteceram em Mariana-MG e Brumadinho-MG. O medo de a barragem romper, somado a outros danos do cotidiano e dos prejuízos a saúde no longo prazo, impulsionou a migração que é forçada, mas que acontece por conta própria, pois saem e deixam para trás um modo de viver tradicional e assumem todos os custos sozinhos. "*Nós falamos deles comprar, aí eles disseram que não compra, então como é que nós faremos? Não podemos obrigar" (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

(...)

Ao contrário dos nossos outros entrevistados, José e sua família continuam morando em seus terrenos, que está há aproximadamente um quilômetro de uma das cavas da mineradora. O medo maior é quanto à poeira que vem em grande intensidade diretamente para suas casas quando acontece às explosões na mina, o que tem provocado insegurança principalmente quanto aos adoecimentos.

José tem trinta e seis anos, é casado e tem quatro filhas. Nasceu na região, não especificamente na comunidade em que mora hoje, mas nas proximidades. Mantém a casa com a lavoura. "*O que a gente produz aqui na terra a gente vai vivendo, vende um pouco, mas tá difícil é o que dá para sobreviver né. Temos também a ajuda da igreja, a igreja também ajuda bastante" (José, 36 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

Durante sua juventude e até poucos anos atrás ele conciliava os trabalhos na lavoura com os trabalhos *fora*. Já trabalhou no corte de cana, na colheita de milho, em fazendas, e por último em uma empresa de geologia e sondagem, onde obteve experiência de trabalho na área de mineração, o que posteriormente possibilitou com que fosse empregado na mineradora em questão, onde trabalhou por um período e depois decidiu sair e engajar na luta pelos direitos das comunidades.

> *Na verdade, na experiência minha, a gente cultiva uma experiência lá fora né, que eu trabalhei foi dentro de área de mineração e a gente via o sofrimento do povo lá fora, entendeu? Via as guerras, as lutas. Fazendeiros iam mexer nas fazendas e colocava o povo para correr, então via que era muito difícil. Quando veio para cá, quando a mineração ia instalar aqui aí eu preocupado né, pensei assim, que pega o povo tudo na inocência aqui né, não tem conhecimento de nada, e foi isso, foi dito e*

> *certo, chegaram com gente aí inventando umas coisas, que ia trazer benefício, que ia trazer muito emprego, e acabou que só veio prejuízo né (José, 36 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

Hoje José é considerado uma liderança das comunidades, está à frente do movimento de resistência local, e junto a entidades e movimentos sociais, lutam por uma reparação que incorpore a indenização e reassentamento de toda a comunidade. Por acompanhar e reafirmar as denúncias das violações de direitos feitas pelos moradores ele passou a ser perseguido pela empresa.

> *Na verdade, isso aí foi uma denúncia que eu levantei lá dentro da mineração, então eu vi as irregularidades, entendeu? Eu vi as injustiças deles, aí foi indo, foi indo e chegou certo tempo que eu não aguentava, não estava aguentando aquilo lá mais não aí eu fui e aí quando veio o Ministério Público aqui aí eu falei assim: não, eu vou lá hoje participar da reunião. Aí quando eu fui lá e quando assustei já tinha abrido o berro, já tinha entrado, já tinha falado. Aí que começou a pressão, aí que passei apurado, que foi quando eu fui para o serviço e foi só a pressão por parte do chefe lá, de por que eu tinha feito aquilo, porque mesmo que eles me apoiaram eles me desclassificaram né, falando que era o direito meu, mas eu não devia ter falado aquilo não, que aquilo era uma injustiça e tal, aí foi aí que eu falei não, que eu fiz o meu direito, que eu tinha o meu direito também. Foram umas três vezes que eles me chamaram no quarto escuro lá e eu passei apurado. Foi uma pressão enorme. Já tem uns quatro anos ou mais isso, mais ou menos esse tempo que estou nessa luta aí, quatro, cinco anos (José, 36 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

Durante os dias em que estivemos nas casas dos atingidos, conversando, observando e entrevistando, foram narradas histórias de violações, marcadas por perdas e sofrimentos. Os depoimentos sobre as situações de expropriação que as famílias vivem refletem a insegurança que tem em permanecer em seus locais de morada, onde são expostos cotidianamente a riscos. Vivem uma situação de encurralamento que é resultado de incontáveis efeitos provocados pelo empreendimento sobre os pequenos agricultores, que têm suas formas de viver expropriadas desde o processo de anúncio da mineração.

Os Modos de Vida no Lugar Tradicional

Buscamos realizar uma imersão na vida social dos nossos interlocutores sustentada por uma relação de confiança, de maneira que possibilitasse que pudéssemos apreender em suas falas e atos, os elementos necessários para a construção de uma interpretação dos desafios enfrentados no cotidiano das famílias, entendida aqui em consonância com Woortmann (1995), como um valor cultural que estrutura as ações e as relações sociais dos indivíduos.

Conforme já anunciado, os lugares tradicionais dos atingidos em questão estão localizados em comunidades que estão nas adjacências do empreendimento, sendo elas: Ouro

Fino e Piranga. Ouro Fino está localizada à jusante da barragem de rejeitos e em sua zona de auto salvamento. É composta por cerca de 20 famílias, e a maior parte dos moradores é nascida naquela região e possui relações de parentesco entre si, como também é característico da comunidade Piranga, que possui oito famílias, e é a comunidade mais próxima à cava da mina.

A atividade econômica predominante nos locais é a agricultura familiar, como pudemos observar durante nossas visitas: a presença de plantios, como hortas, quintais e pomares, além da criação de animais, tais como galinhas, porcos e gados. Tudo em pequena quantidade, e a maior parte para o próprio consumo das famílias.

FOTO 8: Os Quintais

Fonte: Trabalho de Campo. SOUZA, Carla Nadinne. 2019.

Nos relatos os moradores foram resgatando lembranças de como era a vida nas comunidades, que segundo eles começaram a se formar por volta dos anos 1930. Antes da chegada da mineração, as famílias viviam do que plantavam e colhiam e pelas migrações temporárias, principalmente dos homens. "*A maioria saía era os homens. As mulheres ficavam e na maioria das vezes são os homens é que iam para o café ou até para trabalhar*

em outras mineradoras, também tem caso...” (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020), o que se estrutura como uma construção social e estratégia de reprodução social característica do campesinato.

Uma discussão nesse sentido foi realizada em nosso Trabalho Monográfico (SOUZA, 2017), onde evidenciamos que o sertão Norte - Mineiro é reflexo desse processo. Migrar tornou-se a principal estratégia de reprodução social, especialmente a migração temporária para os plantios e colheitas sazonais. De acordo com Martins (1987), nesse tipo de migração há um traço característico, “migrante temporário é aquele que vai e volta e o processo social que ele vive é o de sair e retornar” (MARTINS,1987, p.45).

> *Viajava, cortava eucalipto, trabalhei muitos anos fora, construção civil também, ficava uns quarenta e cinco dias e voltava, aí hoje parei. Ficar na terra dava, mas se você pegava uma coisa assim, você plantava a lavoura, se você pegasse o dinheiro para comprar alguma coisa não dava, então a lavoura ficava para o consumo do dia a dia, para os animais, a gente mesmo. O feijão, o arroz, e agora as outras coisas para comprar uma camisa, uma calça ou compra um bezerro alguma coisa então tinha que sair para poder arrumar mais alguma coisa. Eu trabalhava e quando limpava a roça eu caia fora, e quando eu saia minha esposa tomava conta com os meninos (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

Heredia (1979, p.77) analisa a organização interna de unidades de produção camponesas no Nordeste. Um dos focos do seu trabalho está na análise das relações de oposição entre a unidade de produção e a unidade de consumo, expressa na oposição casa-roçado. Essa relação de oposição determina a organização das unidades familiares, inclusive na vida cotidiana. São as atividades exercidas pelo indivíduo na casa, ou no roçado, que determinam o lugar que ele ocupa dentro do grupo doméstico, a inclusão nessas esferas varia de acordo com o sexo e ciclo de vida de cada indivíduo.

Em nossas observações de campo foi possível identificar traços da oposição “casa-roçado” que é trabalhada pela autora. As famílias se organizam de forma diferente nas duas esferas. A casa é demarcada pelo domínio feminino, e lugar de não trabalho. Já o roçado é a esfera de domínio masculino, o local de trabalho.

As migrações da comunidade correspondiam à classificação de Martins (1987) de “migrações cíclicas”, que são as temporárias e acontecem de acordo com o calendário agrícola, levando em consideração as estações do ano, o tempo de plantar, de colher, e a entressafra, que é o período que acontece esse tipo de migrações. Os destinos, de maneira geral, são regiões rurais, aonde vão para trabalhar com plantios e colheitas, como de café, algodão, capim, cana, entre outros.

Durante a pesquisa conhecemos as casas, as famílias, os quintais e as histórias. Narram um tempo passado de tranquilidade, alegria e fartura. O tempo da saudade, que de acordo com Assis (2002, p.78) "é uma palavra que define um estado d'alma e um sentimento de dor, de angústia, de nostalgia provocada pela distância, pela ausência, pelo desejo de estar num outro tempo e lugar". Antes de a mineração chegar ao local onde hoje está instalada, eles tinham certa autonomia sobre suas vidas e usufruíram de água em abundância, o que se tornou o maior desafio para as comunidades atualmente: ter acesso a água em quantidade e qualidade.

Suas relações sociais comunitárias eram marcadas pelo compadrio, vizinhança, parentesco, relações de troca, entre outros, o que foi um importante elemento na construção dos costumes e identidades das comunidades. Mantinham relações com os recursos da natureza e da cultura através das suas relações econômicas de produção e agricultura familiar. Logravam de livre acesso aos meios de vida, como a água do rio e de poços artesianos comunitários e criavam gado à solta, o que assegurava a eles a capacidade de manutenção de um modo de vida passado de geração a geração.

Em seguida, do passado nostálgico e de fartura, passaram às narrativas de denúncias de violações da empresa, destacando que as relações sociais e com a natureza foram ficando fragilizados, o que resultou em mudanças significativas no modo de vida tradicional dessas comunidades.

> *Antes era assim, tinha muitos moradores, inclusive dentro da mineração tudo tinha propriedade do pessoal, aí eles chegaram e comprou tudo, e aí cada um caçou um rumo. Igual a mim mesmo, até meu pai é nascido e criado lá, só mexia com a rocinha, era da roça que sobrevivia, criava uma vaquinha e plantava roça. Criava, vendia e ficava um bezerro para ajudar em alguma coisa, outra hora vendia outra vaca, e roça. Depois da firma que ficou desse jeito aí que a gente não pode mexer mais (Eduardo, 60 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em dezembro de 2019).*

As rupturas do modo de vida no lugar começaram a acontecer no processo de aquisição de terras para viabilizar a instalação da estrutura física da empresa, que tratamos aqui como "deslocamento compulsório", que são os deslocamentos que acontecem de forma obrigatória para a viabilidade do empreendimento. Segundo os moradores, esse foi um processo "*injusto, as pessoas foram iludidas, enganadas, acreditaram que estavam fazendo um bom negócio*". Eduardo nos relatou como as aquisições foram sendo feitas, bem como orientou seu pai, mesmo *trabalhando fora* do lugar no período em que estavam sendo feitas as negociações.

> *Eles lá venderam os terrenos porque eles chegaram lá e iludiram eles. Eu falo que iludiu e é mesmo, porque esse lado aqui é a barragem, esse lado aqui era desse pessoal, aqui a metade, e esse lado aqui eram nossos. Eles chegaram do lado deles e iludiu eles e comprou tudo baratinho, vendeu foi barato, eu falo que foi barato porque eu sei o preço, vendeu a dois mil e duzentos por hectare. Aí chegou aqui e veio falar com meu pai, meu pai nesse tempo era vivo, para comprar o dele aí ele falou que não. Nesse tempo eu trabalhava fora, na firma, nessa época eu estava em Belo Horizonte. Eles falaram que queria comprar o terreno porque estavam precisando fazer a barragem e que já tinha comprado do pessoal do lado de lá, que queriam comprar vinte e sete hectares lá, eles já tinham até medido o terreno. Aí pai foi e falou que não, que ele não estava vendendo terreno não. Eles falaram que compram por um preço bom, que pagam a vista e tudo, nisso mesmo pai perguntou por quanto que eles compraram deles lá, aí eles falaram que foi por dois mil e duzentos a hectare e meu pai falou que não, que esse preço ele não vendia não. Tudo que meu pai ia fazer ele ligava para mim, ele ligou para mim e falou o preço e que já tinha comprado de outro pessoal e queria comprar o dele, e que se eles dessem um preço bom se ele vendia ou não. Aí eu disse que podia vender. Ele me perguntou também que preço que ele podia pedir, eu disse para pedir a dez mil o hectare, aí ele ficou admirado, falou que nem ia falar com eles esse preço não porque eles não iam querer comprar. Ele disse que cinco mil estava bom, eu disse que não, que podia pedir mais, nós começamos até a ter umas brigas. Falei com ele que se ele vendesse por cinco mil eu ia lá e ia desfazer o acordo. É dez mil. Aí quando o povo da firma chegou ele falou que vendia a dez mil aí eles foram embora tudo bravo. Não comprou, eles foram lá acho que umas cinco vezes para comprar, aí meu pai ligava para mim, aí ele falou com o povo que ia esperar eu chegar para combinar. Quando eu fui chegando meu pai ligou para eles, e na hora eles foram. Aí eles falaram que esse preço de dez mil não tinha não, aí eu respondi que não tinha mesmo não, mas que, porém, nós também não tínhamos terra para vender não. Eles só levantaram e foram embora de novo. Depois outro dia eles encontraram com pai e voltou a conversar, aí pai chegou lá e falou comigo para a gente fazer uma diferença, eu disse para tirar quinhentos, pedir nove e quinhentos, menos mais nem um centavo. Esse preço eles não quiseram também não, foram embora. Depois eles tornaram a falar aí pai falou que se eles não pagavam nove e quinhentos que eles não precisavam nem voltar lá em casa mais não, podia passar direto, aí foi aí que eles compraram a nove e quinhentos e os outros lá comprou por dois né. Comprar vinte e oito hectares nosso, e outra, eu pelejei com meu pai para a gente vender tudo e ele não quis. Se tivesse vendido a gente já estaria tranquilo, longe disso lá, mas aí ele falou ia vender, porque foi a terrinha que ele nasceu e criou lá, ele já era de idade, disse que a terrinha que ele nasceu e criou ele não ia vender tudo não, tinha que deixar um pedacinho, aí eu concordei, não contrariei ele não. Agora ele achou ruim, mas não achou tão ruim por isso, ele vendeu esse primeiro, e desde aquela época nós já queríamos que ele viesse para a cidade, por que ele não tinha condições de ficar mais lá na casa só. Ai com esse dinheiro ele comprou a casa aí que eu moro hoje, mas, porém, eu mesmo não tinha o pensamento de sair nunca de lá (Eduardo, 60 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em dezembro de 2019).*

Desse primeiro processo de remoção compulsória das comunidades surgiram outros conflitos de ordem socioambiental, que conforme afirma Milanez (2017, p.97) “também surgiram com aqueles que, no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) apresentado pela empresa, não foram reconhecidos como passíveis de remoção”. Apesar de manterem suas propriedades, os moradores passaram por uma significativa ruptura nos modos de vida, como ressaltou Carlos:

> *Nós éramos tranquilos, não tinha esse impacto para nós. Só de você parar e pensar "olha, nós estamos aqui, mas contrariados". Naquele tempo era só na paz, você não via o que era um fedor de veneno, não via o que era um carro estranho, não via nada, impacto de nada. Nós plantávamos, nós colhíamos, nós vivíamos, entendeu? Nós plantávamos e colhíamos todos os anos, tinha aquela maior alegria, e hoje não, o que nós temos hoje é só mesmo a tristeza que aumentou. É igual a feiúra da gente, não acaba, só aumenta [risos] (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

O tempo da tranquilidade, da autonomia e das alegrias deu lugar ao tempo do medo, da insegurança quanto ao futuro. Nesse sentido, no capítulo seguinte passaremos às análises das violências e da desestruturação vividas diariamente pelas comunidades, que tem resultado no processo de expulsão dos seus lugares. A mudança para um novo lugar traz consigo um novo cotidiano e novos ciclos para a vida dos atingidos.

CAPÍTULO III

A MIGRAÇÃO FORÇADA: A DESESTRUTURAÇÃO E O REFAZER A VIDA EM UM NOVO LUGAR

Escrevo este capítulo da casa dos meus pais, em Porteirinha, onde voltei a morar no início deste ano. Há algumas semanas minha mudança chegou de Montes Claros e fui tomada por uma sensação de vazio que fez com que eu não conseguisse nem mexer com as coisas, mas, ao mesmo tempo me sinto preenchida e amparada por estar mais uma vez em casa. Olho para o diário de campo que está sobre a mesa e começo a refletir sobre os sentimentos que são desencadeados através de processos de migração. Recordo do que senti quando me mudei para Montes Claros, no ano de dois mil e treze para iniciar meus estudos e me lembro exatamente da sensação que tive quando retornei a Porteirinha para uma visita e vi meu quarto descaracterizado. Foram dezesseis anos que construí uma relação com aquele lugar e percebi o quanto tinha significado para mim quando não mais o tinha. A sensação que tive era que tudo vivi ali tivesse, de alguma forma, sido apagado. Durante os quatro anos e meio da graduação residi em uma mesma república, com as mesmas pessoas, minhas conterrâneas, mas nunca me senti em casa. Já nos dois anos do mestrado tive a oportunidade de morar sozinha, fiz da casa a "minha cara", adotei um animalzinho e finalmente consegui ter um lar onde me senti pertencente e feliz.

O porquê ter refletido tudo isso? Para pensar nos significados e os impactos que o "sair de casa" causa na vida de uma pessoa, mesmo com motivações e em contextos e condições completamente distintas. Lembro-me do nó na garganta que senti ao ver lágrimas sendo enxugadas no rosto que se angustia ao relatar a saudade de um tempo e um lugar que lhes foram tirados. Ao falarem com detalhes da casa que moravam, dos quintais, dos animais, das plantas, das relações com os vizinhos e de toda uma história de vida que se rompeu quando foram encurralados e se tornaram refugiados, quando tiveram que sair de seus lugares para buscar por uma vida com segurança. Ao visitá-los nas novas casas, de aluguel ou de herança, a todo o momento tentava me colocar no lugar deles, imaginava o que sentiam ao nos contar sobre as rupturas que vivem, sobre o adaptar a um novo cotidiano.

Diante disso, vejo que minha "sensibilidade" a questões que tangem processos migratórios de forma geral, que é fruto de um arsenal de vivências e estudos, somados ao estar em campo para entender, junto a nossos entrevistados, o porquê e em quais condições foram levados a deixar para trás um lugar, uma casa, e toda uma história de vida, foi fundamental para ter um novo olhar acerca das teorias e despertar inquietações sobre esta realidade.

∞

No capítulo anterior vimos quem são nossos interlocutores e o modo de vida tradicional de que foram removidos. Neste tópico nos dedicamos a entender como a migração forçada é imposta aos moradores de Ouro Fino e Piranga, a verificar os fatores de expulsão e em quais condições deixam seus lugares tradicionais, bem como o processo de reconstrução e ressignificação dos modos de vida no novo lugar.

Observamos que o processo de migração forçada das comunidades acontece de duas maneiras: os atingidos de Ouro Fino migram compulsoriamente para a parte urbana de Riacho dos Machados, deixando suas casas para protegerem suas vidas e saúde; já os moradores de Piranga continuam convivendo com a mineração e seus efeitos destrutivos, mas manifestam a necessidade de saírem do lugar e de serem indenizados. Em ambas as situações os atingidos são expostos a situações de vulnerabilidade, mudanças no modo de viver e consequentemente, mudanças nos cenários em que vivem.

A Desestruturação dos Modos de Vida e a Violência Cotidiana Durante a Mineração

Diante as discussões feitas até aqui, vimos que os danos sociais e ambientais da mineração extrapolam a região diretamente explorada, não sendo limitados espacialmente. Milanez e Santos (2013, p.133) apontam que ao criar "enclaves produtivos em áreas remotas", a atividade provoca fragmentação territorial, tornando modos tradicionais de viver e reproduzir socialmente inviáveis para as comunidades locais, levando-as a deixarem seus lugares. De acordo com os autores, questões como essas não são consideradas importantes pelos agentes do poder público,

> Porque os Estados Neoextrativistas, de forma geral, desconsideram demandas não econômicas, tais como aquelas baseadas em valores culturais ou religiosos. Pelo contrário, quando alguma reivindicação é feita, os debates são limitados ao valor das compensações econômicas e à definição dos grupos passíveis de receber compensação (MILANEZ; SANTOS, 2013, p. 133).

A violência das práticas neoextrativistas da mineradora afeta o dia a dia das comunidades, transforma o ambiente, e os modos de ser e viver dos moradores locais. Zhouri, Bolados e Castro (2016) pontuam que, no conjunto das violências das afetações, estão as violências simbólicas, físicas, administrada, entre outras. Violências essas que são tratadas pela racionalidade tecnicista como inexistentes, mesmo diante da evidente situação de vulnerabilidade a que estão sujeitos os atingidos por tais práticas.

O contexto das comunidades no entorno da MRDM é reflexo desse processo de práticas de violências. Nesse sentido, organizamos nossas análises com base na discussão de

Milanez (2017) sobre impactos socioambientais da mineração através de quatro dimensões, sendo elas: mudanças da paisagem, emissões atmosféricas, contaminação de recursos hídricos e impactos sobre comunidades. Em nossos trabalhos de campo identificamos que tais impactos compõem à desestruturação dos modos de vida das comunidades, e no decorrer deste tópico, apresentamos as situações de violência e violações cotidianas sofridas pelos moradores e que vem impossibilitando a permanência destes nas comunidades de Piranga e Ouro Fino.

Carlos, morador de Ouro Fino, faz uma comparação entre os danos sofridos na época da mineração da CVRD e atualmente, revelando o aumento do potencial de impactos negativos da última.

> *Na época da Vale [CVRD] era outra coisa, nós não tínhamos aquele impacto que nós temos hoje. Na época da Vale eles mexiam com seu cianeto, com seus venenos para lá, eles mexiam, mas era só lá pela serra para lá, nós tínhamos toda a liberdade. Não tinha contaminação de água, não tinha nada, mas o impacto da poeira e a destruição para nós ali hoje tá grande. E tem gente que é do conhecimento, já conhece o que é mineração, nós ali nós tínhamos que ser mais distante pelo menos uns cinco quilômetros fora da área deles (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

Grosso modo, verificamos que os danos perpassam quatro grandes dimensões: a questão da água, usada em grande volume pela empresa em uma região que é marcada pela irregularidade das chuvas e grandes períodos de seca, e a contaminação com metais pesados, que a torna imprópria para consumo humano e mesmo para uso nas plantações e criações; o medo do rompimento da barragem de rejeitos após os desastres em Mariana-MG e Brumadinho-MG; a poluição do ar, que tem provocado doenças respiratórias nos moradores; e as intimidações sofridas através dos funcionários da empresa, o que envolve questões territoriais.

> *O que eu vejo assim é que é difícil falar tudo né, mas uma coisa que o povo reclama bastante aqui é os impactos da detonação, poeira, a barragem que está contaminando as águas e a falta de emprego para o povo daqui. Os benefícios que disseram que iam trazer e não vimos nada. Então deixou o povo tudo desamparado (José, 36 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

A partir dos relatos avaliamos que a trama de conflitos dos atingidos das comunidades Piranga e Ouro Fino, em função das diversas formas de violência sofridas cotidianamente, produzem uma gama de processos, como o “descaso planejado”, a “insegurança administrada” e a “mecânica da violência”. Processos estes que podem ocorrer de forma

simultânea, ou se alternarem no contexto de perda da autonomia das comunidades em função da instalação do empreendimento.

A partir da categoria "descaso planejado", Scott (2009) aborda sobre a não consulta ou consideração do posicionamento da população em relação ao empreendimento, onde as decisões que impactam diretamente suas vidas são tomadas previamente entre os empresários e governo. Nesse sentido, a crítica reside no modus operandi da implementação de um megaempreendimento, que toma sua concretização como prioridade, e os temas relacionados às comunidades, seus processos de expropriação dos lugares e mudanças no cotidiano, em um segundo plano. Com isso, as comunidades localizadas próximas às estruturas do empreendimento são prejudicadas. A concretização é planejada pelos detentores do poder econômico, as comunidades acabam sendo levadas a ceder, e as discussões passam a ter foco nas condicionantes para mitigação ou compensação dos danos sofridos.

Atrelado ao descaso planejado, identificamos o processo de "insegurança administrada" (SCOTT, 2009), que são situações geradas à população atingida através de ações específicas do Estado e do empreendedor. "Ocorre quando o inusitado ou inesperado se torna realidade" (SCOTT, 2009, p.188). Nesse sentido, ela resulta nas preocupações das comunidades em relação ao uso da água contaminada, da poeira, e o medo de residirem à jusante da barragem de rejeitos.

Em pesquisa semelhante ao recorte explorado em nosso trabalho, Zhouri, Oliveira e Laschefski (2012), desenvolveram uma pesquisa sobre a situação de comunidades ribeirinhas localizadas à jusante da barragem da Hidrelétrica de Irapé, não consideradas atingidas pelos órgãos de gestão do empreendimento. Entretanto, os autores destacam que elas sofrem:

> Mudanças nas redes de relações sociais provocadas pelo remanejamento de parentes e amigos que vivem nas áreas diretamente inundadas, ou mesmo provocadas pelas transformações do próprio regime hidrológico a partir do funcionamento da barragem a montante, surgem drásticas transformações para aqueles que vivem a jusante, configurando um contingente de atingidos ignorados pelo Estado e pelas empresas (ZHOURI; OLIVEIRA; LASCHEFSKI, 2012, p. 152).

Analisando seus modos de vida e suas relações como o meio, os autores apontam que a perda da vazante e a mudança nos regimes hidrológicos, desestruturaram seus modos de produção e provoca o desmantelamento econômico das famílias, levando-as à situação de vulnerabilidade social, provocada pela perda dos modos de vida e da soberania alimentar. Trazendo para o contexto das comunidades de Piranga e Ouro Fino, que estão localizadas à margem da cava e da barragem de rejeitos da MRDM, identificamos que a "insegurança

administrada" ocorre desde quando os moradores descobriram que a atividade, que outrora já existiu na região, iria ser reativada.

As práticas da empresa para a construção de suas estruturas, a falta de diálogo com as comunidades, o surgimento de pessoas e veículos estranhos, e agora a contaminação da água e do ar, gerou aos moradores o sentimento de medo, preocupação e insegurança quanto ao futuro das comunidades. De acordo com Scott (2009, p. 190), "a clareza das ameaças imediatas à segurança cria tanto uma intensificação das preocupações que já eram latentes quanto introduz preocupações novas" (SCOTT, 2009, p. 190).

Santos (2014) denomina de "mecânica da violência" a maneira de agir e as estratégias utilizadas dentro dos procedimentos administrativos legais do empreendimento, que através de suas práticas veladas e diretas, expressam ameaças e violências psicológicas aos moradores das comunidades, "perpassam discursos, pequenos e dispersos atos, ou práticas sistemáticas, que dificilmente geram repercussões substantivas na esfera (formal) dos processos administrativos ou judiciais" (SANTOS, 2014, p. 145-146).

Um morador de Ouro Fino relatou que parte das pessoas da região, de início, acreditaram que seriam muito beneficiadas pela empresa, que conseguiram comprar facilmente as áreas que precisavam para explorar e construir suas instalações. Foram realizadas algumas reuniões com os moradores onde afirmavam os grandes benefícios para a região através da geração de empregos, mas omitiram o ônus social e ambiental que ficaria para as comunidades.

> *Nós fomos com eles quando eles prometeram para nós prioridade e coisa boa. Mostraram para nós uma coisa muito diferente do que é. Achou o povo tudo no simples, sem leitura, sem conhecimento, sem experiência, sem entendimento. A gente não sabia que isso ia acontecer, porque se soubesse não teria aceitado. É, porque eles vieram com bom conhecimento e pegou nós assim, sem. Nós entramos no veículo sem saber o que fazer. Eles cheios de sabedoria das letras e o povo tudo trabalhador em volta do lugar, então só de falar dos serviços que ia dar era o suficiente. Aí eles pensavam "ah, esse aí nós já colocamos no bolso" e aqui sempre foi um lugar muito difícil de serviço né. Aí eles compraram na época que foi de início né, eles estavam sondando e aí o pessoal achou que ia precisar só de lá, a outra parte do lado de cá do rio onde nós moramos não ia ser prejudicado né, aí eles compraram só a parte do outro lado do rio onde eles construíram a barragem de rejeitos, aí os outros que ficaram para cá nós ficamos prejudicado por causa da barragem (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020)*
>
> .

Lima (2018) estuda os efeitos derrame que a MRDM provoca sobre a água na região, analisando processos de flexibilizações ambientais, os danos socioambientais e os conflitos gerados em função das disputas pela água entre os atingidos e a empresa, marcada pelo acesso

e uso desigual entre eles, o que revela uma relação de poder. A autora pontua os efeitos negativos que a atividade gera sobre a água:

> Poluição, contaminação, limitação do acesso por comunidades atingidas pela mineração revelam a violência desse modelo de extração, violação de direitos e a desigualdade em acessar e demandar a água. São notórias as mudanças locais, concomitante a um cenário regional, onde as condições naturais já demandam grande atenção a gestão do recurso pelas comunidades, assim como a precariedade de políticas de tratamento e acesso à água, observa-se o agravamento dessa questão com a atividade de extração de ouro, que demanda altos volumes da água, e se apropriam de mecanismos para maior cooptação do recurso por disporem dos meios técnicos e permissões formais, o que permite ao empreendimento maior número de outorga de água tanto pela construção de barramentos em rios da região quanto pela outorga de poços artesianos (LIMA, 2018, p.128).

Nas nossas conversas durante a oficina realizada na comunidade Piranga os moradores expressaram a preocupação quanto ao elevado consumo de água pela empresa em uma região que é semiárida, marcada pela irregularidade das chuvas. Apontaram que as águas dos rios Ribeirão e Rodear "*não corre mais igual era",* como também a água disponível nos poços artesianos utilizados vêm diminuindo ao longo dos anos. Os poços utilizados pelas comunidades foram abertos no período da mineração pela empresa CVRD, e a mineradora atual monitora constantemente o uso da água.

Após denúncias levantadas pelas comunidades e levadas ao conhecimento do Ministério Público de MG por intermédio de movimentos e organizações sociais, no ano de 2014, o órgão contratou o Instituto Prístino para realizar uma análise ambiental e social do empreendimento e produção de um laudo técnico. O laudo apontou diversas irregularidades no projeto, no estudo de impacto ambiental e no processo de licenciamento da mineração. Em se tratando das análises sobre a qualidade da água e os riscos ao abastecimento do local, destaca que:

> Ao longo do monitoramento implementado pelo empreendedor, diversos elementos químicos apresentaram valores acima do máximo estabelecido pela legislação, dentre eles ressaltamos o arsênio, cádmio, chumbo, cobre e cromo, com reconhecidos efeitos tóxicos sobre seres humanos e animais (PRÍSTINO, 2014, p. 53).

De acordo com o laudo, a maior parte desses elementos são metais pesados e estão sendo levados pelos cursos d'água da região, o que representa um risco para os seres vivos, por serem tóxicos e, logo, inadequados para o uso e consumo. O resultado deste laudo trouxe mudanças significativas no cotidiano das comunidades, que criaram alternativas para minimizar os danos sofridos em detrimento do uso desta água contaminada.

> *O poço contaminado é da água que nós bebemos, o poço 30. Os que têm condições de levar de outro canto levam, tem uns que traz de Riacho [dos Machados]. E lá mesmo eles já falaram que essa água nem banhar não podia, mas... A firma mesmo*

> *não usa essa água, ela leva água de Porteirinha né, e nós podemos usar essa água? Você entendeu? Então está aí, é um trem complicado, igual eu falei esse meio aí de dezessete famílias [em Ouro Fino], claro que tem alguns que não vão falar igual eu falo, porque eu falo a verdade, não tenho nada o que esconder, mesmo se eu tivesse trabalhando lá. E a prioridade é essa, o problema da água é o mais difícil para nós (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

Além do medo sofrido cotidianamente nas comunidades em função da contaminação dos recursos hídricos, há o medo do rompimento da barragem de rejeitos, que ficou mais latente após os desastres de Brumadinho, conforme destacou Ana Paula:

> *Depois disso, não só o pessoal lá das comunidades, mas o pessoal que está em torno, o pessoal de Janaúba, porque a barragem de gorutuba é abaixo da mineração, da barragem de rejeito, então inclusive essa Ecos do gorutuba foi elesque criaram essa ONG, por conta desse processo minerário, para meio que eles fiscalizarem também, ficar de olho no que a mineradora está fazendo para a proteção não só da barragem, mas do Rio Gorutuba. Aí teve várias, várias pessoas procuraram a gente e teve sim até áudios fakes falando que a barragem de rejeitos lá de Riacho estava, da mineradora, estava prestes a estourar, mas não tinha isso, não teve isso. Mas assim, depois disso o pessoal ficou, as comunidades ficaram bastante preocupadas, mais do que nunca, após esse rompimento de Brumadinho,o crime da Vale (Ana Paula, representante da CPT, em entrevista concedida em julho de 2019).*

Lima (2018) identificou que a construção da barragem de rejeitos em afluente do rio Gorutuba trouxe efeitos também além do local da instalação, se derramaram os riscos de contaminação do próprio rio, que há nível regional é o que mais dispõe de água, e abastece a barragem de água Bico da Pedra, que por sua vez é responsável pelo fornecimento de água para os municípios de Janaúba-MG e Nova Porteirinha-MG.

> A barragem de rejeitos é uma estrutura para onde é transplantado e armazenado os resíduos do processamento mineral, o que no caso do processo de mineração de Riacho dos Machados constitui resíduos químicos e poluentes. A barragem de rejeitos está próxima a um dos afluentes do Rio Gorutuba, 21 km a montante do barramento que forma o lago Bico da Pedra. Este lago é o responsável pelo abastecimento urbano das cidades de Janaúba e Nova Porteirinha e, também, pelo Perímetro Irrigado do Gorutuba. Trata-se de cultivos de frutíferas, principalmente, banana. Neste sentido, os riscos de contaminação, seja por rompimento da barragem de rejeitos, seja pelo carreamento de poluentes pela água das chuvas tem sido a principal preocupação da população local e dos produtores irrigantes (BARBOSA; BRITO; LIMA, 2016).

Para os moradores, principalmente da comunidade Ouro Fino, ter a barragem de rejeitos sobre suas casas significa a convivência com uma violência que desestruturou os seus modos de vida e modificou suas rotinas diárias, intensificando os processos de violência administrada e sofrimento social.

> *A gente está ficando muito assim oprimido ali. Eu estou muito oprimido porque a empresa ali, louvado seja Deus, a empresa, eu não tenho nada contra a empresa, mas só que eu acho que ela também tinha que ver o lado nosso. Eu falo de bom para*

> *ela, mas também do mesmo tanto de ruim para nós, porque ali nós estamos muito próximos e nós temos muita dificuldade sobre a água que está trazendo um grande transtorno para nós (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

Durante nossas entrevistas percebemos que ao falar sobre a barragem de rejeitos os moradores demonstram que se incomodam com o mau cheiro, mas a maior preocupação e angústia são quanto às evidências de contaminação que ela vem causando aos lençóis freáticos e consequentemente os riscos à saúde dos moradores que a utilizam, visto que em ocasiões a água contaminada já provocou até a mortandade de peixes.

> *Teve uma vez que eles soltaram uma água lá, teve morte de peixe, isso aí eu mesmo vi! Morrendo os peixinhos, porque ali quase não tem, são sós aqueles lambaris, e morreram tudo. Com isso a gente foi ficando mais com medo (Eduardo, 60 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em dezembro de 2019).*

Esse medo se revela ainda mais presente do que o medo de uma possível ruptura, como revelou a fala de Eduardo:

> *Nós e os tios meus moramos lá na frentinha, estourar não vai. Vamos supor que ela não vai arrebentar, mas os rastros do tempo de veneno nós vamos, durante o tempo que nós estivermos ali, nós vamos ter que se alimentar com o que tem lá, os lençóis contaminados. Que lá nós estamos sendo alimentados dos venenos, essa é a verdade, estamos com risco na saúde nossa, né? (Eduardo, 60 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em dezembro de 2019).*

O medo da barragem de rejeitos romper é maior nos períodos chuvosos, e é justificado pelo aumento da pressão da água e, logo, maior pressão sobre a estrutura que sustenta a barragem. "*Se aqui fosse um lugar que chovesse mais corria mais o risco de ela vazar né, porque tem época que ela vai enchendo aí eles começam a baldear né, o medo é isso" (José, 36 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).* Os relatos apresentam um contexto de crises e incertezas, do presente e do futuro, que é sempre relatado com angústia. Suas vidas são marcadas por "um medo persistente, que dilacera o corpo, a mente, as emoções, as relações sociais do presente e a visão de futuro" (VALENCIO, 2014, p. 41).

Durante a oficina em Piranga as famílias da comunidade relataram o medo, a preocupação e a insegurança relacionadas a perturbação sonora e vibrações provocadas pelas explosões e operação das máquinas, e a emissão significativa de uma poeira tóxica que são provenientes da cava da mina e atingem diariamente suas vidas. Afirmam que não sabem o que fazer, não sabem o que estão respirando, e nem o que isso vai afetar em suas vidas. Quando ocorrem as explosões a comunidade é tomada por uma névoa de poeira e os

moradores reagem como podem, tentam tapar o rosto e fechar as portas e janelas das casas como forma de tentar amenizar.

Apontaram ainda que essa conjuntura em que estão inseridos apresenta uma correlação com o adoecimento das pessoas das comunidades, que passaram a apresentar doenças respiratórias e levados ao uso cotidiano de antialérgicos, principalmente pelas crianças; e as casas apresentam danos em suas estruturas, como o surgimento de rachaduras, que não ocorriam antes da operação da mina.

FOTO 9 :Rachadura na Casa de José

Fonte: Trabalho de Campo. SOUZA, Carla Nadinne. 2019.

São recorrentes também as denúncias sobre funcionários da empresa controlarem o trânsito dos moradores pelos lugares. Além do uso de cercas e placas, a mineradora faz uso de seguranças armados para intimidar os atingidos, e restringir a liberdade de circulação que tinham nos tempos passados, conforme afirma José, "*a gente não está tendo aquela liberdade de antigamente, hoje não, nós não temos essa liberdade não. Hoje nós estamos imprensados aqui. Então é difícil... A liberdade" (José, 36 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

Eduardo narra um episódio de conflito com os seguranças da empresa. Tradicionalmente sua família criava gado à solta e tinham a liberdade de transitar pelos terrenos para buscá-los. Entretanto, com a chegada da mineradora, Eduardo por várias vezes

foi surpreendido pelos seguranças ao passar por lugares que se tornaram de propriedade privada da empresa.

> *O terreno que eu morava era pertinho deles, então lá tinha uma porteira que passava lá, aí deu uns problemas lá porque eles deixavam a cancela aberta e as criações entrava lá e eles achavam ruim, aí depois que eu peguei a prova que era os trabalhadores deles mesmo que estava deixando aberta, aí eu fui lá e conversei com eles, falei lá, aí que foi que consertou um pouquinho, mas consertou também por isso também. As criações nossas já criaram lá e eles já ficava querendo ir para lá, eles deixavam aberto, eles passavam, aí eles achavam ruim que a gente entrava para pegar. Eles achavam ruim que nós entrávamos no terreno aí foi lá e fechou a cancela e acabou com a criação (Eduardo, 60 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em dezembro de 2019).*

Os moradores são ferozmente impedidos de passar pelas propriedades da empresa, entretanto, tal rigidez não é cumprida quando o caso é o contrário. Os relatos apontam que funcionários da mineradora entram constantemente nas propriedades dos moradores, transitam a pé ou em veículos, fazem marcações nos terrenos, tudo sem consulta ou autorização.

> *Hoje nós não temos a paz que tínhamos antigamente naquele lugarzinho nosso ali de Ouro Fino, encostadinhos nos rejeitos da barragem… quando precisa por uma sirene precisa de nós, nós somos de mão aberta, põe. Não depende de nós, mas os carros passam para lá, passa para cá no que é nosso. Se nós passar lá de um lado com uma moto estranha, um carro estranho os guarda está abordando, pensando que nós do lugar.... Eles achando que é gente estranha. Então, se nós passarmos do arame para lá, você já sabe o que dá né? Não pode. Agora, eles podem passar, quebrar, passar na estrada, e eles não estão nem aí (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

Nesse sentido, observamos as dificuldades enfrentadas pelos atingidos para continuarem vivendo em seus lugares tradicionais. Foram narradas as violências cotidianas às quais estão sujeitos, a insegurança, o medo e as incertezas quanto ao futuro no lugar, que são resultado de diferentes relações de poder político, econômico e institucional que colocam os moradores locais em situações de sofrimento social.

O cotidiano dos moradores atingidos pela MRDM sofreu mudanças. A expropriação ambiental é compreendida ao refletirem o modo de vida e a experiência construída no lugar. As alterações provocadas pela atividade minerária são percebidas nos detalhes do dia a dia. Está no cheiro que mudou, nas relações desfeitas, nas mudanças das práticas em relação ao uso da natureza. Os recursos hídricos e o solo já não podem ser usados sem medo. Não se pode beber a água e a agricultura familiar perde força. O que é produzido na região passa a ser rejeitado pelos compradores. Tudo isso faz parte de um conjunto de expropriações que agora não são mais somente territoriais, mas epistêmicas, culturais e políticas. De acordo com Prates (2017),

> A expropriação ecológica do solo e da água, juntamente com a insalubridade do ar e dos ecossistemas, fazem parte do novo tipo de modelo de expropriação, que resulta na degradação dos corpos e na deterioração das energias psíquicas e corporais dos sujeitos. Esse processo violento provoca a contaminação ambiental, que afeta a materialidade e a subjetividade dos atingidos, contaminando os corpos, as subjetividades afetivas e as sensibilidades. A devastação da terra se completa com a devastação profunda das almas (PRATES, 2017, p. 86).

Os moradores destacam o aumento nos relatos de adoecimento das pessoas do lugar. Além dos problemas respiratórios, casos de câncer também foram citados. *"A consequência do câncer já é favorável para todos os homens e todas as mulheres na terra, já tem essa prioridade para os seres humanos, mas com mais essa ajuda o que acontece? " (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).* Nesse sentido, as contaminações no ambiente levam à contaminação das pessoas, dos corpos, um processo que muitas vezes é lento e altera profundamente o cotidiano dos moradores. Não se trata somente de um adoecimento biológico, é o resultado de uma conjuntura de vivências e exposição a uma realidade imposta pela atividade minerária, do conviver com seus danos. Conforme destaca Oliveira (2014),

> A doença entra em cena não como "patologia médica" ou "anormalidade individual", mas como uma vivência compartilhada de perigo, incerteza e fragilidade que se produz em um espaço social cujas posições e relações produzem experiências comuns e sentidos intercambiáveis entre os moradores (...). Desse modo, as biografias sintetizam forças e condições sociais que conformam também sua experiência atual, fazendo-os repensar em suas narrativas a articulação entre o passado e o presente (OLIVEIRA, 2014, p. 138).

Em muitas das nossas conversas e mesmo nas recusas em gravar entrevistas, a desconfiança esteve presente. A vida dos moradores de Piranga e Ouro Fino após a reativação da mineração no local é marcada pelo medo, que de acordo com Tuan (2005, p.12) é um sentimento complexo que pode ser percebido pelo sinal de alarme, que se refere à ação instintiva em relação a um evento inesperado; ou pela ansiedade, que é uma sensação difusa relacionada a uma ação antecipada a partir do pressentimento de perigo. Para o autor, as "paisagens do medo" são resultado de uma construção individual que tem como base a percepção do ser humano sobre o ambiente inserido.

Já de acordo com Valencio (2010), o medo é fruto da interação entre os indivíduos, cultura e sociedade, sendo uma emoção construída a partir de fatores de ordem social e cultural, não somente das experiências universais ou individuais. Nesse sentido, o medo que os atingidos sentem é construído no dia a dia, é um medo coletivo, formado pelas experiências cotidianas e das relações e interações com a empresa e órgãos públicos. "Os medos permeiam a vida cotidiana e, na insistência dos riscos, se acumulam ao ponto dos moradores se sentirem

emocional e moralmente exaustos e progressivamente levados a se desenraizar do lugar tido como seu" (VALENCIO et al, 2011, p. 56).

Viver cotidianamente os processos que descrevemos nesta seção, revela transformações significativas no modo de vida das comunidades. As vivências e relações construídas tradicionalmente entre eles, o território e a natureza são suprimidos pela lógica neoextrativista da mineradora. Diante os danos sofridos e consciência dos prejuízos que o permanecer no lugar significa para o futuro das comunidades e seus moradores, os atingidos vivem um novo processo, onde migrar é a saída.

> *Quando nós vimos que não ia dar para ficar lá mais, foi por isso, foi quando, na verdade desde antes a gente já sabia que tinha contaminação lá das águas, já sabia, mas também a poeira, a poeira lá é uma coisa enorme do mundo, muita poeira e as explosões também, as casas, e não só lá em casa não, na vizinhança toda, rachou tudo, isso aí já está até velho contar, e a poeira. Estamos pregados lá, debaixo da barragem, e depois quando saiu essa conversa que descobriram que estava contaminado mesmo foi aí que a gente decidiu sair, que não podemos ficar. Eu mesmo fui um que foi em várias reuniões aí conversar sobre isso e não foi resolvido (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

> *Aí quando eu já não pude ficar lá por conta da água, quando surgiu a conversa que a água estava contaminada eu fiquei levando água daqui de beber, para cozinha assim ainda mexia com a água de lá, a gente ficava com aquela coisa cismada, mas foi quando eu pensei que se for desse jeito eu tinha que mudar de lá, aí eu vim para cá. Veio mais umas cinco famílias, e esse pessoal também você não pode nem falar nada com eles, esses que veio, por causa disso, porque eles não querem falar por isso, porque eles têm gente deles mesmo que trabalha lá dentro. Os filhos trabalham lá dentro, a mulher trabalha lá dentro, eles não falam nada, nada contra, com medo de falar e eles mandar embora. Por exemplo, se você for lá conversar com eles, é perigoso até eles maltratar você, eles são do lado é da firma. Está lá prejudicado lá, mas não dá o braço a torcer (Eduardo, 60 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em dezembro de 2019).*

A intensificação dos efeitos negativos do empreendimento sobre a vida nas comunidades, sobretudo em relação aos riscos a que estão expostos pela contaminação das águas, foram causadores de alterações profundas das condições de vida e os planos para o futuro dos moradores. Ao se imaginarem permanecerem no lugar, suas projeções parecem turvas e incertas, temem por prejuízos irrecuperáveis em relação à saúde, o que sustenta a migração forçada para outros locais, em busca de um futuro com qualidade de vida.

O Processo de Migração Forçada em Função da Reativação da Mineração

De acordo com Vainer (1996, p.5) "os deslocamentos forçados, antes de constituírem uma exceção própria a momentos críticos como as guerras, são uma constante", tratando-se de uma realidade característica do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, tanto as restrições de circulação quanto as migrações forçadas envolvem e são condicionadas pela violência,

coação e as relações de poder em um território que é lugar de conflitos. “Em se tratando de deslocamentos compulsórios, a guerra do desenvolvimento tem sido tão implacável quanto as guerras propriamente ditas. E suas vítimas, sem dúvida alguma, bem mais numerosas” (Idem, p. 5).

Avaliamos que a mudança compulsória dos nossos entrevistados tem o processo de “encurralamento” como um elemento impulsionador. Anaya (2013), analisa reivindicações territoriais de comunidades vazanteiras situadas no Norte de Minas Gerais, no campo ambiental e discorre sobre o “encurralamento” como uma categoria social. Segundo a autora, a expressão é utilizada historicamente pelos nativos norte-mineiros para se referirem a uma “sobreposição de territorialidades”, incitadas desde o período colonial, na ocupação e povoamento da região e se estendendo pelos processos de implantação de projetos de desenvolvimento e modernização conservadora para o Norte de Minas. “A consequência desse novo ordenamento territorial foi a expropriação de diversos grupos sociais que mantinham formas de apropriação coletiva do ambiente e a constituição de conflitos fundiários” (ANAYA, 2013, n.p). Contanto, “encurralamento” passou a referir-se a condição da “perda de domínio territorial desses grupos” (Idem, n.p).

Para Santos (2014), o “encurralamento” acontece a partir da agressividade dos empreendimentos sobre as comunidades, sustentados pelo discurso de progresso econômico, tendo como consequência as ações violentas e extralegais executadas pela mineradora no território. Nos nossos trabalhos de campo e a partir das conversas com os atingidos observamos que as famílias foram ficando encurraladas. Junto à operação da mineradora vieram os problemas de saúde para os moradores, juntamente às dificuldades com as plantações, como ressaltou um deles, *“nós molhávamos em circuito fechado, mas de fechado agora não tem nada”*. Apontaram, ainda, que as contaminações do solo e da água foram agravadas pela utilização da água contaminada deixada na cava da mina, ainda da época da CVRD, para molhar as estradas atualmente. Com as afetações provocadas pela poeira e água contaminadas e os riscos que são expostos, os moradores consideram insustentável continuar vivendo em suas comunidades, pois não se sentem mais seguros.

> *Eu posso te explicar assim, de tal altura, de umas dez casas para cá está mais ou menos em padrão [querem a mesma coisa] as que estão mais assim, por exemplo, de frente com a barragem [explica fazendo desenhos imaginários na mesa]. Igual, a barragem está ali e nós estamos aqui, aí começa da casa aqui e vem dos que é mais certo, que eu convivo ali e sei mais ou menos. Os seis mais próximos querem sair. Nessas casas nós desejamos, queríamos que eles comprassem de nós, como diz, nem que seja por preço de banana pra macaco comer. Do saco pelo menos a embira, vamos dizer assim. Tem uns que venderia não muito querendo não, mas venderia. Agora lá mais para cima é igual eu estou te falando, já tem criação de*

> *gado, já não é tão prejudicado igual nós somos para cá, mas cada um tem o seu ser. O que eu estou falando é o meu conhecimento. Não posso falar por outra pessoa sem eu saber se aquelas pessoas realmente estão de acordo como nós estamos. Se comprasse, se fizesse uma indenização quem sabe né, agora essas cinco, seis casas aí é era bom para eles também né (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

São encurralados, se veem obrigados a sair, abandonar seus *terrenos* para preservação de suas vidas e dos seus familiares. Entretanto, verificamos que antes saírem, buscam resistir através da participação de reuniões e lutas pela garantia dos direitos, mas diante da demora nos processos, algumas famílias saem por conta própria, sem nenhum tipo de amparo financeiro.

> *Esses perto da mineração já saíram muitos, saíram umas famílias que estavam lá, são mais né, tem os que venderam. Lá onde tem a barragem tinha muitos moradores e eles venderam tudo, mas os que ficaram já saíram já algumas famílias já, por conta própria, eles não ajudaram com nada. Os que ficaram lá falam que estão lá não porque não tem outro jeito, não tem outro jeito para vim para cá, porque se vierem para cá, tinha que chegar aqui e comprar uma casa, e a gente que mexe só lá com a rocinha vai chegar aqui e fazer o que? Não tem um emprego, como é que faz né? Não tem como. Às vezes tem uns lá também que estão lá, mas trabalha dentro da firma, mas se falar qualquer coisa com eles, eles não arcam com nada. Tem medo, tem medo. Eu mesmo eu podia ter medo de falar também, porque eu tenho lá para vender (Eduardo, 60 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em dezembro de 2019).*

No caso dos atingidos da comunidade Ouro Fino, que é composta por aproximadamente dezessete famílias, em decorrência das evidências de contaminação do poço 30, cerca de quatro delas já teriam se mudado compulsoriamente daquele local, como no caso das famílias de Carlos, e Eduardo e Luíza.

> *Eu estou com cinquenta e tantos anos e sou nascido e criado ali. Mudei agora porque estou sendo obrigado. Vim para cá mais ou menos nessa época, em novembro, tem um ano. Mas ainda tem alguns vizinhos lá que ainda moram lá, mas lá tem outras famílias que veio também por causa disso... O poço contaminado é da água que nós bebemos, do poço 30. Os que têm condições de levar água de outro canto levam. Lá mesmo eles já falaram que essa água nem banhar não poderia, mas... A firma mesmo não usa água de lá, ela leva água de Porteirinha, e nós podemos usar essa água? Você entendeu? Então está aí, é um trem complicado, igual eu falei (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

O processo de aquisição das terras por parte da empresa teve como foco os locais onde são hoje as estruturas para o funcionamento da mineradora. Entretanto, os atingidos explanam que precisam de alguma forma obter renda daquelas terras, seja através do arrendamento ou da venda, sendo a única compradora possível para os *terrenos* a própria mineradora, mas por não haver interesse em explorar as áreas, o processo de compra e venda é dificultoso. Nesse sentido Carlos afirma:

> *Nós demos a proposta deles comprarem as casinhas nossas pelo menos para a gente comprar pelo menos outro barraco para sair para fora, mas não, e aí o que aconteceu, larguei lá e estou aqui de aluguel. Agora você imagina isso aí, não vê o lado.... Lá é um lugarzinho bom e tudo, a casa é boa, mas todo mundo que vai para comprar lá fala da firma e eles não compram. Já que não compram nós estamos sendo obrigados, estamos saindo obrigados praticamente, porque ali se colocassem eles lá no meu lugar hoje eles também não queriam o contato com o fedor do veneno, mesmo as perseguições, e mais para frente, as consequências que vão vir. Agora já está vendo, mas é só o início, e lá no final? Por que eles não compram aquele barraco nosso por mixaria de ouro ali e ficaria livre de nós e nós daríamos uma prioridade para nossos filhos e nossa saúde para frente, né? Então é uma coisa que é um impacto muito grande e aí está lá. Aí nós estamos aqui por esse motivo, os outros moradores que moravam lá saíram por motivo que não tem prioridade por causa da firma mesmo que está lá, por causa da água e assim vai (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

Nos depoimentos vimos que o sair do rural, o deixar para trás tudo o que foi construído e conquistado através de gerações é um momento doloroso e complicado. Saem das suas moradias habituais e lugares históricos porque são forçados, e nos lugares de destino precisam e criam estratégias para permanecerem. Eduardo e Luíza afirmam que se mudaram porque foram obrigados e constrangidos, por não haver mais condições de contrapor ou reverter a situação crítica em que estavam.

> *Ué a sensação foi ruim, eu mesmo falava que não pensava nunca de mudar para cá, porque é pertinho, não tinha o pensamento nunca de vir porque a gente que nasceu na roça e criou gosta é de roça, eu mesmo sou apaixonado por roça. Aí ficou aquela coisa ruim de ter que vim para cá. Trouxemos tudo, a casa está abandonada lá. Aí as criações até hoje restam umas criaçõezinhas lá, aí sempre tem que ir lá, e tem um homem lá perto que me ajuda a criar. Mas foi difícil demais, moça, porque a gente não tinha o pensamento nunca de sair dali (Eduardo, 60 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em dezembro de 2019).*

Inferimos que os atingidos da mineração compõem os "refugiados do desenvolvimento", que segundo Almeida (1996) apesar da categoria trazer à tona a concepção de refúgio, sendo o lugar de destino de grupos que buscam por segurança em contexto de fortes pressões externas como em casos de guerra, em se tratando do caso específico dos refugiados do desenvolvimento considera-se menos a questão geográfica. O termo se refere a uma situação social de consequências complexas. "Pode-se asseverar que a expressão se atém a um significado específico embora não inclua toda a vastidão do termo refugiados" (Idem, p. 31).

De acordo com Nobrega (2011, p. 125), "assim como os refugiados vitimados por guerras e perseguições, os refugiados do desenvolvimento também são alvo de violência", entretanto, ao contrário da visibilidade levantada pelos refugiados das guerras, os refugiados do desenvolvimento e os seus sofrimentos "ainda não alcançou o seu devido lugar no rol dos

desafios enfrentados em nossos tempos e que exigem respostas imediatas" (Idem, p. 128). A autora afirma que a categoria:

> Vem sendo construída –teórica e politicamente- pelo menos desde meados da década de 1980. De acordo com Sônia Magalhães Santos, em um relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (PNUMA), de 1985, há referências aos "eco-refugiados", termo que designa os deslocados por "grandes transformações ambientais, sejam elas originárias de causas naturais ou da ação humana, independentemente do argumento desenvolvimentista". Em 1997, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, incluiu os atingidos por catástrofes ambientais decorrentes de programas de desenvolvimento – e não apenas da ação da natureza – no debate sobre os deslocamentos forçados. No Brasil, o termo foi registrado nas reflexões de diferentes pesquisadores, dentre os quais destacam-se Alfredo Wagner de Almeida, Sônia M. Santos e Carlos Vainer, em seus estudos sobre projetos de modernização implantados no país a partir da década de 1970. Na esfera internacional, os debates destacam a violação dos direitos daqueles que constituem esta "nova" modalidade de refugiados, pautando possíveis reparações (Idem, p. 127).

Nos relatos sobre como foi sair da comunidade Ouro Fino, nossos entrevistados expuseram uma série de situações e transformações que vivem. Falam com tristeza de tudo que deixaram para trás ao sair das suas casas, desde o espaço físico até as relações sociais que foram desestruturadas.

> *Até hoje a gente fica triste né, porque a roça é o lugar que a gente mais gosta, é onde eu nasci. Lá você tem toda a liberdade, mais tranquilidade. Quando vem para a cidade é mais diferente, até os vizinhos né, lá na zona rural é uma união, a gente era bem unidos... O mais difícil de deixar para trás foi as minhas plantas, as árvores né, tinha pé de tamarindo, coqueiro, essas coisas, laranjeiras, e devido tudo isso lá ficou mais difícil por causa da mineração lá... Mas quando a gente chega lá a gente fica triste, tanto lá quanto na casa do meu pai na Mumbuca que também tá afetada pela mina (Luíza, 52 anos, lavradora, atingida pela MRDM, em entrevista concedida em Dezembro de 2019).*

Junto aos relatos da migração forçada, vêm às memórias, relembram da sensação que sentiram ao sair e deixar coisas importantes e significativas para trás. Nas entrevistas realizadas, os atingidos demonstram como o lugar onde viviam ainda é fundamental em suas vidas. Eduardo e Luíza relataram que ainda retornam ao lugar, Eduardo com mais frequência, pois apesar da casa estar abandonada, já sem móveis, e não haver mais plantações, eles ainda mantém uma pequena criação de gado no terreno, além de algumas árvores e plantas que não demandam um cuidado frequente. *"Vou lá sempre, tem umas vaquinhas lá, mas plantar não planto mais não. Só as vacas. Eu preciso até tirar elas de lá, porque lá não está dando para ficar mais não" (Eduardo, 60 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em dezembro de 2019).*

Carlos também relatou que sempre vai ao *terreno* onde morava, mesmo sem a possibilidade de voltar a morar no lugar, sua família manteve alguns móveis e permanecem com uma pequena criação de galinha e alguns poucos alimentos.

> *Toda semana nós vamos e ficamos um pouco lá. Hoje mesmo nós vamos. Tem o galinheiro que nós estamos cuidando. E os trem estão tudo lá na casa lá dentro. Móveis, essas coisas, as galinhas, porque não tem como né, se comprassem tudo bem, nós caçaríamos outro jeito, mas agora ficou, se nós acabar com os trem, se nós largar tudo abandonado é o que que eu quero dizer, amanhã o dono da casa pede a casa e aí pra onde nós vamos? Tem que manter lá, com água contaminada, com fedor de veneno ou sem veneno.... Daqui a pouco nós vamos para lá, cuidar lá um pouquinho e tem que voltar para cá. Falhamos uns dias. Nos finais de semana a gente vai e volta e está assim, aguentando a vida passando, só com a misericórdia (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

Percebemos que o retorno aos *terrenos* faz parte do novo cotidiano dos atingidos de Ouro Fino, mesmo que não voltem mais para moradia. O retorno é doloroso, mas possibilita resgatar memórias de um tempo passado que hoje é marcado pela saudade. Nossa busca pela compreensão de como foi o processo de saída das famílias, foi marcado pelos relatos angustiados, por lágrimas, incertezas e mesmo revolta. Conforme afirma Sayad (2000),

> O retorno é naturalmente o desejo e o sonho de todos os imigrantes, é como recuperar a visão, a luz que falta ao cego, mas como cego, eles sabem que esta é uma operação impossível só lhes resta então, refugiarem-se numa intranquila nostalgia ou saudade da terra (SAYAD, 2000, p. 11).

Ao perceberem que é impossível voltar ao modo de vida anterior, buscam estratégias para assegurar uma nova possibilidade de reconstrução de uma vida marcada pela tranquilidade. Voltar a residir nas terras em que foram nascidos e criados não é uma opção, restando-lhes as lembranças e as memórias. *"O coração fica doendo, porque lá nasci e criei… mas tive que sair, o jeito foi sair" (Eduardo, 60 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em dezembro de 2019).* Nesse sentido, verificamos que quando o projeto de reativação da atividade minerária no local foi executado, o destino das famílias que viviam na região foi traçado. Os ciclos da vida foram alterados junto ao processo de mudança dos atingidos da comunidade Ouro Fino, "*e o ruim foi sair de lá e olhar pra trás e ver que aquilo tudo que você tratava com amor e carinho que a partir daquele momento estava abandonado" (Luíza, 52 anos, lavradora, atingida pela MRDM, em entrevista concedida em Dezembro de 2019).*

A Busca Pela Reparação Integral

Os atingidos relatam que o processo de aquisição das terras por parte da empresa teve como foco os locais onde são hoje as estruturas para o funcionamento da mineradora, sendo seus *terrenos* na época não necessários para tal fim. Afirmam que não sabiam as dimensões dos danos que sofreriam com a atividade tão próxima às suas casas. Os que já saíram da comunidade Ouro Fino sustentam que precisam, de alguma forma, obter renda daquelas terras, seja através do arrendamento ou da venda, e seguem participando das reuniões promovidas pelas entidades sociais para lutarem pela garantia do sustento em um novo lugar. Os que ainda não tiveram a oportunidade de sair, moradores de Piranga, seguem vivendo cotidianamente os riscos e na luta pela reparação através de indenização e reassentamento.

Nos depoimentos expressam que, com as preocupações com o futuro do lugar e na ausência de outras possibilidades de viverem com tranquilidade na comunidade, o desejo agora é de vender suas propriedades, para que possam adquirir novas terras, longe dos riscos que são expostos e assim recomeçar a vida, com melhores condições de saúde, sem *morar de favor* ou em casas alugadas. Tanto os que já saíram quanto os que permanecem nas comunidades fazem planos para um futuro, como nos relatou Carlos:

> *Os planos eram fáceis, igual no caso vamos supor que é você que vai comprar aí pergunta "quanto que é aqui a casa?" Aí eu ia falar "você tem a calculadora, vê aí, a minha área é seis hectares. Tudo documentado, tudo pago, tudo certinho. Quanto que vale a casa? Quanto que vale esses pés de planta aí? Porque um pé de pau que eles pediram umas áreas lá para eles plantarem para eles tem valor. Tem valor um pé de chá, um pé de aroeira, um pé de chá peixe, então tem muito valor. Agora você imagina aí o valor dos pés de laranja, abacate, vai olhando aí, vai valorizando aí se tem valor. Chega até quanto a casa? O que vale, quanto vale aqui?" Aí era facinho. O negócio é eles oferecer né, se eles dessem um valor que eu visse que é bom né, se não desse eu falava que não, pode deixar do jeito que está, ou está comprando ou está me dando esmola, uma coisa dessa eu fico sem entender. Se eu conseguisse vender aquilo meu lá aí eu ia depender de ver o que dava, se dava para eu comprar uma casinha, se dava para comprar outra área que desse pelo menos para criar umas galinhas. Se eu saísse de dentro da cidade para mim era melhor, porque com essa idade que eu estou, eu fui criado na roça, eu não tenho a cidade assim como igual vocês que são jovens. As coisas são assim, vocês que são jovens vocês preferem o lugar que tem mais diversão né, que trabalha, que corre, que viaja tudo. Uma pessoa igual eu já não, é bem mais diferente, por que? Porque nós queremos ficar mais sossegado. Hoje eu pergunto a vocês, você quer me dar quanto lá? "O seu ~Carlos~, a casinha aqui é boa, um lugar sossegado, mas oh..." Já aponta a firma. Ninguém vai querer comprar. Quem poderia comprar é ela [a mineradora], ninguém não quer porque se até nós estamos com medo de ficar lá, vão querer comprar o medo? (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

A fala de Carlos expressa que o valor pago pelos *terrenos* não devem considerar apenas a quantidade de hectares, mas tudo que foi construído no local e possuem valor

simbólico como a casa, as plantas e etc. Durante nossas visitas verificamos as demandas por reparação para as comunidades, que sofrem danos diários que são decorrentes da operação do empreendimento. A poeira que vem da mina traz prejuízos à saúde dos moradores, provoca ardência nas narinas, alergias, dores de cabeça e problemas respiratórios em geral.

Observamos que a adesão dos moradores para se articularem foi um processo delicado e que demandou muito esforço dos movimentos e entidades sociais, pois os estudos e relatórios ambientais e as informações que os moradores receberam dos representantes da empresa não previam os danos reais. Quando começaram a "sentir na pele" buscaram se engajar e buscar pelo conhecimento e reconhecimento dos seus direitos.

José, liderança de Piranga, nos contou sobre como passou de funcionário da empresa a uma das mais importantes figuras de resistência e denúncia das práticas da mineradora. Viu sua família sendo agredida com os impactos, fez denúncias, foi demitido e começou a sofrer pressão e desde então recebe suporte das entidades em sua defesa e dos seus.

> *Na verdade isso aí foi uma denúncia que eu levantei lá dentro da mineração, que eu era auxiliar de topografia, então eu vi as irregularidades, eu vi as injustiças deles, aí foi indo, foi indo e chegou certo tempo que eu não aguentava, não estava aguentando aquilo lá mais não, aí eu fui e aí quando veio o Ministério Público aqui na Mumbuca, na associação da Mumbuca, aí eu falei assim "não, eu vou lá hoje participar da reunião". Aí quando eu fui lá e quando assustei já tinha aberto o berro, já tinha entrado, já tinha falado. Aí que começou a pressão, aí que passei apurado, que foi quando eu fui para o serviço e foi só a pressão por parte do chefe lá, de por que eu tinha feito aquilo, por que mesmo que eles me apoiavam eles me desclassificavam né, falando que era o direito meu, mas eu não devia ter falado aquilo não, que aquilo era uma injustiça e tal. Foi aí que eu falei não, que eu fiz o meu direito, que eu tinha o meu direito também. Foram umas três vezes que eles me chamaram no quarto escuro lá e eu passei apurado. Foi uma pressão enorme. Já tem uns quatro anos ou mais isso, mais ou menos esse tempo que eu estou nessa luta aí, quatro, cinco anos. O pessoal aqui eles são mais, tudo que tem que tomar frente aqui eles jogam pra cima de mim entendeu? Eles vão para trás e eu que tenho que assumir (José, 36 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em Janeiro de 2020).*

Por todos os danos vividos até o momento, Piranga é uma comunidade onde os moradores já não estão vendo saída, eles precisam, decidiram que vão sair. Desde então estão em processo de negociação junto ao Ministério Público. Representantes do órgão que acompanham o caso realizaram visitas e ouviram a decisão dos atingidos de que não querem mais continuar passando por isso, por esses problemas e danos, para então tomarem as medidas cabíveis. Vários foram os acordos e tratativas do Ministério Público e a mineradora quanto a mediação dos interesses dos atingidos, visando a reparação socioeconômica, acompanhamento da saúde dos moradores, melhor comunicação e transparência com as

informações, assessoria técnica independente, além de análises quinzenais sobre a qualidade das águas dos poços utilizados pelas comunidades. Entretanto, apesar de todas as cobranças de um maior suporte da empresa, os conflitos e discordância de atitudes e posicionamentos seguem latentes.

> *Nós temos um diálogo com a representante lá, mas não é todo mês, é uma vez em dois meses, três meses. Ela vem aqui só para falar o que não interessa e não trazer benefício nenhum, nada né. Ela conversa, mas igual, por exemplo, eles não vêm com interesse de ajudar, eles vem com a intenção de pegar a fala da comunidade e fazer alguma coisa em cima, entendeu? Prejudicar uns com os outros. Mas nós temos bastantes órgãos nos apoiando, graças a Deus (José, 36 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em Janeiro de 2020).*

A comunidade ainda está no processo de entender como, quando e de que maneira a reparação pela qual buscam pode acontecer. O fato em eminência é a forma como acontecerá a expulsão de uma comunidade inteira, que está na região a gerações, há muito tempo, e estão sendo obrigadas a deixar seus lares. É um povo que depende, que vive, que tem contato, que têm a terra como lar, mantendo uma ligação direta. Percebemos a tristeza nas falas, no olhar das pessoas, das famílias que estão lá, mas que vão sair por conta desse processo.

> *Sim, estamos querendo sair daqui, é essa a esperança. Estamos na luta, na esperança. Do processo eu não tenho conhecimento de que dia vai acontecer, de quando vai acontecer, eu não tenho essa informação, eles não informam, o Ministério Público fala que eles não podem obrigar a mineração a indenizar né, isso é porque é por pressão né, então eu não sei como é, é só eles mesmo que tem o poder mesmo (José, 36 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em Janeiro de 2020).*

As famílias da região, diante dos riscos que estão submetidos, exigem a garantia de poder recomeçar a vida. Tem o interesse de se deslocarem e serem indenizadas. Os moradores de Piranga ainda não saíram da comunidade, ao contrário de famílias de Ouro Fino. Entretanto, mesmo os que já saíram permanecem participando das reuniões e estão na mesma luta pelos direitos.

O sair das comunidades para os moradores, no momento, significa uma busca por melhores condições, distantes do medo, em um lugar com menos riscos à saúde e a vida. É uma necessidade, não necessariamente uma vontade, pois significa abrir mão, deixar de lado uma história, o lar, as terras, as plantas, os animais, o lazer, as atividades comunitárias, as relações construídas, enfim, um modo de vida. Muda a rotina, os espaços, os ritmos, as formas de viver. São nítidos o que essa expulsão significa para os atingidos e o quão custoso é lutar por algo que deveria ser o mínimo, a reparação, que apesar de ser contra o desejo ideal, tornou-se inevitável para a sobrevivência. "*Eles não estão nem aí, eu fico até indignado e*

meio nervoso tem hora viu, por que... [silêncio] A esperança nunca a gente pode perder né... A paz que nós tínhamos lá como tínhamos antes… (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em Janeiro de 2020)".

O Sair, Desterritorializar e Reterritorializar

Os processos sociais dos atingidos têm o território como pano de fundo. Territórios que são formados a partir da apropriação de um espaço e dotá-lo de sentido, transformando-o em lugar através do sentimento de pertencimento, que é resultado das relações com a natureza, pela forma como trabalham a terra, utilizam os recursos, produzem os alimentos, enfim, a partir de um modo de viver que constrói vínculos com o lugar. De acordo com Haesbaert (2006), o território é múltiplo, diverso, complexo e possui uma conotação material e simbólica.

> Etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo - especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no "territorium" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira identificação (positiva) e efetiva "apropriação". Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (Idem, p.6774).

A terra, para os moradores de Ouro Fino e Piranga pode ser tida como um território, e sair dele significa uma ruptura com os vínculos, dinâmicas, ações e relações estabelecidas e com isso passam a viver os processos de desterritorialização, que é "o movimento pelo qual se abandona o território (uma operação da linha de fuga)" e a reterritorialização, "o movimento de construção do território" (HAESBAERT, 2006, p. 127). A partir desses processos sociais os territórios são desconstruídos e reconstruídos.

De acordo com Little (1994), junto aos processos migratórios, movimentações e deslocamentos de pessoas que são característicos da história da humanidade há também a desterritorialização, muitas vezes acompanhadas de traumas e sofrimentos faz parte da condição humana. E em função da desterritorialização há a reterritorialização, que segundo o autor é como "cada povo deslocado procura de uma ou outra forma sua relocalização no espaço" (1994, p.11). Nesse sentido, ao migrar é iniciado o processo de desterritorialização das práticas tradicionais do território de origem e a reterritorialização no lugar de destino, como novas formas de viver, na busca por estabelecer novas relações. Ou seja, passam por um

processo que é também evidenciado em relatório publicado pela Comissão Mundial de Barragens em 2000 ao tratar de deslocamentos de atingidos por barragens:

> No caso de comunidades dependentes da terra e de seus recursos naturais, isso frequentemente resulta na perda de acesso aos meios tradicionais de vida, incluindo a agricultura, a pesca, a pecuária, a extração vegetal, para falar de alguns. Isso provoca não apenas rupturas na economia local como efetivamente desloca as populações - em um sentido mais amplo - do acesso a recursos naturais e ambientais essenciais ao seu modo de vida. Essa forma de deslocamento priva as pessoas de seus meios de produção e as desloca de seus modos de vida (World Commission on Dams, Dams and Development, 2000).

Apesar de tais mudanças serem visíveis e vividas pelos moradores de Ouro Fino e Piranga, em nossas conversas, frequentemente nossos entrevistados e também nossos informantes afirmaram que muitos moradores ainda insistem em defender a empresa. Sofrem os danos, mas defendem a atividade por ter familiares trabalhando nela.

> *Pode chegar às outras comunidades lá. Agora, você vai encontrar lá nesse meio alguém que trabalha e claro, às vezes fica com medo de falar e ser mandado embora. [simula uma fala] "Não vou falar contra não, porque se eu falar me manda embora". É difícil, porque na época que eu trabalhava em firma sempre eu gerei essas coisas assim. Tem esse lado aí, às vezes já estão beneficiados lá, tanto faz comprar ou não comprar, tudo bem. Mas os que estão no cabresto deles lá estão sofrendo igual nós estamos (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em Janeiro de 2020).*

Carlos, Eduardo e Luiza, atingidos de Ouro Fino, em decorrência da mudança dos *terrenos*, perderam parte da possibilidade de trabalhar e viver da terra, ainda não completamente por ainda manterem pequenas criações no lugar, mas mesmo assim, foram obrigados a encontrar outras formas para se sustentarem em seus novos lugares de morada, visto que há anos viviam do que produziam na terra.

> *Lá nós tínhamos o que mexer o dia inteiro, e aqui? É essa coisinha aí. Lá é cuidar de uma roça, fazer uma cerca, cuidar das galinhas, fazer uma coisa, fazer outra, o dia passa. Igual você tá vendo ali eu estou fazendo uma manutenção naquele carrinho, tudo bem, terminou aquilo lá é puxar o ronco. Colesterol só subindo, dormir, não assistimos televisão, por que quem assiste quando pensa que não o dia passa né, mas nós não! (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

Quando nos propomos a pensar o processo de migração forçada dos atingidos da MRDM compreendemos a força da questão territorial nesse processo. Considerando o território enquanto fruto da identidade de um grupo, formado por memórias e sentimentos que resultam em um pertencimento. O migrar do território acarreta a desterritorialização, pois conforme Zhouri e Laschefski (2010), ao sair das terras os atingidos são expostos a muitas mudanças nas condições físicas do local, trazendo a impossibilidade de manterem as mesmas

práticas do modo de vida anterior, do local de origem, assim como também a memória e as identidades são modificadas, pois são construídas e ligadas aos lugares. "Uma nova territorialização forçada, que impõe uma mudança social profunda envolvendo também a transformação das relações dos grupos com seu novo "meio ambiente"" (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 25).

Nessa perspectiva, compreendemos que o território, que de acordo com Little (2002), corresponde a uma área onde um indivíduo ou coletividade exerce seu poder e praticam seus processos políticos e sociais, são dotados de significado para os que vivem nas terras. Nas relações com o território é constituída também a territorialidade, que para o autor é um "esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu "território" ou *homeland*" (Idem, p.3). Ou seja, a territorialidade carrega uma dimensão política, mas incorpora também as relações econômicas e culturais, pois é resultado da forma como as pessoas utilizam a terra, se organizam no espaço e atribuem significado aos lugares. É resultado de um processo característico dos grupos humanos de buscar se sentir pertencentes ao lugar onde vive, de buscar identificação com as pessoas, o ambiente, e assim construir suas identidades. Conforme Little (1994),

> Os grupos humanos têm uma necessidade profunda de criar raízes em lugares específicos. As formas desse enraizamento são múltiplas e tem sofrido transformações radicais ao longo da história. A memória coletiva é sem dúvida, uma das maneiras mais importantes pelas quais os povos se localizam num espaço geográfico (Idem, p.6).

Com isso, o processo de reterritorialização dos atingidos da MRDM é o caminho que é submetido para que eles possam encontrar uma nova forma de se localizarem, uma reconstrução de modo de vida nos novos lugares. Mas, continua sendo um desejo, um desafio, um sonho de futuro. Os que saíram vivem na cidade em casas que não são suas, ou são alugadas ou de outros familiares. O modo de viver o cotidiano é totalmente diferente e como disseram não conseguem receber a indenização e tampouco vender as terras, pois afinal "Quem vai comprar o medo?"

As Mudanças no Cotidiano no Novo Lugar

A partir da mudança de moradia um novo ciclo se inicia na vida dos atingidos. É nítido que os terrenos do entorno da mina fazem parte de suas trajetórias de vida, mas foi preciso

mudar para continuar, para recomeçar, por não ser mais possível voltar ao modo de vida anterior, com segurança e tranquilidade.

As experiências dos nossos interlocutores com o processo de mudança se diferem e trazem peculiaridades, e em nossos trabalhos de campo foram narradas como foi a adaptação aos novos locais de morada, que no caso da família de Eduardo e Luiza foi tida como mais tranquila por uma série de aspectos de vida, enquanto que para a família de Carlos nota-se um maior pesar ao se referir a todas as mudanças. Contudo, ambos seguem na busca de um novo enraizamento, que conforme Bosi (1987),

> É talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro (Idem, p.411).

Como narramos no decorrer deste trabalho, a migração dessas famílias foi uma necessidade, uma imposição; percepção essa que nos foi evidente durante os relatos, quando nos falavam do que sentiam ao resgatarem a memória do passado e refletirem sobre as distinções entre as condições de vida nas comunidades e agora na cidade de Riacho dos Machados, local de destino dos nossos entrevistados. Recordaram do dia-a-dia que viviam antes, do acordar *na roça*, cuidar dos animais, da casa, das plantas, enfim, do que foi deixado para trás. As falas demonstram os vários desafios enfrentados no cotidiano na busca em transformar um não lugar em lugar.

De acordo com Tuan (1983), o lugar é concebido por aspectos valorativos. É um espaço físico em que histórias são construídas, envolve um passado de vivencias que criam um envolvimento afetivo, o que o autor chama de topofilia. O lugar constitui-se de experiências, “em sua maior parte fugazes e pouco dramáticas, repetidas dia após dia e através de anos. É uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, como a hora do sol nascer e se pôr” (TUAN, 1983, p. 203). Portanto, um espaço só se torna lugar à medida que se apropria e atribui um significado a ele.

Os atingidos nos falaram sobre os estranhamentos nos novos lugares onde moram atualmente, na cidade de Riacho dos Machados, onde tiveram que refazer suas vidas. Uma das maiores dificuldades apresentadas por eles, como já mencionamos anteriormente, é sobre como “passar o dia”. Nesse sentido, identificamos que a percepção do tempo entre os lugares se diferencia, assim como sugere Tuan (1983, p. 206), que “a sensação de tempo afeta a sensação de lugar”. Nas comunidades nunca faltavam atividades, sempre tinham algo a fazer, enquanto na cidade sobra muito tempo ocioso e que muitas vezes gera um desconforto.

> *Quando você acorda e vê que não tem roça é ruim, porque lá eu já levantava e ia pra roça, mexia com cavalo, ração, e chega aqui e não tem isso, faz o quê? Difícil demais (Eduardo, 60 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em Dezembro de 2019).*

> *Lá nós tínhamos o que mexer o dia inteiro, e aqui? É essa coisinha aí. Lá é cuidar de uma roça, fazer uma cerca, cuidar das galinhas, fazer uma coisa, fazer outra, o dia passa (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em Janeiro de 2020).*

Conforme relatos obtidos, as boas e longas relações com os vizinhos são ressaltadas como boas lembranças e uma saudade. Sentem dificuldades em criar laços e não conseguem estabelecer uma relação de maior confiança e liberdade com os novos vizinhos da cidade, por serem mais reservados.

> *Os vizinhos lá eram tudo chegado demais. Ainda são ainda, mas ficou mais diferente porque a gente não vê tanto e quando estava lá era assim, se eu precisasse de uma coisa eu corria lá no vizinho e pedia para me arrumar, me ajudar, e agora não tem isso. Aqui todo mundo é conhecido, mas, porém, não tinha aquela liberdade que tinha lá. Porque quando a gente tem liberdade com uma pessoa da roça também, você pode chegar, aqui você pode até ser amigo, mas não tem liberdade do que se fosse o povo da roça (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

Brandão (1995) traz uma discussão nesse sentido. Conforme o autor, as relações de vizinhança são como que uma continuidade das relações familiares de convivência e socialização nas sociedades camponesas, e além delas há a lógica da solidariedade e compadrio. Quando há a ruptura dessas relações por uma distância imposta é interrompida a partilha da vida. Tomamos esse rompimento como uma forma de violência, através dela tem-se uma desestruturação de laços, hábitos e costumes outrora compartilhados e que jamais serão estabelecidos como antes.

Outro elemento de destaque entre os estranhamentos enfrentados é em relação às casas, que como pontua Bachelard (1993) é ela o nosso primeiro “canto no mundo”. Para o autor,

> A casa não vive somente o dia-a-dia, no fio de uma história, na narrativa de nossa história. Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos. Quando, na nova casa, voltam às lembranças das antigas moradias, viajamos até o país da Infância Imovél, imóvel como o Imemorial. Vivemos fixações, fixações de felicidade. Reconfortamo-nos revivendo lembranças de proteção. Alguma coisa fechada deve guardar as lembranças deixando-lhes seus valores de imagens. As lembranças do mundo exterior nunca terão a mesma tonalidade das lembranças da casa (Idem, p. 201)

Carlos, durante a entrevista, ressaltou o sentimento que carrega por ter “abandonado” sua casa, que segundo ele era maior, mais espaçosa e construída com materiais de qualidade, com muito esforço, durante anos.

> *É ué, igual minha casa está lá faz dó, gente, minha casinha lá na beira do rio lá assim, é uma pena! Nós lutamos, nós lutamos para fazer lá. Não é fácil uma construção daquela que está lá né, pela minha fraqueza, hoje praticamente está abandonada. Nós mesmo que construímos. Só madeira boa. Essa casinha aqui não passa nem perto.... Lá tem três quartos, tem uma sala grande, tem uma cozinha também maior que essa sala aqui, tem dois banheiros, tem piso, tem cerâmica, tem a cozinha de fogão a lenha, tem área na frente, tem garagem de lado... de madeira tudo do cerrado do Pará, tudo bem tratada, vermelhinha lá. As portas de vidro, dessa de alumino a da frente e essas janelas, a porta do fundo é dessa aqui. É boa, pelo lugar da casa... O piso é muito bonito, muito bom, de fora a fora. Para você ter uma ideia foram cento e cinquenta metros de piso na casa toda. E aí agora nós estamos aqui de aluguel. Nós largamos lá para vir para cá morar de aluguel porque não está dando para nós ficar lá direto, e às vezes aparece algum servicinho para eu fazer, e para não passar muita necessidade ficando só na esposa aí tivemos que sair, aí o jeito foi vir para Riacho.... Lá não é um barraquinho que está caindo igual esse aqui caindo aos pedaços não. Lá qualquer um que chegar lá e ver que nós dedicamos lá, não têm como, onde que vou arrumar aquele tanto de coisa que está lá de novo (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

Bachelard (1993, p. 201) pontua que “a casa é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem”. Ainda de acordo com autor, é importante que se guarde os “tesouros dos dias antigos”, o que pode explicar o porquê, nas nossas conversas, identificamos que os atingidos, ao nos relatarem as diferenças entre as casas no lugar tradicional (FOTOS 10) e a casa em que moram atualmente (FOTOS 11) demonstram preferência pela casa que viviam nas comunidades.

> *Assim, se eu parar e pensar lá, dentro da casa, olhar minha casa, para eu olhar igual essa assim que eu estou, olha a alturinha disso, olha o tipinho das madeiras, olha a frente, olha a cozinha o tamanho, olha o tamanho do banheiro, cabe uma pessoa em pé? Olha o quarto para você ver o tamanho, então não tem como. E lá você chega você vê o abertão, então fica assim. A casa é o que eu mais sinto a diferença. Aqui é essa salinha, dois quartos, cozinha e um banheiro, e lá tem três quartos, uma sala grande, três banheiros, uma cozinha de fogão de lenha e uma normal, e mais um quartinho. Só a cozinha lá é quase maior que a casa toda aqui (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

FOTOS 10- A Casa da Família de Carlos na Comunidade Ouro Fino

Fonte: Arquivo pessoal de Carlos, cedido no trabalho de campo (2020).

FOTOS 11- A Casa Alugada pela Família de Carlos na Cidade de Riacho dos Machados

Fonte: Carla Nadinne Souza (2020).

Comparar a casa e os *terrenos*, no caso da família de Eduardo e Luíza, é uma estratégia para se sentirem pertencentes ao novo lugar, de trazer significado e construir um lar. A casa para qual se mudaram na cidade é herança do pai de Eduardo, e possui muitas semelhanças com a casa de Ouro Fino.

> *Bom, a casa minha mesmo não é, é da herança, meu pai faleceu e deixou a casa aí. Aí a casa estava aí só, aí eu peguei e vim pra ela, mas, porém não é minha, é da família. Se não fosse o problema da firma tinha arrependido, mas por causa da firma, se não estaria pior se tivesse lá.... As casas aqui e lá são grandes, até se parecem, porque lá foi meu pai que fez, meu pai que construiu ela. É um casarão enorme de grande, mas essa aqui também é grande. Sobre casa não tem o que falar, mas se fosse pra eu vir morar numa casinha pequena não tinha nem como eu não falar né, acostumado com casa grande (Eduardo, 60 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em Dezembro de 2019).*

Trata-se de uma casa grande, com muitos cômodos, em uma área ampla e arejada, ondem conseguem manter e cultivar algumas árvores, plantas e criar galinhas.

> *Eu só não sinto mais ruim porque hoje eu estou morando aqui num espaço de terra que eu posso cultivar alguma coisa igual eu cultivava lá né, mas se eu tivesse vindo para cá e tivesse só uma casa assim que não tivesse, que eu não pudesse mexer eu acho que eu não aguentaria ficar aqui não. Eu gosto demais de mexer com terra (Luíza, 52 anos, lavradora, atingida pela MRDM, em entrevista concedida em dezembro de 2019).*

Já a família de Carlos agora paga aluguel pela casa onde moram e só conseguiram cultivar milho no quintal. Ressaltou ainda como é a dificuldade com a alimentação, já que no *terreno* de Ouro Fino eles quase não precisavam fazer compras no supermercado, pois tinham o suficiente para alimentá-los em suas próprias terras.

> *Igual lá nós acabamos com a criação de porco, agora tem só um lá, mas galinha a gente não acabou não, porque a gente vai lá sempre né, agora se for o caso de ter que sair de vez aí a gente tem que ver o que faz. É ruim de tudo né, na questão lá é de tudo, porque os animais, começando pelos animais, porco e galinha tem a vontade, e aqui? Aqui não tem como. Se precisar de carne é açougue, se precisar de ovos e supermercado, e lá na roça não, tem tudo (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020)*

Outra questão levantada foi quanto ao fato de não se sentirem “em casa” e inseguros quanto ao futuro na casa, pois apontam que a qualquer momento o proprietário pode chegar e pedir o imóvel, restando a eles voltar para o lugar que pertence a eles, em Ouro Fino.

> *Não, não sente, nós podemos estar deitados ali a noite e pode bater no portão de manhã cedo e pedir a casa né, e eu já sou meio esquentado já vou catando minhas coisas na hora. Quem vai saber do amanhã né? Só a Deus pertence, o lugar nosso é ali, sempre, até se um dia eles tivessem coração e comprasse aquilo lá, e não compram é de ruindade viu, dinheiro eles têm (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020)*

No fim de nossa entrevista com Carlos sua esposa chegou, sentou ao seu lado e fez um comentário. Mesmo já morando na cidade há aproximadamente um ano, embargou a voz para falar sobre o sair e vender a casa e terra em Ouro Fino. Mesmo de longe ainda se refere ao local como lugar de moradia. *"Eu mesmo, eu acho que se hoje for para eu sair de lá eu saio, mas é porque não tem jeito, por que se fosse por mim eu queria ficar lá"*. Carlos então complementa: "*Ela sai, mas sai com dó. Eu já sou mais durão assim. A gente ver, por exemplo, que ela entra dentro desse banheirinho aí para lavar, mas é contrariada, por que o de lá é bem comprido. O banheiro do quarto lá é maior que esse aqui*" (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020). Sua esposa então volta a afirmar: *"Agora a gente quer que eles comprem né, não tem mais jeito mesmo..."*, e Carlos finaliza: *"Ela está quase chorando, você está vendo como vai lá no fundo? É doído, moça! " (Carlos, 57 anos, lavrador, atingido pela MRDM, em entrevista concedida em janeiro de 2020).*

Assim, vivendo uma migração que é forçada, os atingidos seguem na busca para transformar o espaço em lugar e a casa em lar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar é uma relação mutua. Durante esses dois anos e meio de mestrado, vivi entre o lócus da pesquisa e o meu mundo particular. Ora pesquisadora, ora pesquisada pelos olhos de meus interlocutores. Ouvindo e refletindo sobre histórias de vida, deles e minha, que se entrelaçam e ganham corpo de dissertação.

Entender que a efervescência dos questionamentos não se finda é um grande exercício. Saio da pesquisa com muitas respostas, mas também com novas questões a serem pensadas e deixo sujeitos que vivem com expectativas de um futuro incerto.

Ao traçar as considerações finais do trabalho, me pego pensando em todos os processos vividos. Penso em mim, nas minhas migrações, nos meus sentimentos e expectativas de ir e vir. Recordo da incompletude que muitas vezes me assolou, de não me sentir mais inteira e sim fragmentos. Na memória vejo se misturar minhas vivências pessoais e as vivências relatadas pelos sujeitos da pesquisa, que embora falem de lugares e relações diferentes, compartilham similares sensações.

Migração talvez seja isso tudo ou talvez um pouco mais. É plural, diverso e complexo. Mas quando falamos de migrações forçadas, perpassamos por muitas angustias e incertezas. A escrita da dissertação se finda, mas nas comunidades de Piranga e Ouro Fino, "O coração fica doendo".

∞

Este trabalho discutiu um processo migratório no contexto da reativação do empreendimento Mineração Riacho dos Machados-MRDM, que é uma materialização do modelo político-econômico do neoextrativismo que foi adotado na América Latina, no Brasil e também no Norte de Minas a partir dos anos 2000.

A mineração de ouro explorada atualmente pela mineradora *Leagold* pertenceu a estatal Companhia Vale do Rio Doce - CVRD entre 1989 e 1997. Foi privatizada e tornou-se Vale S.A. no mesmo ano em que encerrou as atividades no local. Em 2007 foi adquirida pela empresa Canadense Carpathian Gold Inc, e em 2009 a empresa assumiu os direitos minerários e iniciou o processo para a concessão do licenciamento ambiental e iniciar suas atividades, que foi concedido em 2015.

Com a reativação da mineração no local houve a interrupção do acesso dos moradores aos seus recursos produtivos, atividades econômicas, afetando seus modos e meios de vida em função da atividade. Cintes dos diversos danos provocados na vida dos moradores das

comunidades situadas nas adjacências da estrutura do empreendimento, tratamos da desestruturação nos modos de vida dos moradores que ocorre em função da atividade, tendo como recorte as comunidades Ouro Fino e Piranga.

Buscamos compreender como e por que está acontecendo o processo de saída dos moradores dessas comunidades, e durante o trajeto da pesquisa vimos que a retomada da atividade desconsiderou os modos de vida tradicionais do lugar, culminando em diversos efeitos negativos, entre eles, a impossibilidade de ficarem em seus lugares de vida em função da desestruturação que sofrem por meio da violência e violações de direitos humanos e da natureza. Nesse sentido, a violência das práticas neoextrativistas da mineradora afeta o dia a dia das comunidades, transforma o ambiente e os modos de ser e viver dos moradores locais, aos quais consideramos como atingidos.

Verificamos os efeitos da *extrahección* nessas comunidades. São violados os direitos à qualidade de vida em um ambiente saudável e perda dos direitos da natureza, quando a qualidade do ar e da água são afetadas, bem como as situações de desmatamento e secagem das nascentes e a perda da biodiversidade de forma geral. Também os direitos humanos são violados, informações são ocultadas e a participação e consulta efetiva durante os processos da mineradora que tem efeito direto na vida dos moradores não acontece da forma que deveria, com a participação efetiva dos mesmos.

Os danos da atividade perpassam a questão da água, usada em grande volume pela empresa em uma região que é marcada pela irregularidade das chuvas e grandes períodos de seca, além da contaminação com metais pesados, que a torna imprópria para consumo humano e mesmo para uso nas plantações e criações; o medo do rompimento da barragem de rejeitos; a poluição do ar, que tem provocado doenças respiratórias nos moradores; e as intimidações sofridas através dos funcionários da empresa.

O dia-a-dia dos atingidos é marcado pela falta de autonomia sobre suas vidas, principalmente sobre o uso da terra e da água. Com as afetações provocadas pela poeira e água contaminadas e os riscos que são expostos, os moradores consideram insustentável continuar vivendo em suas comunidades, pois não se sentem mais seguros. O tempo da tranquilidade, da autonomia e das alegrias deu lugar ao tempo do medo, da insegurança quanto ao futuro no lugar. Por não encontrarem alternativa que possibilite voltar a uma vida na comunidade, o desejo agora é de vender suas propriedades, para que possam adquirir novas terras em um novo lugar, longe dos riscos que são expostos, e assim recomeçar a vida, com melhores condições.

Os atingidos da mineração são também “refugiados do desenvolvimento”, expostos a uma situação social de consequências complexas, alvo de violência e violações diversas. Diante as constantes violações, os movimentos de resistência vem atuando a fim de cobrar das autoridades, condições dignas de sobrevivência para as pessoas do lugar, e como resultado da articulação dos moradores de Ouro Fino e Piranga com entidades sociais, está em processo de negociação junto ao Ministério Público-MG onde manifestam estarem dispostos a deixar suas casas e territórios para protegerem sua saúde e de seus familiares, tendo a garantia do direito à reparação através principalmente de indenização e reassentamento. Se veem obrigados a abandonar seus *terrenos* para preservação de suas vidas e dos seus familiares, pois quando se imaginam permanecendo no lugar as perspectivas são turvas e incertas principalmente em relação à saúde.

Diante da demora nos processos, algumas famílias saem por conta própria, sem nenhum tipo de amparo financeiro, mas mantém vínculos com os lugares e seguem na busca pelos direitos, como no caso das famílias de Eduardo e Luiza e também a família de Carlos, atingidos da comunidade Ouro Fino, que está a baixo da barragem de rejeitos e tem evidências de contaminação do poço 30, de onde a comunidade utiliza a água.

Já os moradores de Piranga, os mais atingidos pela poeira tóxica proveniente das explosões na cava da mina, como a família de José, apesar de terem a necessidade de sair, permanecem no lugar, pois não tem condições, principalmente financeiras, de se manterem em outro lugar, de alugar ou comprar uma casa.

O sair das condições de vulnerabilidade que vivem estando nas adjacências do empreendimento revela uma migração forçada para outros locais, na busca de um futuro com maior qualidade de vid. Uma expulsão que suprime um modo de vida tradicional, e os levam a criarem novas estratégias de reprodução de vida.

Com a mudança para um novo lugar que ocorre através da desestruturação provocada pela mineração, vem um novo cotidiano e novos ciclos para a vida dos atingidos. Sair do rural e abrir mão de tudo o que foi construído e conquistado através de gerações é um momento difícil para as famílias. Relembram da sensação que sentiram ao deixar coisas importantes e significativas para trás ao saírem das suas moradias habituais e lugares históricos porque são forçados, e nos lugares de destino buscam estratégias para poderem permanecer, como o constante retorno aos *terrenos* mesmo que não mais para moradia, mas para cuidar do que ficou, seja a casa ou alguns animais e plantas, o que demonstra que o lugar onde viviam ainda é fundamental em suas vidas.

O sair é uma necessidade, não uma vontade. Mudam a rotina, os espaços, os ritmos, as formas de viver. Carlos, Eduardo e Luiza, em decorrência da mudança dos *terrenos*, perderam parte da possibilidade de trabalhar e viver da terra, ainda não completamente por ainda manterem pequenas criações no lugar, mas mesmo assim foram obrigados a encontrar outras formas para se sustentarem em seus novos lugares de morada, visto que há anos viviam do que produziam na terra.

Nas reflexões sobre as diferenças entre as condições de vida nas comunidades e agora na cidade de Riacho dos Machados, local de destino dos nossos entrevistados, recordaram do dia-a-dia que viviam antes, do acordar *na roça*, cuidar dos animais, da casa, das plantas. Ao nos relatarem as diferenças entre as casas no lugar tradicional e a casa em que moram atualmente, demonstraram a preferência pela casa que viviam nas comunidades. São muitos os atuais desafios enfrentados no cotidiano na busca por transformar um não lugar em lugar, e eles seguem nesse desafio: o de transformar o espaço em lugar e a casa em lar.

Neste espaço de considerações, a nossa intenção não é encerrar um tema de tamanha complexidade. Acreditamos que ainda há muitas questões para serem discutidas em trabalhos futuros. No mais, consideramos que é importante tratar sobre as percepções dos danos causados pela mineração através dos próprios atingidos, e buscamos demonstrar aqui como é a vida durante esse conturbado processo, o que acontece entre o permanecer nos lugares tradicionais e o sair para um novo lugar.

Nossas conversas com os homens e mulheres das comunidades rurais foram permeadas por nós na garganta. É urgente repensar o modelo de “desenvolvimento” e as famílias das comunidades atingidas precisam de visibilidade, de políticas públicas que direcionem para o valor da vida e da dignidade humana. Ir para um novo lugar, deixar seus *terrenos*, não significa uma desconexão. Os constantes retornos não são apenas visitas, faz parte de um processo de busca por estar, ser e continuar sendo do lugar tradicional.

A gente vende o medo? É a indagação de um dos entrevistados, pois não existe a possibilidade de ficar no lugar, a empresa não compra as terras, e o medo impede que eles fiquem, e o medo impedem que eles consigam algum valor nas terras para que possam ter algum capital para recomeçar em outro lugar. O medo impera para quem fica, para quem sai e a vida segue incerteza e sem rumo. As famílias prejudicadas e sem poder de negociação saem para as cidades de Riacho dos Machados, Porteirinha, ou outros lugares ainda mais distantes de suas antigas terras. Os prejuízos e danos são incalculáveis em relação à saúde e a desestruturação da vida que se tinha e a vida se vai ter.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **Extrativismo e neoextrativismo. Duas faces da mesma maldição.** In: Descolonizar o imaginário-Debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento, 2016, p. 46-85.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Refugiados do Desenvolvimento: Os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. In: **Travessia - especial revista do migrante**. Maio-Agosto, 1996, p. 30-35.

ANAYA, Felisa Cançado. **De "encurralados pelos parques" a "vazanteiros em movimento": as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha no campo ambiental.** Tese Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: 2012.

ANAYA, Felisa Cançado. **De "encurralados pelos parques" a "vazanteiros em movimento": as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha no campo ambiental.** 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013. **Disponível em:** https://www.anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st39/8674-de-encurralados-pelos-parques-a-vazanteiros-em-movimento-as-reivindicacoes-territoriais-das-comunidades-vazanteiras-de-pau-preto-pau-de-legua-e-quilombo-da-lapinha-no-campo-ambiental/file . **Acesso em**: Novembro de 2019.

ANTONIETTI, Yasmin Rodrigues. **"Eu já fui arrancado de vários lugares. Arrancado. E ainda tenho um pedacinho e para eu sair de lá eu vou ter que sair arrancado também": Extrahección e Resistência em Conceição do Mato Dentro (MG).**144 f. Dissertação (Mestrado) – Área de concentração em Sociedade, Ambiente e Território, Universidade Federal de Minas Gerais/Instituto de Ciências Agrárias, Montes Claros MG. 2019.

ASSIS, Cláudia Oliveira. **Estar Aqui, Estar Lá... uma cartografia da vida entre o Brasil e os Estados Unidos.** Campinas: Nucleo de Estudos de População/ UNICAMP, jun. 2002.

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade.** Trad. Bruno César Cavalcanti, Rachel Rocha e Almeida Barros. Lameiras, Maceió: EDUPAL, UNESP, 2010 , p. 17-26.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARBOSA, Rômulo Soares. **Mineração no Norte de Minas Gerais: Tensões e Conflitos Pelo Acesso e Uso da Água.** Revista Desenvolvimento Social, n. 11/01, 2014, p. 43-50.

BARBOSA, Rômulo; BRITO, Isabel; LIMA, Patrícia. Mineração, Sujeitos e Resistências no Norte de Minas Gerais, Brasil. In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (Org.) **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: AnnaBlume, 2016.

BOSI, E. Cultura e desenraizamento. Em BOSI, Alfredo, org. **Cultura brasileira**: temas e situações. São Paulo, Ática, 1987.

BOURDIEU, Pierre. Introdução. In: BOURDIEU, Pierre CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício do Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Editora Vozes: Petrópolis, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo**. Revista Sociedade e Cultura, Vol. 10, n.1, 2007, p. 11-27.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A partilha da vida**. São Paulo: GEIC/ Cabral Editora, 1995.

BRITO, Isabel C. Barbosa de. **ECOLOGISMO DOS GERAIS: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO NORTE DE MINAS GERAIS.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental) Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasíli: Univerisdade de Brasília, 2013.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CALVINO, Ítalo. A palavra escrita e a não-escrita. In: FIGUEIREDO, Janaína P. Amado Baptista de; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da Historia Oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

COSTA, João Batista Almeida. **Mineiro e Baianeiros- englobamento, exclusão e resistência.** 2003. 332 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de ciências Sociais. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter "anthropological blues", in E. O. NUNES (org.) **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 23-35.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas Latino-americanas. Edgardo Lander (org) Colección Sur Sur. CLACSO, Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005, p. 133-166.

ESTEVA, Gustavo. **Desenvolvimento**. In: SACHS, Wolfgang. Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FELDMAN, Shelley; GEISLER, Charles; SILBERLING, Louise. Moving Targets: displacement, impoverishment and development. In. **International Social Science Journal**, v.55, 175, 2003, p. 7-13.

FONSECA, Gildette Soares. **Migrações da Mesorregião Norte de Minas/MG: análises o censo demográfico de 2010**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia Tratamento da Informação Espacial. Pontifícia Universidade Católica de Minas -PUC-Minas, 2015.

FONSECA, Graziano Leal. **Mineração no Norte de Minas: Gerais e Geraizeiros ameaçados em função do Projeto Vale Do Rio Pardo na microrregião de Grão Mogol–**

Mg. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2014.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GODOY, Arilda Schimidt. **Pesquisa Qualitativa – Tipos Fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, n.3, 1995, p. 20 - 29.

GUDYNAS, Eduardo. **Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual**. In: CAAP; CLAES. Extractivismo, Política y Sociedad. Quito (Equador), 2009.

GUDYNAS, Eduardo. **Estado compensador y nuevos extractivismos**. In: Nueva Sociedad, v.237, 2012, p.128-146.

GUDYNAS, Eduardo. **Extracciones, Extractivismos Y Extrahecciones: Um Marco Conceptual sobre laapropriacion de recursos naturales**. 1. ed. Montevideo: Centro Latino Americano de Ecologia Social, 2013.

GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza**. CEDIB, Centro de Documentación e Información Bolívia, 2015.

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos en America del Sur: conceptos y sus efectos derrame. **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Ed. Annablume, 2016, p. 23-43.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**. 2ª Ed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIMA, Patrícia Morais. **Neoextrativismo e Efeitos Derrame: A Mineração de Ouro em Riacho dos Machados - MG.** 141 f. Dissertação (Mestrado) – Área de concentração em Sociedade, Ambiente e Território, Universidade Federal de Minas Gerais/Instituto de Ciências Agrárias, Montes Claros MG,2018.

LITTLE, Paul E. **Espaço, memória e migração:** por uma teoria da reterritorialização. Textos de História, Brasília, v. 2, n.4, p. 5-25, 1994.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade.** Trabalho apresentado no SIMPÓSIO "NATUREZA E SOCIEDADE: DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS PARA A ANTROPOLOGIA", na 23a Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado, RS, 19 de junho de 2002.

PRATES, Clarissa Godinho. **Efeitos derrame da mineração, violências cotidianas e resistências em Conceição do Mato Dentro-MG**. Dissertação (Mestrado) – Área de

concentração em Sociedade, Ambiente e Território, Universidade Federal de Minas Gerais/Instituto de Ciências Agrárias, Montes Claros MG, 2017.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.17 n.49, Jun. 2012.

MARTINS, H. H. T. S. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, V. 30, n. 2. 2004.

MARTINS, José de Souza. **O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil**. In: Não há terra para plantar neste verão. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expanção e da frente pioneira.** Tempo Socia; Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 1996, p. 25-70.

MEZZADRA, Sandro. Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. ***Rev. Interdiscip. Mobil. Hum*.** Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 11-30, jan./jun, 2015

MILANEZ, Bruno. **Mineração, Ambiente e Sociedade: Impactos Complexos e Simplificação da Legislação.** In: boletin regional, urbano e ambiental, p.93 – 100, jan.-jun. 2017.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Sales Pereira dos. **Neoextrativismo no Brasil: Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração.** R. Pós Ci. Soc. v.10, n.19, jan/jun. 2013.

MILLS, C. Wright. Do Artesanato Intelectual. In: MILLS, C. Wright. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

NOBREGA, RENATA. **OS ATINGIDOS POR BARRAGEM:** refugiados de uma guerra desconhecida. REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, vol. 19, núm. 36, enero-junio, 2011, p. 125-143.

OLIVEIRA, Raquel. **O dano e a prova, o risco e a dor:** sofrimento social na luta dos moradores do Bairro Camargos. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Agosto de 2014, Natal/RN. Disponível em: http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401649595_ARQUIVO_artigocompletoraqueloliveiraaba2014.pdf. Acesso em: Setembro de 2019.

OLIVEIRA, Vera Beatriz da Silva. **Os ciclos da economia brasileira no pós-guerra**. In: Revista Análise Econômica. Ano7, nº 11, Março de 1989, p. 63-90.

OLIVEIRA, Palmyra Santos. **Porteirinha: memória histórica e genealogia.** Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2008.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **Integração dos migrantes no mercado de trabalho em Montes Claros, Norte de Minas Gerais: "A Esperança de Melhoria de**

Vida”. 2003. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG. 2003.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **Travessias... Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do Norte de Minas Gerais.** 2009. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG. 2009.

PIRES, Maria Cecília Cordeiro. **PROCESSO MIGRATÓRIO EM PORTEIRINHA-MG: “enquanto eu tiver vida e saúde”.** Montes Claros: Unimontes/Departamento de Política e Ciências Sociais – DPCS (Monografia de Bacharelado), 2016.

PRÍSTINO**. Laudo Técnico para análise ambiental do empreendimento Mineração Riacho dos Machados.** Belo Horizonte, 2014.

RIBEIRO, Gabriel Costa. **LUTAR COM OS PÉS NO CHÃO PARA CONTINUAR CAMINHANDO uma Ecologia Política da megamineração de ferro no distrito do Vale das Cancelas (Grão Mogol/MG).** 104 f. Dissertação (Mestrado) – Área de concentração em Sociedade, Ambiente e Território, Universidade Federal de Minas Gerais/Instituto de Ciências Agrárias, Montes Claros MG, 2018.

SACHS, Wolfgang. Introdução. In: SACHS, Wolfgang (ed.) **Dicionário do Desenvolvimento: Um guia do Conhecimento como Poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SAYAD, A. O Retorno: elemento constitutivo da condição de migrante. In: **Travessia - especial revista do migrante**. Publicação do CEM – Ano XIII, número especial, Janeiro/2000.

SCOTT, Parry. **Negociações e Resistências Persistentes**: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado. Recife: Editora UFPE, 2009.

SEVÁ, Filho, Arsênio Oswaldo. “**Mina Grande Conflitos Gerais**”. Texto analítico integrante do Projeto “Mapeamento dos Conflitos Socioambientais em Minas Gerais”, Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia d Universidade Estadual de Minas Gerais, 2011. Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-SEVA_Oswaldo_-_Mina_Grande_Conflitos_Gerais.pdf. Acesso em: agosto de 2018.

SILVA, Flávio José Rocha da. **O conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar.** In: Revista Pegada – vol. 17 n.2, 2016.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 29-62.

SOUZA, Carla Nadinne. ***ENTRE IDAS E VINDAS, A AUSÊNCIA:* O Processo Migratório vivido por Mulheres Norte-Mineiras.** Montes Claros: Unimontes/Departamento de Política e Ciências sociais –DPCS (Monografia de Bacharelado), 2017.

SVAMPA, Maristella. **Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina.** Revista Nueva Sociedad: democracia y política en América Latina ed. nº 244. Buenos Aires (Argentina), 2013.

TUAN, Yi-Fu**. Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-Fu**. Paisagens do medo.** São Paulo: UNESP, 2005.

VAINER, Carlos. **A violência como fator migratório**: silêncios teóricos e evidências históricas. Travessia: Revista do migrante: deslocamentos compulsórios & restrições à migração. Ano IX, n. 25, 1996, p. 5-9.

VAINER, Carlos. Conceito de "Atingido". Uma revisão do Debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (org.).**Vidas Alagadas:** Conflitos Socioambientais Licenciamento e Barragens. Viçosa, MG. UFV, 2008.

VALENCIO, Norma. **Desastres, Ordem Social e Planejamento em Defesa Civil**: o contexto brasileiro. In: Saúde Soc. São Paulo, v.19, n.4, 2010, p.748-762.

VALENCIO, Norma. "DOS DESASTRES RECORRENTES AOS DESASTRES À ESPREITA". In: ZHOURI, A; VALENCIO, N. (orgs). **Formas de matar, de morrer e de resistir.** Limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

VALENCIO, Norma. **Desastres**: tecnicismo e sofrimento social. In: Ciência & Saúde Coletiva, 19(9):3631-3644, 2014.

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor. **Abandonados nos desastres**: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados / Norma Valencio. - Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

WANDERLEY. L. Jardim. **Ouro como moeda, ouro como *commodity*.** Revista de Economia Política e História Econômica, ano. 10, n. 34. 2015.

WOORTMANN, E. **Herdeiros parentes e compadre:** colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo: Hucitec, 1995.

ZHOURI, Andréa. INTRODUÇÃO Produção de conhecimento em um "Campo Minado". In: ZHOURI, Andréa (org.). **Mineração: violências e resistências:** um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Belo Horizonte: ABA, 2018. p.7-25.

ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (Org.) **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: AnnaBlume, 319-340, 2016.

ZHOURI, Andréa; LACHESFKI, Klemns (org.) **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa, OLIVEIRA, Raquel. Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: Conflitos Socioambientais em Projetos Hidrelétricos.In: **Insustentável Leveza da Política Ambiental** – Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel; LASCKEFISKI, K. A supressão da vazante e o início do vazio: água e "insegurança administrada" no Vale do Jequitinhonha-MG. In: Zhouri, **Desenvolvimento, Reconhecimento de Direitos e Conflitos Territoriais**. ABA Editora, Brasília, 2012.

SITES E DOCUMENTOS CONSULTADOS

"Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil" **Disponível em:** http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/desenvolvimento_humano/ . **Acesso em:** Abril de 2019.

"Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE", IBGE Cidades. **Disponível em**: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/riacho-dos-machados/historico. **Acesso em**: Fevereiro de 2018.

"Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE", Censo Demográfico 2010. **Disponível em:** <http://www.ibge.gov.br>. **Acesso em:** Janeiro de 2018.

"Ministério de Minas e Energia", Plano Nacional de Mineração 2030. **Disponível em:** http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/geologia-mineracao-e-transformacao-mineral/plano-nacional-de-mineracao-2030/pnm-2030

"Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR³", Produto 3. **Plano regional estratégico em torno de grandes projetos minerários no Norte de Minas**. Belo Horizonte, 2013.